

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS
DEPARTAMENTO DE LÍNGUAS E LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA

RENATA BARRETO DA FONSECA

**ARTE POSTAL NA OBRA *OBJETOS DESLOCADOS* DE
CRISTIANE REIS: UMA ANÁLISE DISCURSIVA CRÍTICA
DA VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES NO ESPÍRITO
SANTO**

VITÓRIA
2022

RENATA BARRETO DA FONSECA

**ARTE POSTAL NA OBRA *OBJETOS DESLOCADOS* DE
CRISTIANE REIS: UMA ANÁLISE DISCURSIVA CRÍTICA
DA VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES NO ESPÍRITO
SANTO**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em Linguística na área de concentração Estudos Sobre Texto e Discurso.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Micheline
Mattedi Tomazi.

VITÓRIA
2022

Ficha catalográfica disponibilizada pelo Sistema Integrado de Bibliotecas - SIBI/UFES e elaborada pelo autor

F676a Fonseca, Renata Barreto da, 1978-
ARTE POSTAL NA OBRA OBJETOS DESLOCADOS DE
CRISTIANE REIS: UMA ANÁLISE DISCURSIVA CRÍTICA
DA VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES NO ESPÍRITO
SANTO / Renata Barreto da Fonseca. - 2022.
187 f. : il.

Orientadora: Micheline Mattedi Tomazi.
Tese (Doutorado em Linguística) - Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais.

1. Violência contra as mulheres. 2. Análise crítica do discurso. 3. Patriarcado. 4. Arte Postal. I. Tomazi, Micheline Mattedi. II. Universidade Federal do Espírito Santo. Centro de Ciências Humanas e Naturais. III. Título.

CDU: 80

Renata Barreto da Fonseca

ARTE POSTAL NA OBRA OBJETOS DESLOCADOS DE CRISTIANE REIS: UMA ANÁLISE DISCURSIVA CRÍTICA DA VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES NO ESPÍRITO SANTO

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística do Centro de Ciências Humanas e Naturais, da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do Grau de Doutora em Estudos Linguísticos.

Aprovada em 20 de dezembro de 2022.

Comissão Examinadora:

Profª. Drª. Micheline Mattedi Tomazi Almeida – (UFES)

Orientadora e Presidente da Comissão Examinadora

Profª. Drª. Janayna Bertollo Cozer Casotti – (UFES)

Examinadora interna

Profª. Drª. Júlia Maria Costa de Almeida – (UFES)

Examinadora interna

Profª. Drª. Raquelli Natale – (IFES)

Examinadora externa

Profª. Drª. Mayara de Oliveira Nogueira – (Multivix)

Examinadora Externa



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

PROTOCOLO DE ASSINATURA



O documento acima foi assinado digitalmente com senha eletrônica através do Protocolo Web, conforme Portaria UFES nº 1.269 de 30/08/2018, por
MICHELINE MATTEDI TOMAZI - SIAPE 2582032
Departamento de Linguas e Letras - DLL/CCHN
Em 26/01/2023 às 10:12

Para verificar as assinaturas e visualizar o documento original acesse o link:
<https://api.lepisma.ufes.br/arquivos-assinados/638533?tipoArquivo=O>



Documento assinado digitalmente

RAQUELLI NATALE

Data: 26/01/2023 11:14:07-0300

Verifique em <https://verificador.itl.br>



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

PROTOCOLO DE ASSINATURA



O documento acima foi assinado digitalmente com senha eletrônica através do Protocolo Web, conforme Portaria UFES nº 1.269 de 30/08/2018, por
JANAYNA BERTOLLO COZER CASOTTI - SIAPE 1486195
Departamento de Linguas e Letras - DLL/CCHN
Em 26/01/2023 às 12:06

Para verificar as assinaturas e visualizar o documento original acesse o link:
<https://api.lepisma.ufes.br/arquivos-assinados/638687?tipoArquivo=O>



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

PROTOCOLO DE ASSINATURA



O documento acima foi assinado digitalmente com senha eletrônica através do Protocolo Web, conforme Portaria UFES nº 1.269 de 30/08/2018, por
MAYARA DE OLIVEIRA NOGUEIRA - PROFESSOR VOLUNTÁRIO
Departamento de Linguas e Letras - DLL/CCHN
Em 26/01/2023 às 13:07

Para verificar as assinaturas e visualizar o documento original acesse o link:
<https://api.lepisma.ufes.br/arquivos-assinados/638744?tipoArquivo=O>



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

PROTOCOLO DE ASSINATURA



O documento acima foi assinado digitalmente com senha eletrônica através do Protocolo Web, conforme Portaria UFES nº 1.269 de 30/08/2018, por
JULIA MARIA COSTA DE ALMEIDA - SIAPE 1379776
Departamento de Linguas e Letras - DLL/CCHN
Em 26/01/2023 às 14:32

Para verificar as assinaturas e visualizar o documento original acesse o link:
<https://api.lepisma.ufes.br/arquivos-assinados/638856?tipoArquivo=O>

DEDICATÓRIA

A João Barreto, pela inspiração em toda a caminhada.

AGRADECIMENTOS

Posso dizer que o Doutorado é fruto de muito estudo, dedicação, empenho, esforço e apoio. Não foi fácil chegar até aqui. Assumo meu lugar de fala como mulher, mãe, professora, esposa, filha, estudante. Tenho consciência de que estudar, considerando os meus lugares de fala, representa um ato de resistência, ainda mais num país tão machista e patriarcal como o Brasil. E posso dizer, eu resisto. Nós resistiremos. Por isso, sou grata a todos, todas e todes que estiveram direta e indiretamente comigo nessa jornada rumo ao conhecimento.

Eu posso garantir que essa escrita teve muitas mãos. Mãos que prepararam o meu alimento, que lavaram a minha roupa, que ajudaram a cuidar da minha filha, que me acolheram, para que eu pudesse estudar.

Agradeço a Deus e aos seres de luz, pelo apoio espiritual necessário.

À minha avó Dina, pela dedicação e amor incondicional. Ela sempre me encorajou a ser tudo que eu quisesse e me apoia em todas as situações.

A meu esposo Paulo César Tonette, seu apoio foi essencial. Você me encoraja a não desistir dos sonhos, que agora, não são só meus e sim, nossos.

À Letícia Barreto Tonette, minha inspiração, meu amor maior.

Além dos queridos Simone Cardoso, Nina Cida, Samira Costa, Marcelo Siano, Sandra Barreto, Solange Barreto, Salvador Felício Guarino Marianno (in memoriam), Aldaci Tonette, Maria do Carmo Tonette, Arlete Marianno, Camila Marianno, Angélica Cunha, Vinícius Barreto, Gabriel Barreto, Victor Barreto, Adriana Nardini, Heitor Barreto, Lucas Barreto, Milena Barbosa, Isabel Barreto, Benito Barreto (pai e filho) e Tufão.

À professora Micheline Mattedi Tomazi, pelas contribuições valiosas e pelo caminhar juntas. Posso dizer que esse processo não foi fácil, muitos desafios, estudos novos, além de muitas leituras e atribuições a cumprir. Foi uma caminhada longa e difícil, mas conseguimos superar os desafios juntas. Sou eternamente grata pelo apoio, pela escuta, pela dedicação e exigência na orientação da tese.

À Sarah Barreto, pela sensibilidade ao oportunizar esse encontro com a Cristiane Reis. Realmente, eu acredito no poder da sincronicidade.

À Cristiane Reis, pela generosidade em me permitir usar o seu trabalho maravilhoso com os postais como objeto de estudo desta tese. Sou eternamente grata a você por tudo que me possibilitou.

Aos meus amigos professores da UMEF Professor Rubens José Vervloet Gomes. Meu agradecimento especial para Josiane Flegler, Letícia Berger, Alexandra Pascoal e Karla Marques. Minhas amigas do coração, sem vocês, eu não chegaria até aqui. Foram muitas colaborações, troca de horários, auxílio com a dinâmica da sala de aula, para que eu não faltasse as aulas do Doutorado. Além dos meus queridos e queridas da UMEF Marina Barcellos Silveira, da EEEFM Professor Geraldo Costa Alves e da EEEFM Florentino Avidos. Agradeço também a Roberta Calmon pela parceria maravilhosa, amiga de área e de coração.

Agradeço ao professor Roberto Belling e à Semed, à Pollyanna Barreto e à PMVV, pela concessão da licença com ônus para a realização do Doutorado.

Aos professores Virgínia Abrahão, Lilian DePaula (in memoriam) Gabriela Santos Alves, Júlia Almeida, Luís Fernando Bulhões, Mayara Nogueira, por serem exemplo. Eu, como professora que sou, acredito que o conhecimento, o respeito, a ética e a afetividade são fundamentais, sendo pilares para uma educação Libertadora.

Agradeço à querida Livia Meneguelli, por me ajudar a sonhar.

Agradeço à Manoella Freitas, pelo incrível trabalho desenvolvido.

Gratidão à doutora Karina Brandão Lunz pela dedicação e empenho no exercício de sua profissão e pelo olhar humano em relação aos seus pacientes.

Agradeço também a Raquelli Natale, Camilla Reisler, Marta Aguiar e Daniela Littig pelo apoio acadêmico. Sei que posso contar com a amizade de vocês e sinto gratidão por isso.

Agradeço também aos meus colegas de curso do Doutorado, foi muito especial conhecer vocês e trocar experiências e conhecimento. Agradeço ao GEDIM, pelas discussões valiosas, leituras, carinho e amizade. Aprendemos muito juntos e eu tenho muito orgulho de fazer parte desse grupo tão querido.

Agradeço aos grupos de estudo e coletivos feministas, por trazerem um pouco de luz nessa caminhada tão tortuosa e difícil que é a luta das mulheres por igualdade de direitos. Enfim, agradeço também a todas as mulheres por resistirem!!!

“Quando um homem diz para uma mulher, categoricamente, que ele sabe do que está falando e ela não, mesmo que isso seja uma parte mínima de uma conversa, perpetua a feiura deste mundo e tira dele a sua luz”

Solnit.

RESUMO

Os dados do Atlas da violência de 2019, 2020, 2021 apontam que o Espírito Santo liderou o *ranking* da Região Sudeste nas estatísticas de violência contra mulheres nos anos de 2007 a 2019. E esses casos de violência são constantemente noticiados pela mídia local. Esse cenário motivou a artista visual Cristiane Reis a produzir sua arte, que compõe o *corpus* de pesquisa desta tese. A série é intitulada *Objetos deslocados*, pois objetos do cotidiano, como: capacete, garfo e cadeira foram usados para agredir e matar mulheres. Esta série é composta por dezoito postais, apresentando narrativas de violência contra mulheres no Espírito Santo, com base nos noticiários de grande circulação do Estado. A artista se baseou no conceito de Arte Postal proposto por Bruscky (2006), trazendo os seguintes preceitos: informar, denunciar e protestar. Partimos da seguinte questão: como os postais intervêm, nesse contexto de violência, com notícias que naturalizam essas práticas? Assim, nosso objetivo geral é examinar, por uma perspectiva crítica do discurso, como a violência de homens contra mulheres no ES é representada nos postais. Temos como objetivos específicos: identificar as estratégias ideológicas e estruturas discursivas utilizadas para representar os atores sociais e a ação social nos casos de violência contra mulheres no ES; analisar os recursos multimodais usados na representação das imagens e verificar como se deu a mudança de função dos objetos. Para dar conta dos objetivos desta tese, utilizamos um aparato teórico-metodológico multidisciplinar que compreende pesquisas e teorias sobre violência contra mulheres e patriarcado, por meio dos estudos de Saffioti (2001, 2004), Izumino e Santos (2005), Bourdieu (2002), Lerner (2019), Solnit (2017) e Walker (2009). Para abordar as questões de gênero, nos baseamos nas obras de: Scott (1995), Butler (2013, 2018), Livia e Hall (2010), Adichie (2015, 2017), Despentes (2016) e Connell e Pearse (2015). Os questionamentos sobre os postais nos levaram a seguintes categorias de análise: multimodalidade, referentes, atores sociais, ação social e ideologia. Adotamos o aporte teórico dos Estudos Críticos do Discurso (ECD) de base Sociocognitiva, considerando as obras de van Dijk (1999, 2006, 2010, 2012a, 2012b, 2013, 2014, 2016) em diálogo com Kress e van Leeuwen (2006). Os resultados das análises mostraram que os casos de violência relatados ocorreram no contexto de uma relação afetivo-conjugal, marcado por homens e mulheres com suas representações sociais de agressores e vítimas respectivamente. O processo anafórico e os recursos multimodais indicam a mudança de função do objeto. Todos os postais têm em comum a ação violenta, reforçando a noção de agentividade do ator social. Apesar de reproduzirem a violência contra mulheres nas narrativas, os postais são uma arte denúncia. Portanto, são um manifesto, carregando todas as contradições de uma arte política.

Palavras-chave: arte postal, violência contra mulheres, feminicídio, patriarcado, Estudos Críticos do Discurso.

ABSTRACT

Data from the Atlas of Violence for 2019, 2020, 2021 indicate that Espírito Santo led the ranking of the Southeast Region in statistics on violence against women from 2007 to 2019. And these cases of violence are constantly reported by the local media. This scenario motivated the visual artist Cristiane Reis to produce her art, which makes up the research *corpus* of this thesis. The series is titled Displaced Objects, because everyday objects such as: helmet, fork and chair were used to attack and kill women. This series is made up of eighteen postcards, presenting narratives of violence against women in Espírito Santo, based on widely circulated news in the state. The artist was based on the concept of Mail Art proposed by Bruscky (2006), bringing the following precepts: inform, denounce and protest. We start from the following question: how do postcards intervene, in this context of violence, with news that naturalizes these practices? Thus, our general objective is to examine, from a critical perspective of the discourse, how the violence of men against women in ES is represented in the postcards. We have as specific objectives: to identify the ideological strategies and discursive structures used to represent social actors and social action in cases of violence against women in ES; to analyze the multimodal resources used in the representation of the images and to verify how the change of function of the objects took place. To achieve the objectives of this thesis, we use a multidisciplinary theoretical-methodological apparatus that comprises research and theories on violence against women and patriarchy, through the studies of Saffioti (2001, 2004), Izumino and Santos (2005), Bourdieu (2002), Lerner (2019), Solnit (2017) and Walker (2009). To address gender issues, we draw on the works of: Scott (1995), Butler (2013, 2018), Lívía e Hall (2010), Adichie (2015, 2017), Despentes (2016) and Connell and Pearse (2015). Questions about postcards led us to the following categories of analysis: multimodality, referents, social actors, social action and ideology. We adopted the theoretical contribution of Critical Discourse Studies (CSD) with a Sociocognitive basis, considering the works of van Dijk (1999, 2006, 2010, 2012a, 2012b, 2013, 2014, 2016) in dialogue with Kress and van Leeuwen (2006). The results of the analyzes showed that the reported cases of violence occurred in the context of an affective-marital relationship, marked by men and women with their social representations of aggressors and victims respectively. The anaphoric process and the multimodal features indicate the object's function change. All the postcards have violent action in common, reinforcing the notion of the social actor's agency. Despite reproducing violence against women in the narratives, the postcards are an art of denunciation. Therefore, they are a manifesto, carrying all the contradictions of a political art.

Keywords: postal art, violence against women, femicide, patriarchy, Critical Discourse Analysis.

RESUMEN

Datos del Atlas de Violencia de 2019, 2020, 2021 indican que Espírito Santo lideró el *ranking* de la Región Sudeste en estadísticas de violencia contra la mujer de 2007 a 2019. Y estos casos de violencia son denunciados constantemente por los medios locales. Este escenario motivó a la artista visual Cristiane Reis a producir su arte, que conforma el *corpus* de investigación de esta tesis. La serie se titula *Objetos Desplazados*, porque se utilizaron objetos cotidianos como: casco, tenedor y silla para atacar y matar a las mujeres. Esta serie está compuesta por dieciocho postales, que presentan narrativas de violencia contra la mujer en Espírito Santo, a partir de noticias de amplia circulación en el estado. El artista se basó en el concepto de Arte Correo propuesto por Bruscky (2006), trayendo los siguientes preceptos: informar, denunciar y protestar. Partimos de la siguiente pregunta: ¿cómo intervienen las postales, en este contexto de violencia, con noticias que naturalizan estas prácticas? Así, nuestro objetivo general es examinar, desde una perspectiva crítica del discurso, cómo se representa en las postales la violencia de los hombres contra las mujeres en ES. Tenemos como objetivos específicos: identificar las estrategias ideológicas y las estructuras discursivas utilizadas para representar a los actores sociales y la acción social en los casos de violencia contra las mujeres en ES; analizar los recursos multimodales utilizados en la representación de las imágenes y comprobar cómo se producía el cambio de función de los objetos. Para lograr los objetivos de esta tesis, utilizamos un aparato teórico-metodológico multidisciplinario que comprende investigaciones y teorías sobre la violencia contra mujeres y el patriarcado, a través de los estudios de Saffioti (2001, 2004), Izumino y Santos (2005), Bourdieu (2002), Lerner (2019), Solnit (2017) y Walker (2009). Para abordar las cuestiones de género, nos basamos en los trabajos de: Scott (1995), Butler (2013, 2018), Livia y Hall (2010), Adichie (2015, 2017), Despentes (2016) y Connell y Pearse (2015). Las preguntas sobre las postales nos llevaron a las siguientes categorías de análisis: multimodalidad, referentes, actores sociales, acción social e ideología. Adoptamos el aporte teórico de los Estudios Críticos del Discurso (CSD) con base Sociocognitiva, considerando los trabajos de van Dijk (1999, 2006, 2010, 2012a, 2012b, 2013, 2014, 2016) en diálogo con Kress y van Leeuwen (2006). Los resultados de los análisis mostraron que los casos de violencia denunciados ocurrieron en el contexto de una relación afectivo-matrimonial, marcada por hombres y mujeres con sus representaciones sociales de agresores y víctimas respectivamente. El proceso anafórico y las características multimodales indican el cambio de función del objeto. Todas las postales tienen en común la acción violenta, reforzando la noción de agencia del actor social. A pesar de reproducir la violencia contra la mujer en las narrativas, las postales son un arte de denuncia. Por lo tanto, son un manifiesto, portador de todas las contradicciones de un arte político.

Palabras clave: arte postal, violencia contra mujeres, feminicidio, patriarcado, Estudios Críticos del Discurso.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 Intervenção I: picho de Thiara Pagani.....	69
Figura 2- Intervenção II: Meta a colher de Kika Carvalho.	70
Figura 3- Intervenção III: de Amanda Brommonschenkel.....	70
Figura 4- Potes de Vidro de Cristiane Reis.....	73
Figura 5: Arte Postal de Bruscky e Santiago.....	76
Figura 6- Postal I- Socador de Alho	79 e 166
Figura 7- Postal II: Torneira de tanque.....	106 e 167
Figura 8 Postal III: Caneta BIC.....	108 e 168
Figura 9- Postal IV: Tesoura.....	112 e 169
Figura 10- Postal V: Corda.....	115 e 170
Figura 11- Postal VI: Chave de Casa	117 e 171
Figura 12- Postal VII- Capacete	119 e 172
Figura 13- Postal VIII: Carregador de celular	126 e 173
Figura 14- Postal IX: Faca de serra.....	130 e 174
Figura 15- Postal X: Máquina de cortar cabelo.	134 e 175
Figura 16- Postal XI: Garfo.....	139 e 176
Figura 17 -Postal XII: Tábua de Carne.....	177
Figura 18 – Postal XIII: Marreta.....	178
Figura 19 – Postal XIV: Barra de ferro	179
Figura 20 – Postal XV: Enxada	180
Figura 21 – Postal VI: Cadeira.....	181
Figura 22 – Postal XVII: Cabo de força.....	182
Figura 23 – Postal XVIII: Tijolo de construção.....	183

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Tabela de homicídio de mulheres (2009-2019).....	18
Tabela 2: Alterações na Lei 11.340/2006.....	58 e 59
Tabela 3: Categorias para análise dos postais.....	86
Tabela 4: Lista dos postais.....	104
Tabela 5: Objetos e função sintática.....	110 e 111
Tabela 6: Atores sociais nos postais.....	113
Tabela 7: Ação social nos postais.....	116
Tabela 8: Transcrições Jefferson.....	162

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- ABSP- Anuário Brasileiro de Segurança Pública
- ACD – Análise Crítica do Discurso
- ALES- Assembleia Legislativa do Espírito Santo
- BO – Boletim de Ocorrência
- CAES –Casa Abrigo Estadual
- CONEL – Congresso Nacional de Estudos Linguísticos
- DEAMS – Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher
- ECD– Estudos Críticos do Discurso
- ENGÊNERO III– Encontro Internacional de Estudos de Gênero
- GDV- Gramática do Design Visual
- GEDIM – Grupo de Estudos sobre Discurso da Mídia
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada
- LEG/UFES – Laboratório de Estudos de Gênero, Poder e Violência, da Universidade Federal do Espírito Santo
- MPES – Ministério Público do Estado do Espírito Santo
- NEVID – Núcleo de Enfrentamento às Violências de Gênero em Defesa dos Direitos das Mulheres
- PPGEL/ UFES - Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da UFES
- PPGHIS / UFES – Programa de Pós-Graduação em História da UFES
- OAB- Ordem dos Advogados do Brasil
- ONGs – Organizações Não Governamentais
- SESP – Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social
- TJC– Projeto Trabalho, Justiça e Cidadania da Justiça do Trabalho do ES
- TJP– Tribunal de Justiça da Paraíba
- UFES – Universidade Federal do Espírito Santo
- UPA- Unidade de Pronto Atendimento

SUMÁRIO

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS	16
2. VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES E QUESTÕES DE GÊNERO	28
2.1 PATRIARCADO E VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES	28
2.2 GÊNERO, SEXO E PERFORMATIVIDADE	40
2.3 VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES NO ES	45
2.4 LEIS BRASILEIRAS PARA MULHERES	51
3. ARTE POSTAL, OBJETOS DESLOCADOS, ARTE E RESISTÊNCIA	61
3.1 ESTUDOS DECOLONIAIS E FEMINISMOS	62
3.2 ARTISTAS CAPIXABAS FEMINISTAS	67
3.3 OBRAS DA ARTISTA CRISTIANE REIS	71
3.4 ARTE POSTAL	75
3.5 OBJETOS DESLOCADOS NA ARTE POSTAL	78
3.6 ARTE, MANIFESTO E RESISTÊNCIA	81
4. PERCURSO TEÓRICO METODOLÓGICO	85
4.1 ESTUDOS CRÍTICOS DO DISCURSO	87
4.2 MULTIMODALIDADE COMO CATEGORIA DE ANÁLISE	89
4.3 REFERENTES COMO CATEGORIA DE ANÁLISE	93
4.3.1 <i>Objetos, utensílios e ferramentas</i>	96
4.4 ATORES SOCIAIS COMO CATEGORIA DE ANÁLISE	97
4.5 AÇÃO SOCIAL COMO CATEGORIA DE ANÁLISE	99
4.6 IDEOLOGIA COMO CATEGORIA DE ANÁLISE	101
5. ANÁLISES DOS POSTAIS	104
5.1 ANÁLISE DA MULTIMODALIDADE NOS POSTAIS	106
5.2 ANÁLISE DOS REFERENTES NOS POSTAIS	108
5.3 ANÁLISE DOS ATORES SOCIAIS NOS POSTAIS	111
5.4 ANÁLISE DA AÇÃO SOCIAL NOS POSTAIS	115
5.5 ANÁLISE DA IDEOLOGIA NOS POSTAIS	117
5.6 OS OBJETOS COMO ARMAS	119
5.6.1 <i>O capacete como arma</i>	119
5.6.2 <i>O carregador de celular como arma</i>	126

5.6.3 <i>A faca de serra como arma</i>	130
5.6.4 <i>A máquina de cortar cabelo como arma</i>	134
5.6.5 <i>O garfo como arma</i>	139
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	142
REFERÊNCIAS	150
ANEXOS	162

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Este capítulo introdutório contempla as considerações iniciais, com apresentação do tema, colocação do problema, *corpus* de pesquisa, objetivos da tese, definição do quadro teórico, além dos procedimentos metodológicos e das categorias que serão analisadas.

O tema da violência de homens contra mulheres ainda se torna relevante, pois vivemos em uma sociedade patriarcal, que naturaliza práticas de violência, sejam elas: físicas, psicológicas, morais, patrimoniais e sexuais. Por esse motivo, trazer esta temática para a pauta de discussão significa reconhecer que esta tese trata de algo essencial para os estudos acadêmicos, em especial, para a linha de Texto e Discurso do Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal do Espírito Santo (PPGEL/UFES). Também é relevante para entendermos a sociedade atual.

Esta linha de pesquisa contempla projetos relacionados a teorias do texto e do discurso, abrangendo uma diversidade de instrumentais teóricos e metodológicos no tratamento de questões relacionadas à construção do discurso. Compreendemos que as violências também se dão no nível discursivo, sendo objeto de estudo na perspectiva dos Estudos Críticos do Discurso (ECD) de base sociocognitiva. Parte-se do princípio de que o analista do discurso precisa ter uma preocupação social, posicionando-se contra a desigualdade e o abuso de poder (VAN DIJK, 2001).

Com o objetivo de apresentar o tema, é necessário fazer uma retrospectiva na minha vida acadêmica e profissional, pois essa caminhada possibilitou que eu¹ chegasse até aqui. Passei a estudar a violência contra mulheres em 2018, quando elaborei o meu projeto para ingressar no Doutorado em Linguística pelo PPGEL. E a pesquisa desse tema tomou amplitude em minha vida, tanto no meio acadêmico, como na minha prática de professora de Língua Portuguesa do Ensino Médio e do Fundamental II.

Em novembro de 2018, participei do Encontro Internacional ENGÊNERO III, da Universidade Federal do Espírito Santo (LEG/UFES), apresentando a

¹ Como estou trazendo algumas informações pessoais sobre minha trajetória acadêmica, usarei a primeira pessoa do singular, nas considerações iniciais. Posteriormente, farei uso da primeira pessoa do plural, ao longo desta tese.

comunicação: *Misoginia e poder político: análise de xingamentos proferidos à presidenta Dilma nas redes sociais*. Esta apresentação compôs o Simpósio Temático sobre Gênero e Discurso, coordenado pelas pesquisadoras Micheline Mattedi Tomazi (Departamento de Línguas e Letras/UFES e PPGEL/UFES) e Raquelli Natale (IFES).

Ainda no ano de 2018, conheci a artista visual Cristiane Reis e tive contato com a série: *Objetos deslocados*. Por meio desse contato, convidei a artista para realizar uma Roda de Conversa sobre o tema: Violência contra mulheres, apresentando os postais produzidos por ela. Essa experiência motivou a produção de vídeos e peças teatrais, que foram, posteriormente, apresentados pelos estudantes da (UMEF) Professor Rubens José Vervloet Gomes no Teatro Municipal de Vila Velha. Essas produções culturais ocorreram na culminância do projeto TJC (Trabalho, Justiça e Cidadania) promovido pela Justiça do Trabalho do ES.

Fui aprovada no Doutorado em Linguística com um projeto sobre Misoginia e poder político, tendo como foco os xingamentos à ex-presidenta Dilma. Porém, precisei mudar o projeto, por muitos motivos, inclusive, por questões políticas. Nesse contexto, os postais surgiram como uma possibilidade de um *corpus* muito especial para a escrita da minha tese. Afinal, gostaria de desenvolver uma pesquisa com relevância social.

A fim de compreendermos como o tema será apresentado, é necessário trazermos algumas informações sobre o *corpus* da tese. Primeiramente, trabalhamos com os postais da série *Objetos deslocados* produzidos por Cristiane Reis. São objetos como: caneta, capacete e socador de alho, que foram usados para agredir e matar mulheres.

A estrutura dos postais apresenta o objeto na parte da frente e a narrativa de violência no verso do postal. O objetivo da artista foi levar à reflexão sobre a temática, trazendo um novo olhar sobre a questão da violência contra mulheres. A artista se baseou nos noticiários locais e também nos dados do IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) relativos ao ano de 2019, devido aos altos índices de violência em nosso Estado.

Para discutir essa questão, nos baseamos nos Atlas da Violência de 2019, 2020 e 2021, no site da Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social (SESP) e no Anuário Brasileiro de Segurança Pública (ABSP) de 2021. O Atlas da

Violência de 2019 traz um recorte, abrangendo a década de 2007 a 2017. Já o Atlas de 2021 abrange os anos de 2009 a 2019. De acordo com os dados presentes nestes Atlas, o número de homicídios de mulheres no Espírito Santo vem reduzindo, ao longo dos anos. Apesar dessa redução, a taxa do Estado encontra-se acima da média nacional.

Além disso, trazemos os dados de: Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo e Espírito Santo, tendo em vista que estes estados compõem a região Sudeste. Assim, para fazermos uma comparação entre as taxas de homicídios de mulheres, apresentamos a média nacional e elaboramos a tabela a seguir, com a apresentação deste recorte.

Tabela 1-Taxa de homicídios de mulheres (2009-2019).

Taxa	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Brasil	3,9	4,1	4,3	4,4	4,4	4,6	4,6	4,6	4,4	4,5	4,7	4,3	3,5
Espírito Santo	10,2	10,3	11,6	9,2	8,6	8,5	8,7	7,0	6,9	5,2	7,5	4,9	4,7
São Paulo	2,8	3,1	3,1	3,1	2,6	2,8	2,7	2,7	2,4	2,2	2,2	2,0	1,7
Minas Gerais	4,0	3,7	3,9	3,9	4,4	4,4	4,0	3,8	3,9	3,6	3,7	3,3	2,7
Rio de Janeiro	5,0	4,4	4,1	4,0	4,2	4,3	4,4	5,3	4,4	5,0	4,7	4,4	2,5

Tabela elaborada pela autora com base nas tabelas: 4.3, IPEA, 2019, p. 44 e 5.3, IPEA, 2021, p.38, considerando a taxa de homicídios de mulheres por 100 mil habitantes, no período de 2009 a 2019, com os dados dos estados da região Sudeste e a média nacional brasileira.

Apesar da sinalização da diminuição dos índices, ainda estamos acima da média nacional, liderando o ranking da região Sudeste no período de 2007 até 2019.

Segundo dados do IPEA, o Atlas da violência de 2019 aponta que o Espírito Santo liderou o *ranking* nacional de violência contra mulheres nos anos de: 2007 a 2012. Em 2013, o ES ficou em segundo lugar. Já nos anos de 2014, 2015, 2016 e 2017, o nosso estado não liderou o *ranking*, caindo de posição, mas estando com índices bem acima da média nacional. E ainda liderando as taxas da região Sudeste, como verificamos no quadro apresentado.

Em relação aos feminicídios, o Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2021 traz uma citação que nos faz refletir sobre a violência contra mulheres, pois, “sabemos que a maioria dos feminicídios no Brasil são feminicídios íntimos, ou seja, perpetrados pelo parceiro íntimo da vítima, companheiro ou ex-companheiro” (FBSP, 2021.p 96). Assim, os feminicídios têm relação direta com

a violência doméstica e o suspeito é o parceiro. Essas informações nos trazem um panorama do contexto de violência doméstica.

Outra informação sobre a violência contra mulheres, segundo o ABSP (2021), é que “nos casos de feminicídio mais da metade das vítimas morreram dentro de casa” (FBSP, 2021, p 98). Esse dado nos ajuda a compreender o *modus operandi* da violência contra mulheres.

Além disso, as mortes podem ocorrer por arma de fogo ou outros instrumentos. Assim:

Uma característica que distingue os homicídios de mulheres ocorridos dentro e fora das residências é o instrumento utilizado. As armas de fogo são o principal instrumento utilizado em homicídios de mulheres fora das residências, 54,2% dos registros, enquanto nos casos dentro das residências essa proporção foi consideravelmente menor, de 37,5%. Isto porque é comum que armas brancas e outros tipos de armas sejam mais utilizadas em crimes cometidos no contexto de violência familiar e doméstica, dado que a fatalidade geralmente decorre de um conflito interpessoal que vai crescendo e no qual o autor da violência costuma recorrer ao objeto que está mais próximo para agredir a companheira (GOMES, 2014, apud IPEA, 2021, p.42).

Essa afirmação corrobora a relevância deste *corpus* com objetos deslocados como: garfo, faca, cadeira, capacete, caneta Bic, socador de alho, carregador de celular, dentre outros. Esses objetos costumam estar presentes em nossas residências, fazendo parte do uso cotidiano. Porém, houve um deslocamento no modo como esse instrumento foi usado. Nesse caso, em vez de um garfo ser utilizado como uma ferramenta para levarmos comida à boca, durante as refeições, foi usado como arma.

O Atlas de 2021 usa a expressão “outros objetos” como tipos de armas, pois nesse caso, foram usados com esse objetivo. Assim, nesse contexto de violência doméstica, familiar, afetivo-conjugal, qualquer objeto pode ser uma arma em potencial nas mãos do agressor.

Inclusive, o Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2021) aponta que o instrumento empregado nas mortes é um dos pontos significativos que diferenciam os feminicídios dos demais assassinatos. Enquanto nos outros assassinatos de mulheres são usadas armas de fogo, correspondendo a 64% dos casos de mortes; nos feminicídios, 55,1% são armas brancas e outros instrumentos. As armas brancas são: facas, tesouras, canivetes, pedaços de madeira. Já os outros instrumentos podem representar qualquer objeto utilizado pelo agressor. (FBSP, 2021).

A apresentação desses dados aponta que a violência contra mulheres é uma dura realidade que precisa ser discutida, problematizada e também solucionada. E esta tese é sobre resistência, pois escrever sobre violência de homens contra mulheres é resistir e existir. Infelizmente, muitas já não podem escrever sua história, mas elas não devem ser esquecidas. Essa luta deve ser diária e, na medida do possível, tenho lutado nos espaços que ocupo, com os diferentes papéis sociais que desempenho como: esposa, mãe, filha, professora, pesquisadora. Faço essas considerações pessoais, para trazer esse lugar de fala de uma mulher, pesquisadora, que também sofreu diferentes formas de violência, inclusive doméstica.

Esta pesquisa faz uma análise discursiva crítica da violência contra mulheres no Espírito Santo por meio da Arte Postal na obra *Objetos deslocados* de Cristiane Reis. A escolha deste tema levou em consideração vários aspectos. O primeiro ponto a ser considerado é que, no processo de criação dos postais, a artista trabalhou com o conceito dicionarizado de deslocamento, em que algo é deslocado de seu valor de uso tradicional.

Isso quer dizer que objetos como garfo, faca e caneta deixaram de ser usados do modo convencional, tornando-se armas para agredir mulheres. De acordo com Reis (2019), enquanto a violência desloca os objetos de seu uso, a Arte permite que, por meio do deslocamento, eles recebam uma significação singular. E isso só é possível pelo discurso, pois é na materialidade linguística que o discurso se manifesta. Assim, a via discursiva possibilita a compreensão do deslocamento do objeto, dos sujeitos e dos sentidos.

O segundo ponto que nos faz discutir tal temática são as estatísticas de violência contra mulheres no ES. Os dados do IPEA (2019) apontam a nossa liderança nacional nos anos de 2007 a 2012. E até 2019, continuamos a liderar o *ranking* da região Sudeste. Essas informações nos mostram que a violência contra mulheres é uma dura realidade vivenciada por muitas capixabas, que precisa ser discutida e também combatida.

Em terceiro lugar, por ser uma analista do discurso, assumo o papel de pesquisadora, trazendo temáticas que apresentam relevância social. Também destaco que esse tema é ponto de pauta para membros e membras do GEDIM e minha pesquisa está alinhada aos estudos desenvolvidos pela professora

Micheline Mattedi Tomazi, orientadora deste estudo e uma grande pesquisadora sobre violência contra mulheres no ES.

Além disso, como mulher, capixaba, que já sofreu violência doméstica, falar sobre esse tema é refletir sobre uma realidade complexa que envolve os relacionamentos abusivos e o contexto das relações afetivo-conjugais. É necessário nos perguntar por que esses homens continuam a agredir e a matar mulheres. Afinal, é sobre machismo, patriarcado, relações de poder e violências que estamos tratando na escrita desta tese.

Esta tese apresenta um *corpus* formado por dezoito postais produzidos pela artista visual Cristiane de Alencar Reis. A artista é formada em Artes Visuais pela UFES (Universidade Federal do Espírito Santo) e tem um blog <https://cristianereis.weebly.com/os-trabalhos.html>, no qual apresenta todos os trabalhos que produziu ao longo da sua trajetória. Por meio de uma entrevista, realizada em 19 de junho de 2019, disponível no anexo desta tese, foi possível entender como se deu o processo de produção dos postais.

A proposta da artista visual, ao trabalhar com a Arte Postal, é fomentar discussões em relação às questões femininas como a memória, a identidade, o corpo e o gênero feminino, atravessados pelas questões de violência cometidas contra a mulher na contemporaneidade.

Os postais fazem uma crítica social à violência contra mulheres no ES. A série de postais é intitulada *Objetos deslocados*, pelo fato de os objetos presentes nos relatos de violência terem deixado de ser utilizados de modo convencional, para serem usados como instrumentos de violência contra mulheres. Assim, um garfo, uma torneira, um cabo de carregador de celular, um cabo de energia de um eletrodoméstico, um tijolo de construção, uma enxada, uma marreta, uma cadeira, uma barra de ferro, uma máquina de cortar cabelo, dentre outros objetos, compõem a série *Objetos deslocados*.

Para produzir os dezoito postais, houve dois momentos de produção. Inicialmente, a artista se baseou em notícias de 2015, confeccionando oito postais referentes a 2015. Depois disso, ela produziu os dez postais de 2018, tem como base os anos de 2017 e 2018. Para a série de dez postais relativa ao ano de 2018, Reis (2019) teve como base 82 casos registrados de violência contra mulheres entre 2017 e 2018 no Estado do Espírito Santo. Apesar desse número de casos ser elevado, a artista fez um recorte, usando 10 notícias como

referência para a produção dos postais, considerando os casos que geraram mais impacto na sociedade. Ela se baseou nas notícias e nos objetos usados nas agressões.

Em entrevista, a artista afirmou que produziu os postais com base nos jornais de grande circulação do Espírito Santo, considerando os relatos de violência de homens contra mulheres. Destacamos os jornais: A Tribuna e A Gazeta como as principais fontes de pesquisa da artista.

Reis (2019) realizou uma reescrita das notícias, produzindo narrativas curtas que retratavam as cenas de violência de homens contra mulheres. Além disso, todos os postais apresentam a seguinte estrutura: na frente, temos a imagem do objeto usado no ato da violência; ao passo que, no verso, temos uma narrativa com os seguintes elementos: o agressor, a vítima e como o objeto foi usado na agressão.

Como apontam os dados dos Atlas da Violência de 2019, 2020, 2021, os casos de violência contra mulheres no Espírito Santo ainda são uma dura realidade. Temos uma longa história de agressões e feminicídios. Por esse motivo, mesmo o *corpus* tendo postais com sete anos de produção, ele não está desatualizado.

Ao fazer uma busca simples pelo *Google* com alguns desses objetos, nos deparamos com casos de agressão de homens contra mulheres, tanto no Espírito Santo, como também em outros estados do Brasil e em outras partes do mundo. Isso se comprova com a seguinte manchete do Estado de Goiás: **“Homem é preso suspeito de bater na mulher com capacete na frente dos filhos, em Minaçu”** (G1 Goiás, 15/11/2022).

Nesse caso, apresentamos um exemplo de uma manchete atual, retratando uma situação de violência doméstica com a utilização de um capacete. Inclusive, no corpo da notícia, temos a informação de que o marido xingou a mulher e cometia violência psicológica contra ela. Além disso, ele usou o capacete para bater no rosto da esposa, causando lesões na vítima.

Temos também a manchete: **Homem é preso após agredir mulher com carregador de celular** (Gazeta de Rio Preto, 10/08/2022). Nesse caso, o marido usou um carregador de celular para agredir a esposa na cabeça. Ela foi levada ao UPA (Unidade de Pronto Atendimento) de Jaguaré, pois teve um corte na testa

devido às lesões. Essas informações indicam que este *corpus* é relevante e continua sendo atual.

Nesta tese, nosso objetivo geral é examinar o discurso dos *Objetos deslocados*, compreendendo como a violência de homens contra mulheres no ES é representada nos postais. Os objetivos específicos são:

- a. Identificar estratégias ideológicas e estruturas discursivas utilizadas para representar atores sociais e ação social nos casos de violência contra mulheres no ES.
- b. Analisar os recursos multimodais usados na representação dos objetos.
- c. Verificar como se deu a mudança de “função” dos objetos.
- d. Analisar se os postais contribuem ou não para o enfretamento (ou reflexão) da violência contra mulheres no ES.

Para compor o quadro teórico desta tese, assumimos o posicionamento dos Estudos Críticos do Discurso (ECD)², considerando que produzimos pesquisa engajada, tendo em vista temáticas que são relevantes para o cotidiano. Nesse caso, nos interessa o tema da violência doméstica contra mulheres e sua divulgação nos meios de comunicação e artísticos, pois entendemos que o “compromisso ‘sem coração’ derrota nosso próprio propósito” (PARDO, 2010, p.188, apud RESENDE, 2019, p.40). Assim, as pesquisas com base nos Estudos Críticos do Discurso devem estar alinhadas às realidades sociais. Elas não podem ser descontextualizadas e descorporificadas.

Esta tese, portanto, assume a posição de van Dijk (2013), para quem a ACD é uma perspectiva crítica de produção do conhecimento, focada em problemas sociais, preocupando-se com o papel do discurso na produção e reprodução do abuso de poder ou dominação. Ela trata de questões de grupos sociais dominados. Assim, a pesquisa em ACD combina o que “costuma ser chamado de “solidariedade com os oprimidos” com uma atitude de oposição e dissensão contra aqueles que, por meio do texto e da conversação, buscam

² Com o objetivo de diferenciar a Análise do Discurso (AD) de Linha Francesa da Análise Crítica do Discurso (ACD), autores como van Dijk (2013) passaram a utilizar o termo ACD em muitas de suas obras. No entanto, nos dias atuais, houve uma retomada do termo ECD (Estudos Críticos do Discurso) por muitos analistas do discurso, inclusive por van Dijk. Em decorrência disso, usaremos tais termos como sinônimos.

estabelecer, confirmar ou legitimizar o seu abuso de poder” (VAN DIJK, 2013, p.353). A ACD assume e defende sua posição social e política.

O fato de a ACD surgir de abordagens distintas faz com que seu estudo seja multidisciplinar, levando em consideração as relações entre estruturas discursivas e problemas sociais. Nesse caminho, podemos discutir questões ligadas à identidade de gênero, violência contra mulheres, considerando também as relações de poder e principalmente, de abuso de poder.

Esta tese adota, como procedimento teórico-metodológico, a proposta dos Estudos Críticos do Discurso (ECD) de base sociocognitiva, de van Dijk (1999, 2006, 2010, 2012a, 2012b, 2013, 2014, 2016). A teoria Sociocognitiva de van Dijk (2013) é uma proposta multidisciplinar, que tem como fundamento três eixos sustentadores: o social, o cognitivo e o discursivo. Nos baseamos no conceito de discurso que é:

A interação conversacional, a modalidade escrita da língua, bem como a expressão corporal, facial, diagramação do texto, imagens e qualquer outra “semiose” ou forma multimodal de significação (VAN DIJK, 2013, p.355).

Para abordar as categorias referentes, ideologia, ação social e atores sociais, trazemos as obras de van Dijk (1999, 2006, 2010, 2012a, 2012b, 2013, 2014, 2016), pois essas são categorias de análise desta tese. Para tratar da multimodalidade, nossa referência são as obras de Kress (2010), van Leeuwen (2005, 2011), Kress e van Leeuwen (2001, 2002, 2006) com as contribuições da Semiótica Social. Para discutirmos a noção de agentividade dos atores sociais, faremos um diálogo entre as obras de van Dijk e os trabalhos desenvolvidos por Tomazi *et al.* (2016), Tomazi (2020), Tomazi e Resende (2022).

A escolha desses autores leva em consideração como as categorias de análise se apresentam nos postais da série *Objetos deslocados*. Essa seleção levou em consideração os aspectos centrais destacados no *corpus* e as recorrências encontradas. São elas: multimodalidade, referentes, ação social, atores sociais e ideologia.

O estudo dessas categorias foi guiado pelas seguintes questões:

1. Quais aspectos multimodais e discursivos são utilizados para representar o objeto?

2. Quais escolhas lexicais são realizadas para representar os atores sociais e a ação social, considerando a noção de agentividade³ nas narrativas?
3. Quais ideologias a respeito da violência de gênero no ES são acionadas (ou construídas) a partir dos discursos dos postais?
4. Essa arte contribui ou não para o enfretamento (ou reflexão) da violência contra mulheres no ES?

Assim, a escolha dessas categorias levou em consideração os questionamentos apresentados, aplicando-se ao *corpus*. A separação em categorias é uma estratégia metodológica empregada com o objetivo de tornar mais didática a apresentação das mesmas.

Para compreendermos melhor a organização desta tese, apresentamos a seguinte divisão: Capítulo 2: Tem por objetivo discutir sobre as questões de violência contra mulheres, patriarcado e gênero. No primeiro momento, apresentamos uma discussão sobre violência contra mulheres, patriarcado e dominação masculina, trazendo as contribuições de Saffioti (2001, 2004), Izumino e Santos (2005), Bourdieu (2002), Lerner (2019), Solnit (2017) e Walker (2009). Para abordar as questões de gênero, nos baseamos nas obras de: Scott (1995), Butler (2013, 2018), Livia e Hall (2010), Adichie (2015, 2017), Despentes (2016) e Connell e Pearse (2015). Tal discussão tem por objeto abordar a divisão binária sexo/gênero, problematizando tal divisão. Apontamos também as contribuições de Vergès (2021) e Arruzza *et al.* (2019) sobre violência contra mulheres e sistema econômico, mostrando como o modelo capitalista reforça as violências como forma de existência.

Com o objetivo de conhecer um pouco sobre a legislação penal brasileira, apresentamos os estudos desenvolvidos por Montenegro (2015). Para tratar da lei 11.340/2006, trazemos para discussão os estudos

³ Van Dijk (1991) analisou a importância da agentividade dos atores sociais, mostrando como as ações e os papéis atribuídos a eles têm implicações ideológicas. Tomazi (2020), ao abordar manchetes de jornal, utiliza essa noção, referindo-se aos papéis semânticos (agente ou paciente) que os atores sociais (mulher e agressor) assumem nas manchetes e as implicações para a problemática da violência de homens contra mulheres. Nesta tese, analisaremos a noção de agentividade nos postais dos *Objetos deslocados*, que são o *corpus* desta pesquisa.

desenvolvidos por Dias Júnior (2009), Tomazi e Almeida (2019), Cortês (2013), considerando também alguns dados do Atlas da Violência de 2019, 2020 e 2021. Além de trazer a Lei 13.104/2015 sobre feminicídio com as discussões de Pasinato (2011). Para abordar os casos de violência contra mulheres no Espírito Santo, também usamos como referência os estudos de Natale (2015, 2020), Tomazi *et al.* (2016), Tomazi e Almeida (2019) e Tomazi (2020) devido à relevância dos estudos desenvolvidos pelos pesquisadores.

Capítulo 3- Apresenta os Estudos Decoloniais e os Feminismos com as obras de Lugones (2019), Segato (2014) e Costa (2020), tendo em vista que o tema da violência contra mulheres é ponto de pauta para essas pesquisadoras. Também objetiva localizar a obra de Cristiane Reis na cena estadual, mostrando os diálogos entre os trabalhos de outras artistas capixabas como: Thiara Pagani, Kika Carvalho e Amanda Brommonschenkel, pois elas também tratam da temática da violência contra mulheres no Espírito Santo. Assim, essas produções artísticas estão em consonância, compondo o cenário capixaba. Temos, portanto, produções audiovisuais como documentários, peças teatrais, intervenções com pichos, grafites, dentre outras manifestações artísticas inseridas na cena local.

Com o objetivo de conhecer o *corpus* da tese, foi necessário entrevistar Cristiane de Alencar Reis, para compreendermos melhor a relação entre as obras da artista e o contexto de produção dos postais. Para isso, utilizamos como procedimental metodológico a ACE (Análise da Conversa Etnometodológica). Além disso, este capítulo traz o Estado da Arte sobre os postais, por meio da obra de Bruscky (2006) e Britto (2013), para compreendermos o que é a Arte Postal no Brasil, entendendo suas formas de produção e circulação. Também apresentamos os estudos de Blauth e Nunes (2018), pois os autores afirmam que, em decorrência das mudanças tecnológicas, a Arte Postal sofreu algumas adaptações, passando a circular em outros suportes, como as mídias digitais. Tais aspectos são relevantes para compreendermos as formas de circulação desta arte. Nos apropriamos do conceito trazido por van Dijk (2010), além das discussões de Fonseca (2018) sobre grupos de resistência, para mostrar que os postais produzidos por Reis (2019) são um manifesto, de acordo com Bortolucce (2015).

Capítulo 4- Apresenta o percurso teórico-metodológico, além das categorias de análise, dando ênfase a cada categoria. A abordagem referencial é a vertente dos Estudos Críticos do Discurso (ECD) de base Sociocognitiva. Como os *Objetos deslocados* são vistos como objetos de discurso, trataremos dos referentes como categoria de análise, passando pelo processo de referenciação, retomando as obras de Cavalcante (2011), Cavalcante *et al.* (2014, 2015). As obras de Kress e van Leeuwen (2001, 2002, 2006) representam o aparato teórico-metodológico que nos dá suporte para compreendermos os aspectos multimodais dos postais pela perspectiva da Semiótica Social. Além disso, utilizamos as obras de van Dijk (1999, 2006, 2010, 2012a, 2012b, 2013, 2014, 2016), para tratarmos das categorias: referentes, ideologia, atores sociais e ação social, norteando as questões teórico-metodológicas presentes nesta tese. Estabelecemos um diálogo com Tomazi (2020), para tratar da noção de agentividade dos atores sociais.

Capítulo 5- São apresentadas as análises dos postais, considerando as categorias. Apresentamos os objetos como referentes, a função sintática dos objetos, bem como as tabelas com os verbos presentes na ação social e como os atores sociais foram representados nos postais. Além dos aspectos multimodais presentes nos postais, retomando os pontos centrais desta pesquisa nas análises,

Capítulo 6- É destinado aos comentários conclusivos que tivemos no decorrer deste estudo, compreendendo nosso papel dentro da pesquisa, ao tratar do tema da violência contra mulheres no ES e refletindo sobre as contribuições desta tese para os Estudos Críticos do Discurso, para o GEDIM, para o ensino, ou seja, trazendo um retorno para a sociedade por meio desta pesquisa.

2. VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES E QUESTÕES DE GÊNERO

Com o objetivo de problematizar as questões de violência contra mulheres, tratamos, neste capítulo, dos conceitos de Lerner (2019) sobre o patriarcado e seus símbolos. As obras de Solnit (2017), Saffioti (2001, 2004), Bourdieu (20002), Izumino e Santos (2005), Saffioti (2001, 2004), Vergès (2021), Nader (2013, 2014) e Arruzza *et al.* (2019) também são relevantes para discutirmos as questões ligadas à dominação masculina e à exploração contra mulheres. Além das contribuições de Walker (2009) sobre o Ciclo da Violência.

Apresentamos, ainda, uma discussão sobre gênero e sexo, considerando os estudos de Scott (1995), Butler (2013, 2018), Lerner (2019), Livia e Hall (2010), Adichie (2015, 2017), Despentes (2016), Connell e Pearse (2015). Para tratar do feminicídio, nos baseamos na Lei 13.104/2015 e na obra de Pasinato (2011), além da Lei 11.340/ 2006, com as contribuições de Montenegro (2015).

Por fim, para abordar a questão da violência contra mulheres no Espírito Santo, nos baseamos no Atlas da Violência de 2019, 2020 e 2021, nas informações do site da Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social (SESP), bem como os estudos de Natale (2015, 2020), Nader (2013, 2014), Tomazi *et al.* (2016), Tomazi e Almeida (2019), Tomazi e Resende (2022).

2.1 PATRIARCADO E VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES

Por meio de um estudo detalhado sobre a origem dos símbolos e a criação do patriarcado, Lerner (2019) destaca a relevância do monoteísmo para o pensamento abstrato e a importância dos símbolos universais como o Livro do Gênesis. O estudo aprofundado pela historiadora traz grandes contribuições acerca dos mecanismos empregados na construção do patriarcado, considerando a dominação masculina um produto de desenvolvimento histórico. Apesar da importância dos símbolos universais para o mundo ocidental, os mesmos realizaram um apagamento do poder divino feminino, por meio do processo de marginalização das mulheres.

Esse processo se deu pelas narrativas bíblicas, em que as mulheres eram incluídas na aliança com Deus pela mediação de homens. A autora afirma que

“este é o processo histórico da morte da Deusa-Mãe e sua substituição pelo Deus-Pai e a Mãe metafórica sob o patriarcado” (LERNER, 2019, p.244). Lerner (2019) também afirma que a civilização ocidental se baseia na Bíblia, utilizando suas metáforas e definições de gênero e moralidade.

A historiadora, ao abordar o processo de marginalização das mulheres, afirma que as mesmas só passam a ter acesso a Deus na função de mãe. “Essa desvalorização simbólica das mulheres em relação ao divino se torna uma das metáforas marcantes da civilização ocidental” (LERNER, 2019, p.23). Essa construção metafórica naturalizaria a submissão das mulheres, estabelecendo o patriarcado como ideologia.

Uma metáfora marcante da civilização ocidental se refere à inferiorização das mulheres, dada pela filosofia aristotélica. Para Lerner (2019), essa noção de inferioridade se baseou no argumento de que as mulheres eram consideradas, por Aristóteles, seres incompletos, emotivos, fracos, sendo uma espécie diferente do homem. Esse posicionamento “incorporou o conceito patriarcal de gênero da inferioridade das mulheres de modo a torná-lo incontestável e, de fato, invisível” (LERNER, 2019, p.257).

Essa herança da filosofia aristotélica foi utilizada pela civilização ocidental durante séculos como argumento para excluir as mulheres da organização política democrática. As metáforas de submissão e inferiorização das mulheres são destacadas por Lerner (2019), pois elas estruturaram o patriarcado. Lerner (2019) afirma que:

O patriarcado é uma criação histórica formada por homens e mulheres em um processo que levou quase 2.500 até ser concluído. A princípio, o patriarcado apareceu como Estado arcaico. A unidade básica de sua organização foi a família patriarcal, que expressava e criava de modo incessante suas regras e valores (LERNER, 2019, p.261).

E o que significa ter o patriarcado como ideologia? Primeiramente, assumimos o posicionamento de van Dijk (1999), para quem as ideologias representam as “crenças sociais gerais e abstratas, compartilhadas por um grupo, as quais controlam e organizam as opiniões (atitudes) e conhecimentos mais específicos de um grupo” (VAN DIJK, 1999, p.69). Assim, por meio das crenças compartilhadas socialmente, o patriarcado torna-se uma ideologia dominante. E ele é reforçado pela desvalorização simbólica da mulher em

relação ao divino e por sua inferiorização. Esses valores são reforçados socialmente, legitimando a ideologia patriarcal.

No modelo patriarcal, os papéis e comportamentos considerados apropriados por homens e mulheres eram expressos por meio de valores, costumes, leis e papéis sociais, evidenciando a dominação masculina como um critério que estabelecia “diferença” entre os gêneros. Além disso, a hegemonia dos homens sobre o sistema dos símbolos por meio da filosofia grega e da teologia judaico-cristã permitiu que eles explicassem o mundo a sua maneira, definindo questões importantes e se colocando como centro no discurso. Inclusive, ainda usamos a forma *homens* para representarmos a humanidade. Tal escolha conceitual gera um apagamento da figura feminina ao longo da história, na medida em que o pensamento das mulheres foi aprisionado a uma estrutura patriarcal.

Uma escritora e historiadora que também apresenta uma discussão relevante sobre violência contra mulheres e como os homens se colocam no centro do discurso é Solnit (2017). A autora cunhou o termo: *mansplaining*, que é a junção das palavras man (homem) e explain (explicar) na Língua Inglesa. Esse termo é usado para descrever quando um homem tenta explicar algo para uma mulher, partindo do pressuposto de que ela não entende sobre o assunto. Inclusive, Solnit (2017) produziu a obra: *Os homens explicam tudo para mim*, mostrando como se dão esses processos machistas pelo discurso.

Ao tratar da violência contra as mulheres, a escritora afirma que “é uma maneira de silenciar as pessoas, de negar-lhes a voz e a credibilidade, de afirmar que o direito de alguém de controlar vale mais que o direito delas de existir, viver” (SOLNIT, 2017, p.17). Assim, o silenciamento, a negação da credibilidade feminina, as formas de coação e controle dos corpos e das mentes das mulheres representam práticas que reforçam essa violência, reafirmando uma ideologia patriarcal.

Poderíamos nos perguntar sobre qual a relação que se estabelece entre o conceito de patriarcado e a violência contra mulheres. De acordo com Lerner (2019), a ideologia patriarcal se estruturou com base nas metáforas de submissão e inferiorização das mulheres, o que em si, já constitui uma violência simbólica por meio do silenciamento feminino e pelo apagamento da divindade feminina, gerando um processo de marginalização das mulheres.

Para Saffioti, a violência de gênero é um conceito amplo, “abrangendo vítimas como mulheres, crianças e adolescentes de ambos os sexos” (SAFFIOTI, 2001, p.1). Embora este conceito seja amplo, focamos aqui no objeto da tese que é a violência contra mulheres. Segundo a socióloga, “a execução do projeto de dominação-exploração da categoria social homens exige que sua capacidade de mando seja auxiliada pela violência” (SAFFIOTI, 2001, p.1). Desse modo, as categorias de dominação e exploração pertenceriam às dimensões dos processos de sujeição a que as mulheres se submetem.

Saffioti (2001) traz como referência a obra de Bourdieu (2002) para abordar a questão da dominação e exploração sofridas pelas mulheres. Para discutir as categorias dominação-exploração, abordamos o conceito de dominação masculina apresentado por Bourdieu (2002), que recorreu a sua pesquisa etnográfica, realizada nas décadas de 1950 e 1960, sobre a sociedade Cabila, localizada na região da Argélia. Cabília estruturou as relações sociais com base no princípio androcêntrico, havendo uma relação assimétrica em que o masculino é visto como hierarquicamente superior ao feminino.

Segundo o sociólogo, as relações de dominação são legitimadas e se inscrevem numa natureza biológica, sendo que ela “é uma construção social naturalizada” (BOURDIEU, 2002, p.16). Essa visão estabelece toda a relação de sexo, gênero, divisão do trabalho, trabalho sexual. Isso quer dizer que tais práticas visam à legitimação e à dominação do poder masculino, ocorrendo de forma naturalizada socialmente. Até mesmo pela naturalização das relações de exploração por meio das divisões do trabalho, dentre outras práticas cotidianas.

O autor afirma que “a força da ordem masculina dispensa justificação; a visão androcêntrica impõe-se como neutra” (BOURDIEU, 2002, p.09). Dessa forma, a ordem social funcionaria como uma máquina simbólica, “ratificando a dominação masculina sobre a qual se alicerça” (BOURDIEU, 2002, p.09). Assim, a dominação masculina se daria de forma simbólica, por meio de práticas que a reforçam e a legitimam.

De acordo com Bourdieu (2002), na visão androcêntrica, a relação sexual se mostra como uma relação social de dominação, sendo que o masculino é visto como o ativo e o feminino, passivo; dirigindo o desejo masculino para uma dominação erotizada, ao passo que a mulher teria o desejo de ser dominada.

Bourdieu (2002) apresenta um esquema sinóptico das oposições pertinentes, mostrando que o corpo é visto como uma construção social sexuada, havendo um quadro de oposições entre masculino e feminino. Por meio desse quadro, as oposições indicariam que o masculino é representado como: ativo, dominante, ligado a espaços abertos; já o feminino representaria o passivo, dominado, ligado a espaços fechados, ou seja, internos.

Temos, portanto, uma divisão dos sexos, por questões biológicas, que levam a uma separação dos gêneros, atribuindo papéis sociais a homens e mulheres, levando essa questão para o âmbito do trabalho sexuada. Essa divisão determinou, por exemplo, que homens deveriam trabalhar no campo ou no mercado e às mulheres eram reservados os espaços internos como casas e jardins. Essa separação estabelece que o homem deva atuar na vida pública e à mulher é destinado o espaço interno, ficando restrita aos trabalhos domésticos. O autor traz o conceito de “confinamento simbólico”, para mostrar esse controle do corpo feminino por meio do estabelecimento de um cerco invisível que confina o espaço da mulher, restringindo seus movimentos e sua postura.

Como essas práticas culturais e sociais são vistas como naturais, passa-se a acreditar que a docilidade, a gentileza e a delicadeza sejam atributos considerados femininos, como algo intrínseco à natureza feminina. Essa visão faz com que as mulheres assumam trabalhos que são considerados de menor valor e importância dentro da sociedade, como afirma Federici (2019). Isso é tão forte e marcado, que até os dias de hoje, muitas pessoas acreditam que o trabalho doméstico deve ser desempenhado por mulheres, não devendo ser remunerado.

Por meio dos estudos de Bourdieu (2002), constatamos que a visão androcêntrica privilegia o masculino em detrimento do feminino e que a naturalização dessas práticas também constitui um tipo de violência simbólica, havendo condições favoráveis para o seu pleno exercício.

Para continuar a discussão sobre violência contra mulheres, trazemos as contribuições de Izumino e Santos (2005). As sociólogas discutem tal temática, tendo como referências as obras de: Chauí (1985), Saffioti (1987) e Gregori (1993).

A primeira teoria se baseia nos estudos de Chauí (1985), para quem a violência contra mulheres resulta de uma ideologia que define a condição

feminina como inferior à masculina. Assim, as diferenças hierárquicas entre o masculino e o feminino têm por objetivo dominar, explorar e oprimir mulheres. Essa visão dialoga com Bourdieu (2002), para quem a inferiorização das mulheres representa uma visão androcêntrica, resultando na dominação masculina.

Chauí (1985), afirma que o controle dos corpos femininos naturaliza a condição feminina, por exemplo, a partir da maternidade. Dessa forma, a mulher assume os papéis de: mãe, esposa, filha; estando dependente dos outros, não sendo considerada um ser autônomo. Isso não quer dizer que a mulher não cometa violência. Nessa abordagem, as mulheres seriam consideradas “cúmplices” da violência, sendo instrumentos da dominação masculina.

Já a segunda perspectiva que orienta os trabalhos sobre violência contra mulheres foi desenvolvida por Saffioti (1987). A feminista apresenta uma abordagem marxista sobre o patriarcado, segundo a qual a violência contra mulheres resultaria de uma socialização machista. Assim, o machismo manteria as relações de dominação e exploração em relação às mulheres. Essa formação machista “autorizaria” o homem a cometer violência contra a mulher. Para Saffioti (1987), as mulheres não seriam “cúmplices” dessa violência, mas seriam vítimas, numa relação desigual de poder.

A terceira abordagem trata da questão da violência contra mulheres relativiza a relação dominação-vitimização. O trabalho de Gregori (1993) é destaque. A autora aponta para a complexidade envolvendo a violência contra mulheres, na medida em que a mulher se apresenta como vítima dessa violência. Nesse caso, ela passa a ser vista como “não-sujeito”. Essa posição de vítima é paradoxal, havendo “prazer” ao denunciar o companheiro, mas há também medo de sofrer novamente a violência. Nesse caso, esse processo de vitimização aprisionaria a mulher.

Ao relativizar o processo de vitimização, Gregori (1993) entende que a mulher está “em situação de violência”, em vez de ser “vítima da violência”. Izumino e Santos (2005) fazem algumas ressalvas à abordagem de Gregori (1993), por esta não considerar as relações de poder nos casos de violência contra mulheres. Além disso, as autoras afirmam que Gregori (1993) não analisa a fundo os contextos em que se dá a violência.

As sociólogas afirmam que as três correntes apresentadas foram importantes para dar visibilidade à temática da violência contra mulheres. Contudo, há algumas ressalvas quanto aos posicionamentos assumidos em relação às questões de dominação-vitimização.

A partir dessa discussão, esta tese assume a definição de Saffioti (2001, 2004), para quem,

A violência de gênero, inclusive em suas modalidades familiares doméstica, não ocorre aleatoriamente, mas deriva de uma organização social de gênero, que privilegia o masculino (SAFFIOTI, 2004, p.81).

Por essa citação, a violência de gênero representaria a violência contra mulheres.

A socióloga afirma que o patriarcado “é o regime da dominação-exploração das mulheres pelos homens” (SAFFIOTI, 2004, p.44). Além disso, a autora afirma que as relações patriarcais e as relações de poder contaminam toda a sociedade, ao oferecerem privilégios para os homens, brancos e preferencialmente, heterossexuais. O modelo patriarcal se apresenta como algo nocivo para homens e bem mais ainda para mulheres. E a violência contra mulheres se dá nesse modelo de sociedade que mantém uma estrutura machista de privilégio e poder. Essa socialização machista autoriza que mulheres sejam agredidas por homens, naturalizando essa prática de violência.

Assim, as relações sociais desiguais também gerariam violência contra mulheres. Saffioti (2004) afirma que a violência doméstica costuma ocorrer no ambiente do lar, mas não se restringe ao ambiente doméstico, estando pautada, muitas das vezes, por vínculos familiares. Nesse caso, é alguém da família que vai gerar tal tipo de violência, sendo um companheiro, um parente e, na maioria esmagadora, homens.

Saffioti (2001) cita a obra de Bourdieu (2002) para mostrar como a dominação masculina apresenta uma relação direta com a violência contra mulheres por meio de práticas de dominação e exploração. Além disso, Saffioti (2004) considera as relações de poder, entendendo que elas ocorrem de modo desigual.

Izumino e Santos (2005) defendem uma abordagem de violência contra mulheres dentro de uma relação de poder. No entanto, esse poder não é visto de forma absoluta e estática, sendo sempre exercido pelo homem sobre a

mulher, de acordo com a abordagem da dominação patriarcal. Para as autoras, o poder é visto como algo dinâmico e relacional, sendo exercido por homens e mulheres, contudo de forma desigual. As pesquisadoras sugerem que se compreenda melhor o papel social de homens e mulheres na produção da violência contra mulheres, pois ambos atuam de alguma forma, legitimando a violência.

Para Saffioti (2004), a violência é vista como uma ruptura das integridades: física, psíquica, sexual e moral. Constatamos que a Lei 11.340/2006, mais conhecida como Lei Maria da Penha, faz uma referência às integridades apresentadas por Saffioti (2004), na tipificação das violências como: física, psicológica, sexual, patrimonial e moral. Houve um acréscimo à violência patrimonial, por ser um tipo de violência que causa algum dano ao patrimônio da vítima, visando atingi-la. Além disso, a submissão financeira também representa violência patrimonial. Isso ocorre quando o homem se vale da condição econômica para ter controle sobre a mulher.

Para complementar essa discussão tão relevante e complexa, trazemos as contribuições da ativista e pesquisadora dos estudos pós-coloniais Françoise Vergès (2021), para quem a violência é vista como um “componente estruturante do patriarcado e do capitalismo, e não como uma especificidade masculina” (VERGÈS, 2021, p.13). Isso quer dizer que devemos analisar a violência não somente como resultado de dominação masculina.

A ativista considera que o sistema em que estamos inseridos “faz da violência um modo de vida e existência, que a institui como única forma de relação possível” (VERGÈS, 2021, p.134). Além disso, para a autora, a dominação masculina é exercida sobre as mulheres e também sobre os homens. E o sistema capitalista reforça quais corpos teriam direito ao descanso e à saúde. Essa divisão estabelece uma hierarquização dos corpos. Temos, portanto, um modelo econômico que racializa e sexualiza esses corpos.

Vergès (2021) questiona o que leva os homens a matar as mulheres. E nós continuamos nos perguntando sobre o porquê disso. E diante desse cenário, temos que considerar a violência como uma prática fomentada pelo patriarcado e também pelo capitalismo. Inclusive, no modo de performar gênero, como aponta Butler (2013, 2018).

A grande questão é que a sociedade ainda produz masculinidade tóxica⁴, quando diz a um homem que ele não deve ser sensível, expressar seus sentimentos, pois isso indicaria fraqueza ou fragilidade. Tais práticas discursivas também promovem violência simbólica com os homens. O resultado é uma masculinidade tóxica com práticas de violência verbal, física e sexual contra mulheres que é legitimada pela cultura, pelo discurso, pela mídia e reforçada por um sistema que tem a violência como base estruturante.

De acordo com Vergès (2021), no contexto da pandemia, as violências contra mulheres, crianças, idosos e as violências racistas e policiais não diminuíram em nenhum lugar do mundo. Isso é uma informação que nos faz refletir como as violências são sistêmicas. Temos, portanto, um sistema que se alimenta dessas violências.

Vergès (2021) cita a ativista Sayak Valencia, esta afirma que o capitalismo *gore* (sangrento) é uma forma de governo marcada pela violência cruel e brutal. Nesse contexto, a “masculinidade” é vista como uma arma a serviço do projeto necropolítico. Aqui a masculinidade seria representada pelo que tratamos como masculinidade tóxica. Nesse modo de existir marcado pelo capitalismo *gore*, a violência seria uma prática que dá sentido à existência.

E nesse sistema, todos os corpos “matáveis são feminizados, no sentido de que são colocados à disposição da dominação(...) Nenhuma idade, nenhum sexo, nenhum gênero escapam a essa economia” (VERGÈS, 2021, p.32). Temos, portanto, um sistema que legitima práticas de violência, que, por sua vez, consolidam o poder masculino. Desse modo, as nossas formas de interação e socialização no mundo capitalista estariam à disposição de práticas que reforçam padrões violentos de comportamento e existência.

De acordo com Arruzza *et al.* (2019), a violência é parte integrante do funcionamento da sociedade capitalista pois é “por meio de uma mistura de coerção brutal e consentimento construído que o sistema consegue se sustentar

⁴ O termo: masculinidade tóxica representa um modelo de masculinidade hegemônica que tradicionalmente defende valores como a agressividade e a invulnerabilidade, e que se posicionou como detentor do poder e da palavra acima das mulheres, Salazar (2018). Zanello (2018) prefere o termo masculinidade adoecida, mostrando que esse padrão gera adoecimento nos homens e que é preciso construir uma masculinidade saudável, para que homens não usem a violência como uma maneira de existir no mundo.

com perfeição” (ARRUZZA *et al.*, 2019, p.65). As autoras afirmam que, na sociedade capitalista, a violência contra mulheres “não é uma ruptura da ordem regular das coisas, e sim uma condição sistêmica” (ARRUZZA *et al.*, 2019, p.62).

No que se refere à violência de homens contra mulheres, Saffioti (2004) afirma que a violência doméstica apresenta características específicas, sendo que uma delas é a rotinização, que contribui para a dependência da vítima. Nesse caso, a socióloga considera que há uma rotina de atos violentos.

Em relação a essa rotinização, a psicóloga Lenore Walker (2009) traz grandes contribuições, apresentando o Ciclo da Violência contra mulheres. Walker (2009) analisa a violência de homens contra mulheres, no contexto de violência doméstica, mostrando que há um ciclo que se repete, perpetuando essa prática. O Ciclo da Violência contra mulheres é marcado por agressões recorrentes, sendo composto por três fases: “(1) aumento da tensão acompanhado de crescente sensação de perigo, (2) o incidente de agressão aguda e (3) a contrição amorosa (WALKER, 2009, p.91). Destacamos que, nesse contexto, a palavra incidente indicaria o momento da agressão, ou seja, o acontecimento e não algo acidental ou inesperado, pois as ações anteriores do agressor, ou seja, a fase 01, já apontam para uma cena de violência.

Os estudos desenvolvidos pela psicóloga apontam que, o primeiro momento de um relacionamento é marcado pela fase do namoro, com um comportamento mais amoroso. Contudo, com o passar do tempo, essa relação se transforma, sendo marcada por vigilância e perseguição por parte do agressor.

Para Walker (2009), na primeira fase, há uma escalada gradual da tensão por meio de xingamento e abuso físico. O agressor se mostra insatisfeito e hostil, mas ainda não é de forma extrema. Nessa fase, a mulher tenta acalmar o agressor na esperança de que essa situação cesse. A psicóloga afirma que, por um tempo, a mulher tenta evitar que as agressões continuem a ocorrer, dando uma falsa sensação de que ela poderia controlar esse homem, evitando mais hostilidade e agressão.

Na fase dois, há um aumento da tensão, gerando mais medo. É a fase em que ocorrem as agressões de forma aguda. Nesse caso,

O agressor normalmente desencadeia uma enxurrada de agressão verbal e física que pode deixar a mulher gravemente abalada e ferida. A mulher faz o melhor para se proteger, muitas vezes cobrindo partes

do rosto e corpo para bloquear alguns dos golpes. De fato, quando lesões ocorrem, geralmente acontecem durante esta segunda fase. Isto é também o momento em que a polícia se envolve, se é que é chamada. A fase aguda do golpe é concluída quando o agressor para, geralmente trazendo com sua cessação uma forte fisiologia de redução na tensão. Isso por si só é naturalmente reforçador. A violência costuma ter sucesso porque funciona (WALKER, 2009, p.94).

De acordo com Walker (2009), com o passar do tempo, a mulher passa a prever quando chegará a esse ponto do Ciclo da Violência. Sabendo que, na maioria das situações, ela não conseguirá impedir as agressões, é o momento em que não se pode evitar esse ciclo, não há escapatória para as mulheres, a menos que os homens “permitam”. Entendemos que o Ciclo pode ser rompido, com denúncias, políticas públicas mais eficazes no combate à violência contra mulheres, entre outras ações; contudo, estamos trazendo as contribuições de Walker (2009) sobre a forma como o ciclo atua.

Na fase três, o agressor pede desculpas, parecendo que está arrependido de agredir a mulher; podendo presentear a vítima ou fazendo promessas de que irá mudar. A mulher deseja acreditar nessa mudança de comportamento do agressor, remetendo ao início do relacionamento, na fase do namoro, quando aquele homem ainda não agia com violência. Para Walker (2009), esta fase é o reforço positivo para a mulher permanecer no relacionamento. Há uma repetição dos atos do período do namoro. Essa fase é marcada pela ausência de tensão.

O Ciclo da Violência aponta que há uma fase de tensão, com grande probabilidade de ocorrerem agressões físicas. Assim, “durante o curso de um relacionamento agressivo, a tensão antes do espancamento se torna mais comum (ou evidente) e a contrição amorosa declina” (WALKER, 2009, p.96). Esse ciclo se repete, gerando mais violência e uma sensação de desamparo. Nesse contexto, é como se não houvesse saída para as mulheres que estão vivenciando uma situação de violência.

De acordo com Saffioti (2001, 2004), a socialização machista geraria práticas de violência contra mulheres, que são naturalizadas socialmente. Para Bourdieu (2002), a dominação masculina se daria por meio da força. Ao observamos o Ciclo da Violência apresentado por Walker (2009), constatamos que há um contexto de violência doméstica que rotiniza tal prática. E essa socialização machista faz com que, pelo senso comum, acreditemos que a força

e a violência sejam atributos naturais dos homens, como se fosse algo inato. Contudo, esses comportamentos são aprendidos culturalmente.

Segundo Lage e Nader (2013), a violência contra mulheres, nos dias atuais, é vista como um problema social, sendo alvo de políticas públicas e legislações para tratar dessa temática. Porém, nem sempre foi assim. As autoras afirmam que:

Na história do Brasil, durante muito tempo, a violência sofrida pelas mulheres não era considerada um problema social que exigisse a intervenção do Estado, pelo fato de ocorrer, sobretudo, no espaço doméstico e em meio a relações conjugais e familiares. Apesar de um grande número de mulheres de todas as classes sociais serem cotidianamente submetidas à violência de vários tipos, isso era visto como questão de ordem privada (LAGE E NADER, 2013, p.306-307).

Desde o Brasil colonial, as relações familiares baseavam-se no modelo patriarcal, conferindo aos homens um enorme poder sobre as mulheres, justificando os atos de violência praticados por maridos e pais em relação às suas esposas e filhas. Cabia aos homens disciplinar e controlar as mulheres da família. Tal prática passou a se naturalizar, permitindo que homens tivessem poder e controle sob corpos femininos.

Essas práticas, naturalizadas socialmente, legitimavam a violência contra mulheres na sociedade. A naturalização levava à banalização, tornando difícil a resolução desse problema. Nesse contexto, acreditava-se que os casos de violência contra mulheres pertenciam à esfera do privado, não devendo ter intervenção do poder público para solucionar tais situações. Inclusive, temos o ditado popular: “em briga de marido e mulher, ninguém mete a colher”; que legitima tal prática.

Para Lage e Nader (2013) o movimento feminista foi quem trouxe as questões de violência doméstica contra a mulher para a esfera pública, devendo ser tratado como problema social. Porém, tais avanços só começaram a ser sentidos pela sociedade na segunda metade do século XX. Apesar de todos os grandes passos dados pelos movimentos feministas no Brasil, ainda há muitos obstáculos a serem enfrentados e esse problema social e estrutural está longe de ser solucionado.

2.2 GÊNERO, SEXO E PERFORMATIVIDADE

Esta seção aborda conceitos como: gênero, sexo e performatividade, pois compreendemos que essas noções são relevantes para entendermos o contexto de violência contra mulheres, tendo em vista que essa divisão binária de sexo, bem como a construção social, histórica e cultural e as formas de performar gênero produzem microviolências que se dão pelas relações sociais, pelas interações e pelas práticas discursivas.

Apresentamos uma discussão sobre gênero, sexo e performatividade, considerando as obras de Scott (1995), Butler (2013, 2018), Livia e Hall (2010), Adichie (2015, 2017), Despentes (2016), Connell e Pearse (2015). Trazer essas pesquisadoras para esta tese tem por objetivo demonstrar que sexo e gênero são construtos sociais e são performados por práticas socioculturais e também discursivas. Além disso, a performatividade privilegiaria o masculino em detrimento do feminino, gerando violência simbólica contra mulheres por meio de práticas de exploração e dominação.

A fim de iniciar a discussão sobre gênero, apresentaremos as valiosas contribuições de Scott (1995). Neste estudo, vamos nos ater a duas definições apresentadas pela autora, que faz uma análise histórica da categoria gênero. Assim, para Scott,

O núcleo da definição repousa numa conexão integral entre duas proposições: (1) o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e (2) o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder (SCOTT, 1995, p.86).

Scott (1995), ao abordar a primeira definição, apresenta quatro elementos inter-relacionados a essa categoria, são: os símbolos que evocam representações simbólicas, conceitos que interpretam esses símbolos, o parentesco e a identidade subjetiva. A autora traz exemplos de Eva e Maria como símbolos da mulher na tradição cristã ocidental.

Os quatro elementos citados por Scott (1995), ao referir-se à primeira definição da categoria gênero, trazem uma relação direta com a afirmação de Lerner (2019) sobre a Bíblia e os símbolos sagrados na tradição cristã ocidental. A historiadora afirma que, há mais de 2500 anos, o Deus hebreu é “tratado, representado e interpretado como um Deus-Pai masculino” (LERNER, 2019,

p.223). Esse significado simbólico foi de extrema importância na forma como homens e mulheres conceituavam as mulheres, havendo, portanto, uma hierarquia na ordem divina e na sociedade humana que tinha como referência os símbolos sagrados da Bíblia.

Sobre o segundo elemento, Scott (1995) afirma que esses conceitos normativos:

(...) estão expressos nas doutrinas religiosas, educativas, científicas, políticas ou jurídicas e tomam a forma típica de uma oposição binária fixa, que afirma de maneira categórica e inequívoca o significado do homem e da mulher, do masculino e do feminino (SCOTT, 1995, p.86).

De acordo com a definição de Scott (1995), podemos constatar a performatividade do gênero por meio de práticas que reiteram o que vem a ser homem e o que vem a ser mulher. Por meio de conceitos normativos aprendidos no ambiente religioso, nas escolas e na sociedade, de modo geral, somos “moldados” para assumirmos comportamentos e atitudes que estão relacionados a essa oposição binária entre masculino e feminino. Dessa forma, o gênero é aprendido socialmente, sendo também uma construção que ocorre por meio das relações sociais.

Para Lerner (2019), as instituições como famílias, escolas, as leis, as religiões mantêm e sustentam a dominação masculina por meio de ideologias que inferiorizam as mulheres, naturalizando esse processo de inferiorização. Dessa forma, poderíamos pensar nos processos de socialização machista comentados por Saffioti (2001, 2004).

Em relação ao terceiro elemento, ou seja, o parentesco, Scott (1995) afirma que o gênero é construído através dele. Assim, o sistema de parentesco representaria o lar e a família como base da organização social. Porém, nas sociedades atuais, a construção do gênero também se dá na economia, por meio da divisão do trabalho, de acordo com os papéis sociais, bem como na organização política, sendo que esses aspectos independem do parentesco. Temos, portanto, um mercado de trabalho segregado e sexuado, que faz parte do processo de construção de gênero.

Para Bourdieu (2002), a divisão social do trabalho é marcada por relações de dominação e exploração e o gênero se inscreve nessas relações. Por vias diferentes, Scott (1995) e Bourdieu (2002) apontam a importância das relações de trabalho para a construção do gênero. Tais autores afirmam que o mercado

de trabalho sexuado determina qual função é atribuída ao homem e qual deve ser desempenhada pela mulher, considerando os papéis sociais na divisão do trabalho.

Já o quarto elemento se refere à identidade subjetiva e como se constrói uma identidade de gênero. Nesse caso, Scott (1995) afirma que é necessário examinar as maneiras como as identidades são construídas, considerando as atividades, organizações e representações sociais, por meio das construções históricas.

A segunda proposição de Scott (1995) traz a discussão de gênero, considerando as relações de poder. Assim, o poder se articula por meio das relações de gênero. Para a autora, as relações de gênero e poder se constroem mutuamente. Além disso, as relações de poder determinam quem tem controle e acesso aos recursos simbólicos e materiais. Dessa forma, constatamos que as relações de gênero são afetadas pelas diferentes formas de poder empregadas em nossa sociedade.

Para Foucault, “o poder se exerce a partir de inúmeros pontos e em meio a relações desiguais e móveis” (FOUCAULT, 2017, p.102). Assim, o poder é uma prática social construída historicamente. Por meio dos estudos de Scott (1995), podemos constatar que o poder se articula às relações de gênero, por meio de práticas que definem o que pertence ao campo masculino e ao feminino, como a divisão sexual do trabalho apontada por Bourdieu (2002), que tem a função de legitimar o gênero.

Butler (2018) também problematiza a discussão sobre sexo, gênero e sexualidade. A autora defende o argumento de que o gênero é construído, não devendo ser, necessariamente, associado a um determinado sexo. Para ela, o próprio sexo também é um construto social, na medida em que nossos corpos são moldados por práticas que reiteram, de alguma forma, seu lugar no mundo. Isso quer dizer que tanto o sexo como o gênero operam no nível pré-discursivo, estando atrelados às relações de poder.

Ao aprofundar a discussão sobre a relação sexo/gênero, Butler cita a célebre frase de Beauvoir, ao afirmar que “Ninguém nasce mulher, torna-se mulher” (BEAUVOIR, 1973, apud BUTLER, 2018, p.29). Assim, o tornar-se mulher ocorre, considerando uma compulsão cultural. Os limites dessa

experiência se estabelecem num discurso hegemônico, baseado em estruturas binárias.

Dentro dessa matriz normativa, temos uma oposição entre masculino e feminino que pautaria o que vem a ser o sexo, o gênero e o desejo; considerando tal oposição. A autora denomina tal prática reguladora como “heterossexualidade compulsória” (BUTLER, 2018, p.45). Porém, nem todos se encaixam nesse molde e por não se conformarem a essa matriz cultural da identidade de gênero, muitas identidades são consideradas falhas, abjetas, como se elas não pudessem existir.

Essa heterossexualidade compulsória é naturalizada por práticas discursivas, sociais e culturais. Por meio da relação binária, em que o masculino se opõe ao feminino, realizamos essa diferenciação, considerando as práticas do desejo heterossexual. Essas práticas exigem e regulam as relações de gênero.

A autora afirma que a identidade de gênero é performativa, sendo constituída no interior do discurso e imposta por práticas que regulam a “coerência” do gênero. Para Butler (2013), a performatividade deve ser entendida como uma prática reiterativa e citacional. Isso quer dizer que o discurso reitera o imperativo heterossexual e essas práticas fazem a manutenção de identidades heterossexuais, negando outras identificações.

Um dos exemplos de controle dos corpos femininos⁵ se dá pela prática do estupro, que seria uma violência sexual brutal. Temos, portanto, uma forma de dominação e exploração por coação. (BOURDIEU, 2002). Assim, o estupro é visto como “próprio do homem; não a guerra, a caça, o desejo cru, a violência ou a barbárie, mas justamente o estupro, essa coisa da qual – até o momento – as mulheres nunca se apropriaram” (DESPENTES, 2016, p.42).

Por meio dos mecanismos de controle dos corpos, temos o processo de histerização da mulher. Segundo Foucault, há três maneiras de definir o sexo: “como algo que pertence ao homem e à mulher; como pertencendo ao homem

⁵ Antes de mais nada, destacamos que os postais analisados nesta tese não nos trazem dados sobre violência sexual. No entanto, como estamos lidando com a violência de homens contra mulheres, é necessário fazer essa observação, tendo em vista que a violência sexual é um dos tipos de violência previstos na lei 11.340/2006.

por excelência e como função de reprodução” (FOUCAULT, 2017, p.166). Esses dispositivos de sexualidade seriam estratégias de poder que confinariam o sexo à família conjugal, sendo direcionados para controle dos corpos, em especial, os femininos. Tal fato se comprova na afirmação de que o sexo pertence ao homem, por excelência.

A partir dessas reflexões sobre a construção dos sexos e dos gêneros, podemos constatar que, ao performar gênero, considerando a matriz heteronormativa, estamos reproduzindo relações de opressão e dominação; tanto ao exercer os papéis sociais, como na organização social do trabalho com base nos gêneros e na subordinação das mulheres. E tudo isso gera mais violência contra mulheres.

Lívia e Hall (2010), ao discutirem a questão da performatividade, trazem os conceitos de Butler para a Linguística, por meio da frase: “é uma menina”. Para as autoras, tal elocução de gênero não é descritiva, mas prescritiva. Isso quer dizer que tal elocução impõe uma série de práticas discursivas reiteradas culturalmente e socialmente. Assim, a fala performativa reproduz normas regulatórias vinculadas ao gênero. Ao proferir: “é uma menina”, há uma série de ações que está ligada a essa elocução, determinando o modo de ser, de vestir-se, de pentear-se, sendo que essas ações são reiteradas a todo tempo, seja por práticas sociais, culturais, como também pelo discurso. Esse padrão é naturalizado, performando o gênero. Assim, a performatividade busca uniformizar a identidade de gênero por meio de práticas regulatórias da matriz heterossexual.

Mediante esse modelo imposto, algumas feministas apresentam propostas sobre como resignificar o gênero, partindo do princípio de que esse modelo binário reproduz violências. De acordo com Connell e Pearse (2015), podemos “flexionar” gênero, por meio da assunção de diferentes papéis sociais. As autoras propõem a democratização do gênero. Isso significa produzir uma organização mais igualitária e inclusiva nos processos sociais. Nesse processo de democratização, todos estariam envolvidos na concepção de bebês, “no nascimento, no cuidado com os bebês, e na criação das crianças, assim como o trabalho remunerado e a representação política” (CONNEL E PEARSE, 2015, p.273).

Adichie (2015) pretende ressignificar as relações de gênero, por meio da superação da opressão masculina. A autora afirma que essa superação também liberaria o mundo masculino para uma infinidade de criação. Em suas obras, a feminista prega a igualdade de gênero, bem como o empoderamento da mulher e seu reconhecimento na sociedade.

Para Scott, “o gênero deve ser redefinido e reestruturado em conjunção com uma visão de igualdade política e social que inclua não somente o sexo, mas também a classe e a raça” (SCOTT, 1995, p.93), indicando um olhar interseccional em sua análise.

Arruzza *et al.* (2019) apresentam um Manifesto feminista para 99% das pessoas. Segundo as autoras, as questões de gênero devem ser discutidas por uma perspectiva feminista que articula raça e etnia, gênero e classe. Elas fazem uma crítica ao feminismo liberal pelo seu alinhamento com o neoliberalismo. Em vez disso, as autoras propõem um feminismo anticapitalista, antirracista, ecossocialista e antiLGBTfóbico, tendo como compromisso o direito à vida e ao bem viver. A proposta é lutar não só pela erradicação da violência contra mulheres, como também contra todas as formas de violência e contra o sistema que a sustenta.

2.3 VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES NO ES

Para abordar a questão da violência contra mulheres, nos baseamos no Atlas da Violência de 2019, 2020 e 2021, bem como as informações do site da Secretaria de Estado da Segurança Pública e Defesa Social (SESP). Destacamos que, na Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), existe a forte atuação do GEDIM (Grupo de estudos sobre o discurso da Mídia), criado no ano de 2012 e coordenado pela professora Doutora Micheline Mattedi Tomazi, que discute, dentre outras temáticas, as questões de gênero e violência contra mulheres no ES.

Tomazi tem um olhar voltado para o social em seus estudos, pois acredita, como van Dijk (2013), que os analistas do discurso devem ter uma preocupação social, tendo um engajamento com causas relevantes como sexismo, racismo, relações de poder, por exemplo. Esse grupo, do qual faço parte, apresenta

produções acadêmicas relevantes sobre a opressão de gênero, tendo, inclusive, estudos sobre casos de violência contra mulheres no Espírito Santo, como as obras de Natale (2015, 2020), Carriço (2018), Ortega (2018), Demoner (2018), Tomazi *et al.* (2016), Tomazi (2019, 2020) e Tomazi e Resende (2022), dando maior visibilidade a essa discussão. Além disso, na UFES, pesquisadoras que atuam em outras áreas também discutem a questão da violência de homens contra mulheres no ES. A historiadora Maria Beatriz Nader (2013, 2014), coordenadora do Laboratório de Estudos de Gênero, Poder e Violência (LEGPV), apresenta estudos de extrema relevância sobre a temática em questão.

Tomazi *et al.* (2016) apresentam um estudo relevante sobre as manchetes de jornais capixabas, mostrando como as notícias abordam a questão da violência contra mulheres. Para Tomazi (2019), nas notícias sobre violência,

A mulher é tratada como mercadoria, como objeto de posse do marido, companheiro ou ex-marido porque teve sua honra comprometida, porque bebeu, porque foi traído, porque não aceita o fim do relacionamento, porque é machista (TOMAZI, 2019, p.215).

A citação de Tomazi (2019) aponta para a violência de homens contra mulheres que se dá num contexto de uma relação afetivo-conjugal, marcada pelo machismo. A mulher é vista, nessa situação, como um objeto, não tendo vontade própria, pertencendo ao marido. E as notícias reforçam essa ideologia machista e patriarcal.

Para Tomazi e Resende (2022), muitas reportagens de violência contra mulheres mantêm o sensacionalismo na forma como as notícias são apresentadas à população, além de apresentarem “justificativas” para a agressão, nessa lógica patriarcal de controle dos corpos femininos. Portanto, para as autoras,

essas menções têm implicações muito sérias porque, discursivamente, reproduzem avaliações implícitas relacionadas à construção social das relações entre homens e mulheres na vida privada e reiteram percepções que reforçam modelos mentais machistas (TOMAZI E RESENDE, 2022, p.100).

Isso quer dizer que as notícias, ao agirem de forma mercadológica, sensacionalista, acabam reproduzindo o machismo estrutural presente nessa ótica patriarcal, em que a mulher deve se submeter ao poder masculino.

Um aspecto relevante, nos casos de violência doméstica, é a questão racial. Isso é inegável, tendo em vista os dados do IPEA (2019, 2020, 2021). A taxa de homicídios de mulheres negras e não negras apresenta uma diferença considerável. De acordo com o Atlas (2019), “enquanto a taxa de homicídios de mulheres não negras teve crescimento de 4,5% entre 2007 e 2017, a taxa de homicídios de mulheres negras cresceu 29,9%” (IPEA, 2019, p.38). No ano de 2017, num grupo de 100 mil mulheres, a taxa de homicídios de mulheres não negras foi de 3,2; já a de negras, foi de 5,6.

Tendo em vista as estatísticas de violência contra mulheres no Espírito Santo, mencionamos as contribuições de Natale (2015, 2020). Ela desenvolveu uma pesquisa sobre mulheres em situação de violência na mídia impressa jornalística capixaba, mostrando a construção discursiva de notícias sobre violência contra mulheres. Natale (2015, 2020) constatou que o jornal, por meio dos seus discursos, contribui para o reforço de ideologias machistas e patriarcais.

Além disso, esta pesquisadora cunhou o termo *femirracídio*, que é a morte de mulheres negras em decorrência da questão de gênero. O objetivo deste trabalho foi discutir a temática abordada e dar visibilidade aos altos índices de assassinatos de mulheres negras, voltando a atenção, principalmente, para os dados do ES.

Ao observar os dados sobre a violência contra mulheres negras, devemos refletir sobre as questões de interseccionalidade apresentadas por Crenshaw (2002a, 2002b), pensando os entrelaçamentos de gênero, raça e classe social. Segundo Crenshaw, “precisamos reconfigurar nossas práticas que contribuem para a invisibilidade interseccional” (CRENSHAW, 2002 a, p.15). Essa reconfiguração poderia garantir políticas públicas que levassem em consideração as diferentes formas de opressão, para que a mulher negra, periférica fosse, de fato, incluída nessas políticas públicas. Além disso, é preciso lembrar que o fator econômico também é um dado relevante na questão da violência contra mulheres.

No Espírito Santo, temos coletivos e ONGs como: Juntas e Seguras, Comissão da Mulher OAB, ALES, dentre outros, que atuam dando suporte às mulheres vítimas de violência doméstica no estado. Um deles é o coletivo Mulheres de Cariacica, que atende a mulheres periféricas. Ele é um movimento

social e filantrópico, que conta com as seguintes parcerias: NEVID (Núcleo de Enfrentamento às Violências de Gênero em Defesa dos Direitos das Mulheres) e Ministério Público do Estado do Espírito Santo (MPES). De acordo com Claudino (2019)⁶, o grupo atua onde o Poder Público não chega. A assistente social afirma que há casos de mulheres que não denunciam, pois não têm sequer o dinheiro da passagem para dirigir-se a uma delegacia. O perfil atendido pelo coletivo é de mulheres pobres e negras.

Para Claudino (2019), “a dona de casa de periferia ainda não está preparada para ir até uma delegacia” (CLAUDINO, 2019). Esse fato agrava ainda mais as questões de violência contra mulheres. Isso inviabiliza a busca por ajuda, tendo em vista que as Delegacias especializadas não costumam ser localizadas em bairros periféricos. Dessa forma, muitas mulheres deixam de denunciar. Claudino (2019) elogia a atuação das Deams (Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher), porém, elas não existem em todos os municípios. De acordo com a Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social (SESP), o Espírito Santo apresenta treze delegacias, que estão localizadas nos municípios de: Aracruz, Cachoeiro de Itapemirim, Cariacica, Colatina, Guarapari, Linhares, Nova Venécia, São Mateus, Serra, Venda Nova do Imigrante, Viana, Vila Velha, Vitória.

Um ponto a ser considerado é o fato de muitas dessas Deams não estarem localizadas em bairros periféricos. Além disso, nos casos em que não há delegacias especializadas, nota-se um despreparo para receber essas mulheres, gerando mais violência e desamparo. A partir de tais informações, é necessário, cada vez mais, pensar em políticas públicas consistentes a fim de possibilitar o acesso das mulheres às delegacias.

Em relação aos dados de violência contra mulheres no ES, o Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2022) aponta que, em 2021, no nosso Estado, houve 10.871 registros de ameaças a mulheres, com 46.791 chamadas para o 190, além de quase dois mil casos de lesão corporal e 382 tentativas de feminicídio.

⁶ A jornalista Mayra Bandeira do Jornal *Gazeta Online* entrevistou a assistente social Vilmara Claudino, idealizadora do Movimento Mulheres de Cariacica. A matéria encontra-se disponível no link: <<https://www.gazetaonline.com.br/noticias/policia/2019/07/a-dona-de-casa-inda-nao-esta-preparada-para-ir-ate-uma-delegacia>>. (Gazeta On Line, 28/07/2019).

Sabemos que, nem sempre, os números indicam a real situação da violência doméstica, tendo em vista que muitas mulheres são ameaçadas e têm medo de denunciar ou se sentem envergonhadas de fazerem a denúncia. Temos, ainda, as questões econômicas que impedem as mulheres de irem às delegacias especializadas. Mas os dados em si, mesmo com possíveis subnotificações, são muito preocupantes.

Para que esse tipo de violência, de fato, diminua, é preciso que haja mais investimentos em políticas públicas e ações integradas do Poder Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria Pública, conforme prevê a lei 11.340/2006. Além disso, é preciso mudar a mentalidade machista, que faz com que muitos homens vejam suas mulheres como suas propriedades, podendo fazer com elas tudo que desejarem, inclusive agredi-las e matá-las.

O Estado do Espírito Santo tem realizado uma série de ações no combate à violência contra mulheres. Segundo a SESP, foi criada a Gerência de Proteção à Mulher, que atua desde o ano de 2015. As atribuições da Gerência referem-se ao estudo, planejamento, implementação, monitoramento e aprimoramento de projetos e também de ações no combate à violência contra mulheres.⁷

Uma das ações é a criação de mais Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (DEAMs) que têm por objetivo assegurar atendimento digno à mulher em situação de violência doméstica. Mas não basta ter DEAMs, é necessário considerar a questão dos atendimentos que serão realizados por um delegado ou uma delegada, pois isso também faz diferença. Além disso, há ações de segurança como a formação continuada para Policiais Cíveis e Militares. Por meio da parceria entre a SESP, a Secretaria de Estado da Saúde, o Ministério Público do Estado e o NEVID, são realizados cursos de capacitação para policiais de todo o Estado, visando ao aprimoramento da qualidade nos serviços prestados referentes à questão da violência contra mulheres.

Há também a atuação de patrulhas da família, que realizam visitas tranquilizadoras. Tais visitas têm por objetivo inibir os casos de violência contra mulheres. Outro dado importante que consta do site da SESP refere-se ao abrigo. Segundo a SESP, “a Casa Abrigo Estadual “Maria Cândida Teixeira”

⁷ As informações constam no site da Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social (SESP), disponível em <<https://sesp.es.gov.br/>>. Acesso em: 03/07/2019.

(CAES) é atualmente o único equipamento de alta complexidade para proteção da mulher em risco iminente de morte devido à situação de violência doméstica e familiar”.

A CAES atende, além das mulheres, os filhos menores de 12 anos e incapazes, em local sigiloso e por tempo máximo de 03 meses. No local, são oferecidos atendimento: médico, jurídico e psicossocial às mães e filhos, além de acompanhamento pedagógico e recreação para as crianças. O encaminhamento das mulheres à CAES é realizado apenas pelas DEAMs e Centros de Referência, de acordo com regimento interno da Casa.

Outra ação desenvolvida pela SESP é o Grupo Reflexivo Homem que é Homem. Esse projeto tem por objetivo levar à reflexão dos casos de violência contra mulheres, responsabilizando os homens autores de violência doméstica familiar, além de contribuir para a redução do índice de reincidência de violência doméstica. Tal projeto encontra amparo no artigo 35 da Lei 11.340/2006 que prevê a criação de espaços de educação e reabilitação para os autores de violência contra mulheres. E estabelece que, de acordo com o artigo 45 da Lei Maria da Penha, o juiz pode determinar o comparecimento obrigatório do agressor a programas de recuperação (BRASIL, 2006). Em vários estados existem os grupos reflexivos com o objetivo de contribuir para a redução dos casos de violência contra mulheres.

Assim, os autores de violência doméstica participam de um ciclo de encontros nos quais são debatidos temas voltados para desconstrução de ideias sexistas e machistas, estimulando formas pacíficas de lidar com os conflitos. Os encontros são conduzidos por uma equipe psicossocial da Polícia Civil formada por psicólogas e assistentes sociais. Esse projeto foi iniciado em 2015, atendendo homens da Grande Vitória.

Em 2016, o projeto foi ampliado e houve quase 65% de adesão voluntária aos grupos. Em 2021, o projeto se expandiu para outros municípios do Espírito Santo como: São Mateus, Castelo e Mimoso do Sul. Já em 2022, Nova Venécia também passou a participar desse projeto. Tal expansão está alinhada ao Programa Estado Presente, tendo como objetivo prevenir a violência contra mulheres, ampliando o acesso a serviços básicos e promovendo a cidadania, principalmente para a população que está em condição de vulnerabilidade social.

Apesar das ações e projetos da SESP, ainda estamos nas estatísticas de modo alarmante. Os estudos de Natale (2015, 2020), Tomazi *et al.* (2016), Tomazi (2019, 2020), Tomazi e Resende (2022) apontam o papel da mídia como reprodutora de ideologias machistas nas notícias sobre violência contra mulheres. Assim, a forma como são noticiados os crimes envolvendo mortes e agressões de mulheres acabam naturalizando a violência, devido ao fato de a imprensa, em muitas situações, trazer uma abordagem sensacionalista e mercadológica dessas notícias.

Sabemos que a banalização da violência contra mulheres faz com que se agravem ainda mais os casos de violência. Portanto, compreendemos que tais mudanças também passam pela educação e pela formação das pessoas. No inciso V do parágrafo 8 da lei 11.340/2006, está prevista “a promoção e a realização de campanhas educativas de prevenção da violência doméstica e familiar contra a mulher, voltadas ao público escolar e à sociedade em geral” (BRASIL, 2006). Contudo, apesar de estar prevista em lei, essa ação educativa não estava sendo desenvolvida como Projeto Pedagógico pelas escolas do Estado do Espírito Santo.

Em decorrência dessa realidade, a deputada estadual Iriny Lopes, do Partido dos Trabalhadores (PT) desenvolveu o PL 317/2022, de 11 de julho de 2022, proposto na Assembleia Legislativa do Espírito Santo, trazendo o Programa Lei Maria da Penha vai à escola, que torna obrigatório, nos estabelecimentos de ensino médio da rede pública estadual, o ensino de noções básicas sobre a Lei Maria da Penha.

Além disso, quando há fóruns de discussão, costumam ser voltados para estudiosos da violência contra mulheres como: juízes, psicólogos, pesquisadores, professores, restringindo tal discussão ao âmbito acadêmico e jurídico. Essas ações preventivas precisam ser retomadas pelos órgãos competentes, pois a ausência delas tem deixado lacunas. Sendo assim, é papel da sociedade, como um todo, combater a violência contra mulheres.

2.4 LEIS BRASILEIRAS PARA MULHERES

Esta seção apresenta a Lei 11.340/2006, com seu contexto histórico e as mudanças sofridas pela lei ao longo dos anos. Nos baseamos nos estudos

desenvolvidos por Montenegro (2015), Dias Júnior (2009), Tomazi e Almeida (2019), Cortês (2013), pois estes autores apontam vários aspectos relevantes sobre essa lei. Além disso, com o objetivo de discutir sobre o feminicídio, apresentaremos a Lei 13.104/2015, em diálogo com os estudos de Pasinato (2011).

A Lei 11.340/2006, conhecida como Lei Maria da Penha, foi sancionada no dia 07 de agosto de 2006 pelo então presidente Luís Inácio Lula da Silva e criou “mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher” (BRASIL, 2006). Esta lei visa à prevenção, punição e erradicação da violência contra mulheres.

Antes de discutirmos a lei, é necessário retomar a história de Maria da Penha, para entendermos o contexto de criação dessa lei no Brasil. No ano de 1983, Maria da Penha Maia Fernandes foi vítima de várias tentativas de homicídio por Marco Antônio Heredia Viveros, então marido da vítima. Uma destas a deixou paraplégica, devido a um tiro dado por seu esposo. Somente em 2002, ou seja, depois de 19 anos, o marido de Maria da Penha passou dois anos preso. O caso ganhou repercussão internacional, devido a uma denúncia feita à Comissão Interamericana de Direitos Humanos. No ano de 2002, esta comissão acatou a denúncia e a considerou um crime de violência doméstica, condenando o Brasil por omissão e negligência. Esse cenário pressionou o Brasil para a criação da Lei Maria da Penha.

Para Montenegro (2015), “uma lei que apresenta nome de pessoa pode ser interpretada de várias formas” (MONTENEGRO, 2015, p.109). Por um lado, esse ato foi de extrema importância para o movimento feminista, que vinha lutando por um enrijecimento penal da violência contra mulheres. Isso também havia ocorrido na Europa e também na América Latina.

Além disso, Montenegro (2015) afirma que houve mudanças nas leis na Espanha, quando entrou em vigor a Lei Orgânica 1/2004, disciplinando medidas de proteção contra a violência de gênero. Essa legislação inspirou a Lei Brasileira, de 2006, apresentando muitas semelhanças entre elas.

Montenegro (2015) afirma que a mídia teve um peso muito grande para a criação da Lei 11.340/2006, por divulgar de forma ampla o sofrimento e a história de vida de Maria da Penha. Ela escreveu um livro, contando sua trajetória para fazer com que o marido fosse punido pelos crimes cometidos. Até hoje, ela viaja

pelo Brasil, realizando palestras e discutindo a aplicação da lei. Tal lei tornou-se um símbolo de luta contra a violência doméstica e familiar.

Para Montenegro (2015), os movimentos sociais buscam o Direito Penal como forma de defender as minorias. Ela cita exemplos como o Estatuto do Idoso e a própria Lei Maria da Penha, para ilustrar o tratamento “diferenciado” tido por certos grupos dentro do Direito Penal. Dessa forma, o Direito opera de maneira simbólica, representando os anseios de determinados grupos. Como havia um contexto internacional de enrijecimento penal em relação aos casos de violência doméstica, devido à pressão dos movimentos feministas, bem como a ampla divulgação desse tipo de crime pela mídia, houve um momento favorável para a criação da Lei 11.340/2006.

Nas disposições preliminares da Lei 11.340/2006, afirma-se que toda mulher goza dos direitos inerentes à pessoa humana, sendo asseguradas a ela as oportunidades de viver sem violência, preservando sua saúde física e mental. Além disso, são asseguradas as condições para o exercício efetivo do direito à vida, sendo que o poder público desenvolverá políticas que garantam os direitos das mulheres, tanto no âmbito doméstico como familiar, resguardando-as de violência, opressão e discriminação. Inclui também a família, a sociedade e o poder público como responsáveis por criar as condições necessárias para o efetivo exercício dos direitos enunciados anteriormente.

Segundo o artigo 5º do Capítulo I, a violência doméstica e familiar contra a mulher se configura como qualquer ação ou omissão baseada nas questões de gênero, podendo causar: morte, “lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial” (BRASIL, 2006). As formas de violência enumeradas na lei são: física, psicológica, sexual, patrimonial e moral.

Nas medidas de prevenção, constam políticas públicas que visam coibir a violência doméstica e ações integradas entre Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública com áreas de Segurança Pública, Assistência Social, Saúde, Educação, Trabalho e Habitação. Além disso, consta na lei a promoção de programas educacionais, considerando a perspectiva de gênero, destacando nos currículos escolares a questão da equidade de gênero e discutindo também o problema da violência doméstica e familiar contra a mulher; considerando também as questões de raça ou etnia.

De acordo com a Lei Maria da Penha, “a violência doméstica e familiar contra a mulher constitui uma das formas de violação dos direitos humanos” (BRASIL, 2006). Como medida de prevenção, a lei prevê a implementação de atendimento policial especializado para as mulheres, em Delegacias de Atendimento à mulher (Deams).

Antes dessa lei, as mulheres dirigiam-se a Delegacias comuns, para registrar a ocorrência, sendo que, em muitos casos, a abordagem dos policiais e dos delegados gerava constrangimento, fazendo com que essas mulheres vivenciassem mais um tipo de violência. Com as delegacias especializadas, o atendimento é diferenciado, promovendo um acolhimento da mulher, vítima de violência doméstica.

Além disso, a Lei dispõe sobre a criação de Juizados de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher. Essa disposição fez com que os casos de violência contra mulheres fossem tratados por Juizados específicos, em vez dos Juizados Especiais Criminais. Destacamos também que “os Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher que vierem a ser criados poderão contar com uma equipe de atendimento multidisciplinar” (BRASIL, 2006). Esse atendimento deve ser realizado por profissionais especializados das áreas: psicossocial, jurídica e de saúde. Segundo Tomazi e Almeida (2019), essa mudança em relação aos juizados foi:

Uma das maiores conquistas dentro da legislação, uma vez que vislumbrou abarcar a complexidade da violência de gênero em um atendimento integral no sentido de aplicar medidas punitivas, preventivas e assistencialistas (TOMAZI; ALMEIDA, 2019, p.167).

Montenegro (2015) afirma que a lei traz um tratamento de gênero diferenciado. Se a vítima for mulher cis ou trans, é aplicada a Lei 11.340/2006. Porém, se for um homem, será aplicada a Lei 9.099/95, por apresentar um menor potencial ofensivo.

A Lei 9.099/95 era considerada a lei dos Juizados Especiais Criminais. Ela foi criada para oferecer medidas alternativas, no caso da violência doméstica contra a mulher, em crimes de menor potencial ofensivo. Isso quer dizer que os indivíduos seriam punidos pelas ações praticadas, porém, não seriam levados ao cárcere. Essas ações são denominadas medidas despenalizadoras. Dentre

elas, temos: conciliação, transação penal, representação nos crimes e suspensão condicional do processo.

Para Montenegro (2015), a Lei 9.099/95 oferecia possibilidade de conciliação, dando espaço para a vítima falar sobre as questões de violência que a afligiam, sendo que, em muitos casos, o desejo era que as agressões parassem e não, necessariamente, que o agressor fosse preso. Contudo, especialistas em Direito questionam o fato de essa lei ser branda, naturalizando os casos de violência doméstica, quando impõe que a pena seja substituída por cestas básicas, por exemplo. Esse abrandamento traz uma naturalização da violência contra mulheres, dando a impressão de que espancar uma mulher não é considerado algo grave. Além disso, a mulher era culpabilizada pelo valor da cesta básica sair dos recursos da família.

De acordo com Montenegro (2015), a lei introduziu uma diferença de tratamento entre os gêneros, ao punir os homens e “proteger” as mulheres. Assim, a lei penal continua a visualizar a mulher como vítima, sendo “merecedora de uma tutela especial” (MONTENEGRO, 2015, p.60).

Por que, ocorre essa diferenciação? Temos entendimento de que homens também podem sofrer violência doméstica. E a Lei 9.099/95 dá suporte para esses casos, segundo Montenegro (2015). Entretanto, os dados dos Atlas da Violência (2019, 2020, 2021) e dos Anuários Brasileiros de Segurança Pública (2021, 2022) apontam que as mulheres são as principais vítimas de violência doméstica e não os homens. Daí a necessidade de termos leis específicas voltadas para esse público.

Para explicar esse tratamento diferenciado, trazemos o conceito de “dividendo patriarcal” por Connell e Pearse, 2015) e o uso do termo “ações afirmativas” por Dias Júnior (2009). Partimos do ponto de vista de que os movimentos sociais como os coletivos feministas trabalham com pautas identitárias, considerando que ainda vivemos num mundo em que o legado do patriarcado se constitui como uma marca predominante. Por esse motivo, entendemos que o tratamento diferenciado é necessário, não por uma perspectiva de exclusão, nem de vitimização da mulher, mas por entendermos que ainda há desigualdades de gênero, sendo necessário considerar certas especificidades ainda mais nos casos de violência de homens contra mulheres. Inclusive, as políticas públicas feministas teriam um posicionamento que ainda

considera o dividendo do patriarcado, pois há pessoas que se beneficiam das desigualdades de gênero.

Connell e Pearse (2015) trazem o conceito de “dividendo patriarcal”, para explicar a “vantagem concedida aos homens como grupo pela manutenção de uma ordem de gênero desigual” (CONNEL; PEARSE, 2015, p.269). Esse benefício não se restringe somente à renda, como também “à autoridade, respeito, serviços oferecidos, segurança, moradia, acesso ao poder institucional, apoio emocional, prazer sexual e controle sobre o próprio corpo” (CONNEL; PEARSE, 2015, p.269). Ao considerarmos o dividendo patriarcal, conseguimos compreender a importância de leis como a 11.340/2006.

Para Dias Júnior (2009), a igualdade na justiça deve ser pensada, levando em consideração que vivemos numa sociedade dinâmica. Esse fato faz com que as pautas identitárias sejam consideradas para a promoção da igualdade. Assim, critérios como gênero devem ser levados em consideração. O autor aponta as mulheres como grupo vulnerável a sofrer violência doméstica, devendo, nesse caso, haver ações afirmativas para que esse grupo alcance, de fato, uma igualdade de direitos. Nesse caso, a Lei Maria da Penha seria considerada uma ação afirmativa.

Dias Júnior (2009) não retoma o termo dividendo patriarcal usado por Connell e Pearse (2015), mas usa as palavras de Miranda (2000), para relatar a dívida social com os grupos vulneráveis. Assim,

(...) para com os grupos vulneráveis toda a sociedade possui um débito cujo resgate é uma exigência do Estado democrático, que tem por desiderato a construção de uma sociedade livre, justa e solidária, justiça essa que não se consegue senão pela promoção da igualdade substantiva (MIRANDA, 2000, apud DIAS JÚNIOR, 2009, p.110).

Segundo Montenegro (2015), a Lei 11.340/2006 apresenta méritos em relação às medidas de prevenção e de proteção à mulher. As medidas de prevenção indicam que deve haver uma ação integrada entre o Poder Judiciário, o Ministério Público e a Defensoria Pública com áreas como: Segurança Pública, Assistência Social, Saúde, Educação, Trabalho e Habitação. Além disso, a lei prevê que seja formada uma rede articulada de atendimento à mulher em situação de violência, incluindo o Sistema Único de Saúde (SUS), bem como o Sistema Único de Segurança Pública, “entre outras normas e políticas públicas de proteção, e emergencialmente quando for o caso” (BRASIL, 2006). Há

também uma série de medidas protetivas, inclusive, em caráter emergencial, para resguardar a vítima, evitando que as agressões continuem.

Por outro lado, Montenegro (2015) afirma que as medidas punitivas são mais aplicadas do que as preventivas ou de caráter educativo. Isso ocorre, pois, as medidas protetivas, para serem efetuadas, necessitam de ações positivas do poder Executivo, como articular o Sistema Único de Saúde com o Sistema Único de Segurança Pública, a fim de que o juiz encaminhe as vítimas para programas de proteção. Tendo em vista a falta dessas ações positivas, por parte do Poder Executivo, devido à dificuldade de articulação entre os Sistemas de Saúde e de Segurança Pública, o Judiciário passa a aplicar medidas repressivas, punitivas, deixando, em muitos casos, de atuar na esfera da prevenção.

Destacamos que não apoiamos um Feminismo Carcerário⁸, pois bem sabemos que os aspectos punitivos da Lei 11.340/2006 acabam atingindo mais homens de classes empobrecidas economicamente e negros. As estatísticas mostram que os agressores não recebem o mesmo tratamento por parte do Judiciário. E, mais do que nunca, as questões interseccionais têm relevância para entendermos os diferentes contextos de violência, bem como os eixos de opressão.

Assim, reafirmamos que o aspecto punitivo da Lei Maria da Penha deveria ser empregado em última instância. Antes disso, toda a rede de prevenção e proteção às mulheres deveria funcionar de modo eficaz. Além disso, ações educativas envolvendo o estudo da violência contra mulheres e sobre igualdade de direitos deveriam, de fato, ser contempladas nas escolas, como uma práxis.

Mesmo com algumas críticas, reiteramos a importância da Lei 11.340/2006 como um marco no combate à violência contra mulheres, considerando as lutas dos movimentos feministas, juntamente com a sociedade civil e o Poder Executivo. Lage e Nader (2013) afirmam que: “no campo legislativo, a principal vitória do movimento feminista foi a sanção da Lei n.11.340, denominada Lei Maria da Penha” (LAGE; NADER, 2013, p.327).

Outro aspecto positivo se refere à Medida Protetiva de Urgência. Ela pode ser expedida por um juiz, delegado e também pelo policial, quando “verificada a

⁸ Feminismo Carcerário é o termo utilizado por feministas como: Arruzza, Fraser, Bhattacharya (2019) para a resposta carcerária à violência de gênero, ao reivindicar a criminalização e punição como medidas para solucionar a questão da violência contra mulheres.

existência de risco iminente à vida ou integridade física da mulher” (BRASIL, 2006). Essa ação constitui um conjunto de medidas para proteger a mulher em situação de violência, que podem ser aplicadas em conjunto ou separadamente. Elas também podem ser substituídas por outras medidas protetivas de maior eficácia, sempre que os direitos forem ameaçados ou violados.

Além disso, segundo Cortês,

(...) entre as dezenas de ações importantes relacionadas a essa lei, estão: a criação de Juizados Especiais e Centros de Atendimento Multidisciplinares, a utilização de dados e pesquisas ordenados e nacionais para planejar adequadamente as ações por ela previstas e a capacitação de profissionais envolvidos com a temática da violência doméstica. Como medidas integrais de prevenção, a lei incentiva a sensibilização dos meios de comunicação social e a criação de campanhas educativas voltadas tanto ao público escolar quanto à sociedade em geral (CORTÊS, 2013, p.296).

Cortês (2013) afirma que é importante o estabelecimento de dotações orçamentárias para implementar as medidas estabelecidas nesta Lei, por parte da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, considerando as competências e as leis de diretrizes orçamentárias. Assim, é necessário investimento, por parte do poder público, no combate à violência contra a mulher.

Como a Lei 11.340/2006 sofreu algumas modificações e acréscimos que tinham por objetivo torná-la mais eficaz, trazemos a tabela a seguir:

Tabela 2- Alterações na Lei: 11.340/2006

Ano	Lei	Mudanças
2017	Lei 13.505	Mulheres em situação de violência doméstica e familiar devem ser atendidas preferencialmente por policiais e peritos do sexo feminino. Proibição de contato entre a vítima, seus familiares e testemunhas e agressores ou pessoas relacionadas.
2018	Lei 13.641	Descumprimento de medidas protetivas de urgência qualifica crime que pode ser punido com detenção de três meses a dois anos.
2018	Lei 13.772	Criminaliza o registro não autorizado com conteúdo de caráter sexual ou que apresente cena de nudez instituindo a pena de seis meses a um ano de detenção e multa para os infratores.
2019	Lei 13.827	Instituição de medidas protetivas de urgência, podendo ser aplicada por Delegado de Polícia ou por policiais, com chancela a posteriori do Poder Judiciário.
2019	Lei 13.836	Obrigatória a informação sobre condição de pessoa com deficiência sobre a vítima nos boletins.
2019	Lei 13.871	Criada a obrigação de ressarcimento ao Estado pelos gastos do atendimento da vítima através do SUS pelo agressor. Em caso de perigo eminente, também possibilita a utilização de dispositivos de segurança para monitorar o agressor e a vítima (de maneiras distintas).
2019	Lei 13.880	Instituiu a apreensão por ordem judicial de qualquer arma de fogo em posse do agressor.
2019	Lei 13.882	Instituiu como prioridade para mulheres vítimas de violência o ato de matrícula de seus filhos ou dependentes em uma instituição de educação básica mais próxima da sua residência.
2020	Lei 13.894	Instituídas duas novas medidas protetivas contra a violência doméstica/familiar. Caso o agressor não frequente o centro de educação e reabilitação, estará incorrendo em novo crime. Também deverá ser obrigatório o acompanhamento psicossocial.

2021	Lei 14.132	Inclui artigo no Código Penal (CP) para tipificar o crime de perseguição (stalking).
2021	Lei 14.149	Institui o Formulário Nacional de Avaliação de Risco, com o intuito de prevenir crimes de feminicídio.
2021	Lei 14.188	Definiu o programa de cooperação Sinal Vermelho contra a Violência Doméstica como uma das medidas de enfrentamento da violência doméstica e familiar. E cria o tipo penal de violência psicológica contra a mulher.
2022	Lei 14.310	Determina o registro imediato, pela autoridade judicial, das medidas protetivas de urgência deferidas em favor da mulher em situação de violência doméstica e familiar, ou de seus dependentes.

(Tabela feita pela autora, apresentando as mudanças da lei 11.340/2006, com base no site: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11340.htm> 20/08/2022).

O quadro apresentado nos traz um panorama das mudanças da Lei Maria da Penha. Tais alterações têm por objetivo incluir novos crimes como a perseguição (stalking) e a violência psicológica. Além disso, as inserções visam trazer mais segurança às mulheres que são vítimas da violência doméstica, fortalecendo a rede de apoio, priorizando a matrícula dos filhos, sugerindo que as vítimas de violência sejam atendidas por policiais e peritos do sexo femininos. Todos esses aspectos visam à humanização, eficácia e proteção às mulheres.

Com o objetivo de discutir sobre o feminicídio, apresentaremos a Lei 13.104/2015, em diálogo com os estudos de Pasinato (2011). Entendemos a relevância desse tema, tendo em vista os dados dos Altas da Violência (2019, 2020, 2021) e as tentativas de feminicídio presentes no *corpus* desta tese.

Para Pasinato,

O femicídio é descrito como um crime cometido por homens contra mulheres, seja individualmente seja em grupos. Possui características misóginas, de repulsa contra as mulheres. Algumas autoras defendem, inclusive, o uso da expressão generocídio, evidenciando um caráter de extermínio de pessoas de um grupo de gênero pelo outro, como no genocídio (PASINATO, 2011, p.230).

Em 09 de março de 2015, considerando as estatísticas alarmantes de violência contra mulheres, a presidenta, Dilma Rousseff, sancionou a Lei nº 13.104/2015, determinando a inclusão do feminicídio na Legislação Brasileira como uma circunstância qualificadora do homicídio, incluindo o feminicídio no rol de crimes hediondos.

Essa lei modificou o art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de dezembro de 1940, do Código Penal Brasileiro. Assim, a qualificadora do feminicídio enquadra os assassinatos sofridos por mulheres, em situação de violência doméstica e/ou familiar, em função do seu gênero, ou seja, por ser do sexo feminino. Além disso,

as razões envolvem: “violência doméstica e familiar; menosprezo ou discriminação à condição de mulher” (BRASIL, 2015).

Segundo Pasinato (2011), tão importante quanto classificar os casos de ocorrência dos feminicídios é entender o contexto em que se dá esse tipo de violência contra mulher, compreendendo que há uma dinâmica nas relações de poder entre homens e mulheres, considerando que tal violência apresenta uma relação direta com a violência doméstica e familiar.

O Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2021 aponta que é preciso compreendermos o feminicídio como um ato extremo do contínuo de violência doméstica sofrida pelas mulheres. Isso quer dizer que: “por ser um crime de ódio e perpetrado por alguém próximo, muitas vezes em casa e após uma série de outras violências, o autor utiliza-se do que encontra a frente para o feminicídio” (FBSP, 2021, p.99). Essas informações nos trazem um panorama da violência contra mulheres.

3. ARTE POSTAL, *OBJETOS DESLOCADOS*, ARTE E RESISTÊNCIA

Este capítulo tem por objetivo apresentar as obras da artista visual Cristiane Reis, pois os postais da série *Objetos deslocados* constituem o *corpus* desta tese. Por esse motivo, trazemos o contexto da Arte Capixaba, para localizarmos a obra de Cristiane Reis, mostrando os diálogos com os trabalhos de outras artistas capixabas que também abordam a temática da violência contra mulheres. As artistas feministas: Thiara Pagani, Kika Carvalho e Amanda Brommonschenkel também compõem a cena local. Essas artistas apresentaram algumas de suas obras no documentário *Riscadas*⁹, de autoria de Gabriela Alves Santos e Karolyne Mendes.

Como os *Objetos deslocados* são a série de postais que compõem o *corpus* desta tese, mostraremos como se deu o processo de produção dessa arte. Para conhecer um pouco sobre os trabalhos produzidos por Cristiane Reis, realizamos uma entrevista com ela. Assim, a artista explicou sobre o que são os *Objetos deslocados*, como foram construídas as narrativas, em que material ela se baseou, em que ano foram produzidos esses postais. Tais informações possibilitaram uma maior compreensão da relação entre as obras e o contexto de produção dos postais.

Adotamos as chamadas Convenções Jefferson para realizarmos a transcrição da entrevista¹⁰, considerando que essa escolha já está consolidada no âmbito da pesquisa etnográfica, conforme afirmam Garcez, Bulla e Loder (2014). Além disso, lançamos mão das valiosas contribuições dos psicólogos Mishler (2002) e Bruner (1997), para mostrarmos como se deu a construção da narrativa da artista Cristiane Reis e a ressignificação de sua obra. Destacamos que esta entrevista, disponível no anexo desta tese, nos trouxe informações

⁹ Documentário *Riscadas* de autoria das artistas audiovisuais feministas: Gabriela Alves Santos e Karolyne Mendes Gomes, produzido em Vitória, ES, no ano de 2018, disponível em: <https://vimeo.com/338128217>

¹⁰ Para a realização da entrevista, nos baseamos nos estudos da Análise da Conversa Etnometodológica (ACE).

importantes que foram levadas em consideração no momento da análise dos postais.

Apresentamos um estudo sobre a Arte Postal no Brasil, para entendermos suas formas de produção e circulação, tendo como referência as obras de Bruscky (2006) e Britto (2013). Tais informações são importantes para compreendermos melhor o trabalho de criação desenvolvido pela artista Cristiane Reis. Para complementar a discussão, apresentamos os estudos de Blauth e Nunes (2018), pois os autores afirmam que, em decorrência das mudanças tecnológicas, a Arte Postal sofreu algumas adaptações, passando a circular em outros suportes, como as mídias digitais. Esses aspectos são relevantes para o entendimento sobre as formas de circulação dessa arte.

Consideramos os postais de Cristiane Reis (2019) um manifesto de contrapoder. Nos apropriamos do conceito trazido por van Dijk (2010), além das discussões de Fonseca (2018) sobre grupos de resistência, acreditando que o trabalho da artista com os postais é um manifesto (BORTOLUCCE, 2015).

Como os postais da artista Cristiane Reis trazem uma discussão decolonial, que é a violência de homens contra mulheres no ES, trazemos algumas discussões sobre os Estudos Decoloniais com a obra de Resende (2019). Além disso, nos baseamos no Feminismo Decolonial, como estratégia de resistência às violências contra mulheres, tendo como referência as obras de: Costa (2020), Segato (2014), Vieira (2020), Lugones (2019) e Gomes (2021). Também mostramos o campo de atuação do Ciberativismo Feminista, situando a obra de Cristiane Reis nesse contexto de ressignificação e resistência.

3.1. ESTUDOS DECOLONIAIS E FEMINISMOS

Iniciamos esta seção trazendo a seguinte definição de Resende (2019):

Nossa contribuição pode ser mais relevante se assumirmos uma postura decolonial pela superação da colonialidade do poder, do saber e do ser. Nós trazemos nos estudos críticos do discurso uma compreensão já teorizada sobre a constituição mútua desses três domínios, nem sempre muito clara na bibliografia decolonial. Reconhecer a conexão entre a colonialidade do poder e os gêneros discursivos de nossa ação, entre a colonialidade do saber e os discursos que nos permitem compreender a práticas, e entre a colonialidade do ser e os estilos com os quais nos identificamos (e, obviamente, o papel do discurso no trabalho ideológico que sustenta esse tripé) é já uma contribuição dos estudos discursivos críticos à discussão em torno da decolonialidade (RESENDE, 2019, p.36).

Resende (2019) apresenta a necessidade de superação da colonialidade em três domínios, envolvendo: o saber, o poder e o ser. No que se refere ao domínio do saber, a pesquisadora propõe o questionamento em relação às epistemes universalizantes. Em relação ao poder, é necessário refletirmos sobre as teorias e métodos, tendo em vista a nossa realidade local e regional. Já o domínio do ser diz respeito ao reconhecimento de nosso lugar de subalternidade, em relação ao Norte Global; mas também de privilégio, devido ao prestígio de estarmos inserido no meio acadêmico. E é nesse lugar de inquietação que os Estudos Críticos do Discurso se posicionariam, para a realização do giro decolonial.

Essa abordagem se compromete com o estudo e problematização de temáticas que tenham relevância social. Portanto, discutir o tema da violência contra mulheres é trazer para a pauta acadêmica um assunto que faz parte de nossa ferida colonial, tendo em vista nosso passado histórico de um país que se constituiu por meio da barbárie e das práticas de violência contra os povos indígenas e os africanos escravizados.

Para discutir sobre violência contra mulheres, trazemos uma abordagem do Feminismo Decolonial, por entender que os postais se situam nesse lugar de uma arte decolonial. Destacamos que as contribuições dos feminismos para a nossa sociedade são inúmeras. Usamos o termo no plural, pois dentro do movimento há várias correntes ideológicas. O feminismo passou por ondas feministas e há vários feminismos como: o Hegemônico, o Negro e o Decolonial, o Ecofeminismo. As lutas não são iguais, pois os grupos identitários apresentam pautas diferentes, a partir dos eixos de opressão que cada grupo sofre.

Assumimos o ponto de vista trazido pela transfeminista Helena Vieira (2020), para quem o Feminismo Decolonial é um:

Conjunto de éticas, epistemes/saberes proposto por pensadoras e movimentos sociais feministas em forma de proposições teóricas e ativistas para sentir- pensar o sujeito subalterno de forma situada em busca de práticas políticas transformadoras (VIEIRA, 2020).

De acordo com Costa (2020), “a ferida decolonial marca a localização dos feminismos decoloniais como podemos ver nos escritos de Gloria Anzaldúa e da antropóloga feminista afro-brasileira Lélia Gonzalez” (COSTA, 2020, p.331). Costa (2020) cita as contribuições de Anzaldúa e também de Gonzalez, mostrando a constituição do Feminismo Decolonial a partir dessa ferida colonial.

Para Costa (2020), é preciso decolonizar o feminismo. Assim, é necessário o envolvimento com o mundo das mulheres subalternizadas, entendendo que a luta feminista precisa pensar em novas formas de ser e estar no mundo, promovendo essa transformação por meio das práticas sociais. As colocações de Vieira (2020) e Costa (2020) mostram o campo de atuação do Feminismo Decolonial.

Nesta perspectiva decolonial, trazemos as contribuições de Lugones (2019), para quem “a colonialidade dos gêneros ainda está conosco; ela está na intersecção gênero/classe/raça como o construto central do sistema mundial capitalista” (LUGONES, 2019, p.362). Por esse motivo, discutir esses eixos de opressão é importante para compreendermos melhor como se dão as práticas de violência de homens contra mulheres.

Esta filósofa apresenta uma discussão sobre a colonialidade dos gêneros com base na imposição colonial. Segundo a feminista, o uso de dicotomias hierárquicas constitui a centralidade do “pensamento moderno, colonial e capitalista sobre raça, gênero e sexualidade” (LUGONES, 2019, p.358).

Assim, para Lugones (2019), o processo de colonização teve como dicotomia central a categorização entre seres humanos e não humanos. A partir dessa divisão, temos colonizadores e colonizados, sendo que essa diferenciação se tornou uma marca da humanidade e da civilização, estando presente na conquista e na colonização dos povos. Tal diferenciação categorizava homens e mulheres civilizados como humanos, já os povos indígenas e africanos eram classificados como não humanos. Esse processo de desumanização representa a colonialidade do ser.

Além disso, o homem burguês, europeu, moderno se transformou em sujeito, ser civilizado, heterossexual, cristão. Já a mulher, branca, europeia, não era considerada um complemento desse homem, estando a serviço do homem europeu. Dessa forma, a categoria gênero representa uma imposição colonial. Para Lugones (2019),

A imposição colonial dos gêneros atravessa questões ecológicas, econômicas, governamentais, atravessa relações com o mundo dos espíritos, o conhecimento, bem como as práticas diárias que nos ensinam ou a cuidar do mundo ou a destruí-lo (LUGONES, 2019, p. 357).

A citação de Lugones (2019) exemplifica como essa imposição colonial dos gêneros está presente em tudo que nos cerca. Ao pensarmos nas relações de trabalho, temos, ainda nos dias de hoje, papéis racializados e sexualizados. Segundo Bourdieu (2002), a divisão sexual do trabalho legitima as relações de dominação masculina, sendo uma construção social naturalizada. E ainda vivemos a crise do cuidado, com papéis de menor prestígio social sendo atribuídos às mulheres, tendo menos reconhecimento e, em muitos casos, não sendo remunerado.

Lugones (2019) traz o conceito de colonialidade dos gêneros a partir da opressão sofrida pelas mulheres subalternizadas, “por meio da combinação de processos de racialização, colonização, exploração capitalista e imposição da heterossexualidade” (LUGONES, 2019, p.363).

Para Lugones (2019), o colonizado é pensado a partir de um lócus fraturado, considerando as relações de opressão e os movimentos de resistência. Sendo assim, diante da imposição colonial, a autora propõe a possibilidade de superação da colonialidade dos gêneros por meio do Feminismo Decolonial, como uma forma de resistência. Dessa maneira, Lugones (2019) vê a decolonização dos gêneros como uma práxis:

Trata-se de transformar uma crítica de opressão de gênero-racializada, colonial, capitalista e heterossexista- em uma mudança viva da sociedade; colocar o teórico no meio das pessoas em um entendimento histórico, humano, subjetivo/ intersubjetivo da relação oprimir→←resistir na intersecção de sistemas complexos de opressão (LUGONES, 2019, p.363).

Outra feminista decolonial que tem estudos muito relevantes é Segato¹¹ (2014). Esta pesquisadora traz o conceito de Pedagogia da Crueldade para mostrar como as violências contra mulheres representam práticas de disciplinamento e controle dos corpos femininos que se inscrevem num modelo patriarcal colonial/moderno, sendo uma prática do Estado. Assim, por meio de ações violentas sob os corpos seriam transmitidas as mensagens que esse Estado capitalista, autoritário, patriarcal e violento deseja impor à comunidade.

¹¹ Apesar de haver divergências de pensamentos entre Segato (2014) e Lugones (2019, 2020) em relação à existência do gênero no mundo pré-colonial, há pontos muito relevantes discutidos por essas pesquisadoras que devem ser abordados nesta tese.

Essa lógica da crueldade normaliza a violência como uma prática para a resolução de conflitos, eliminando atitudes empáticas. Assim, esse código violento torna-se uma linguagem, uma forma de comunicação, tornando a sociedade tolerante às ações de violência contra mulheres. Essa linguagem da pedagogia da crueldade transmite a mensagem de que se pode matar mulheres.

Quando lemos as narrativas de violência contra mulheres presentes nos postais da série *Objetos deslocados*, nos sentimos nesse cenário de violência institucionalizada e naturalizada por um Estado patriarcal que estimula a constituição de uma masculinidade tóxica, nociva e bélica.

Para Lugones (2019), devemos resistir às diferentes formas de opressão. A feminista aponta o Feminismo Decolonial como uma maneira de transformar a crítica às diferentes formas de opressão “em uma mudança viva da sociedade” (LUGONES, 2019, p. 357). E esse movimento de resistência/ existência representa o contrapoder. Citaremos algumas artistas, considerando o fato de as mesmas apresentarem uma perspectiva Feminista Decolonial em suas obras. São elas: Adriana Varejão (1998), Rosana Paulino (2013), Marcela Cantuaria (2018). Além dos feminismos populares, coletivos, Marcha das Vadias, Bloco Mulheres Rodadas, Géledes e todos os grupos que lutam por e pelas mulheres.

No meio acadêmico, grupos de pesquisa como o AFECTO (Abordagens Faircloughianas para Estudos sobre Corpo/Discurso/Gênero Textualmente Orientado), coordenado pela professora e pesquisadora Maria Carmen Aires Gomes, apresentam discussões sobre formas de resistência por meio das práticas discursivas. Nas pesquisas realizadas por Gomes¹², as relações entre Discurso e Corpo se fazem presentes, por meio de uma abordagem Decolonial. Em sua proposta, os corpos se inserem na abordagem discursivo-crítica interseccional.

A proposta é ressignificar essas práticas, trazendo os corpos interseccionais para o centro do processo discursivo. Inclusive, Gomes (2021) cita a Marcha da Vadias, apontando para a ressignificação do léxico vadias, que era tido como termo injurioso.

¹² GOMES, Maria Carmen Aires. Mesa redonda: *Discurso e corpo*. In: ALED- BRASIL. IV GEDIM. Vitória, ES, 2021. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=wC946M5zh08>>. Acesso:13/07/2021.

Para Gomes (2021), desde 2015, vivenciamos um momento de grande inserção de sites e páginas nas redes sociais com conteúdo feminista. A pesquisadora cita os seguintes grupos atuando com o Ciberativismo Feminista:

Azmina, Não me Kahlo, Lado M, Empodere Duas Mulheres, Think Olga, Blogueiras Feministas, Frida Diria, Capitolina, Portal Géledes, planetaella, ipatricigalvao, djamilaribeiro1, winniebueno, filhasdefrida, onumulheresbr, coordenadoriamulherertigo, comunicapcd (GOMES, 2021).

Assim, o Ciberativismo Feminista Queer trabalha na perspectiva da conscientização, transformação e emancipação. Inclusive, a pesquisadora cita várias hashtags como: “#meuprimeiroassedio, #chegadefiuuiu, #meuamigosecreto, #elenao, # MeToo, #Timesup” (GOMES, 2021). Há, nesse caso, um estímulo para que as mulheres falem pelas redes sobre os diferentes abusos e formas de violência, dando visibilidade para essa pauta.

3.2 ARTISTAS CAPIXABAS FEMINISTAS

Antes de apresentarmos a Arte Postal proposta por Cristiane Reis, é necessário mostrarmos como essa arte se configura no cenário capixaba, pois achamos importante trazer outras vozes de artistas contemporâneas capixabas que também discutem a questão da violência contra mulheres no ES. Artistas como: Thiara Pagani, Kika Carvalho, Amanda Brommonschenkel, Gabriela Alves Santos e Karolyne Mendes questionam a estrutura patriarcal, as questões de representatividade e o espaço urbano. É nesse contexto de produção que se inserem trabalhos áudio visuais, que representam uma arte potente, produzida por mulheres que problematizam a questão da ocupação dos espaços urbanos e as violências diárias enfrentadas por elas, mostrando que a constituição das cidades não é elaborada para elas, nem por elas.

Dentre as artistas que discutem o problema da violência contra mulheres no cenário capixaba, podemos citar os trabalhos áudio visuais de Gabriela Alves Santos e Karolyne Mendes como nomes de mulheres que se destacam, sendo roteiristas do documentário *Riscadas*. Essas artistas estão inseridas na cena capixaba do áudio visual, tendo como objetivo evidenciar as narrativas visuais produzidas por mulheres capixabas, contribuindo, por meio do documentário, para o enfrentamento e combate à violência contra mulheres. De acordo com

Alves e Mendes (2018), o objetivo não é só denunciar as violências, como também mostrar as ações, as formas de enfrentamento a essas agressões.

Segundo Alves e Mendes (2018), o documentário se passa na cidade de Vitória, que é vista como uma personagem, dando destaque ao centro da cidade, tendo em vista que várias obras artísticas estão espalhadas pelas ruas, nos pichos, chamando a atenção das pessoas que circulam nesse espaço urbano. O resultado é a produção do documentário, que conta com a presença de artistas como: Thiara Pagani, Kika Carvalho e Amanda Brommonschenkel. A escolha dessas artistas levou em consideração o fato de que todas elas usam a Arte como uma forma de enfrentamento à violência contra mulheres e têm intervenções no espaço urbano. Além disso, para Alves e Mendes (2018), os trabalhos produzidos por essas artistas trazem reflexões relevantes e que foram levadas em consideração para a escolha da linha narrativa presente no documentário.

Thiara Pagani é graduada em Artes Visuais pela UFES e é atriz, atuou na peça: “Todas as ruas têm nome de homens”¹³. Ela é uma das fundadoras do grupo de teatro Confraria de Teatro, um grupo formado por mulheres. Para Alves e Mendes (2018) “a peça tem como um de seus objetivos ressignificar os espaços do Centro de Vitória e sua ocupação, marcada pela ausência e silenciamento femininos” (ALVES; MENDES, 2018, p.103). A peça “Todas as ruas têm nome de homens” apresenta como o espaço urbano é pensado por homens e para homens, gerando exclusão e apagamento do feminino, além das violências sofridas pelas mulheres, mostrando como a cidade não é ocupada por elas no cotidiano. A proposta do grupo é refletir sobre a condição da mulher, considerando a realidade do ES, tendo em vista o mapa da Violência de 2014, que apresentava taxas altíssimas de feminicídio. Essa peça estreou em 2016, com a atuação das atrizes: Aidê Malanquini, Luciene Camargo, Ludmila Porto e Thiara Pagani com direção de Francis Wilker.

De acordo com Alves e Mendes (2018), Thiara também espalha o seguinte picho pela cidade de Vitória: “Sozinha uma mulher negra”. Essa frase traz uma reflexão sobre as questões interseccionais por meio dos

¹³ Peça teatral do grupo Confraria do Teatro. As informações sobre o grupo estão disponíveis em: <https://www.instagram.com/confrariadeteatro/>, <https://www.facebook.com/confrariadeteatro/> e <http://mapacultural.cariacica.es.gov.br/projeto/980/>

atravessamentos dos eixos de opressão gênero e raça presentes em “*uma mulher negra*”. No documentário *Riscadas*, Thiara explica essa frase nos diferentes contextos e o que ela representa. Temos, portanto, uma arte reflexiva, questionadora, interseccional; provocando esse deslocamento de sentidos, por meio da leitura do picho, como se pode observar adiante:

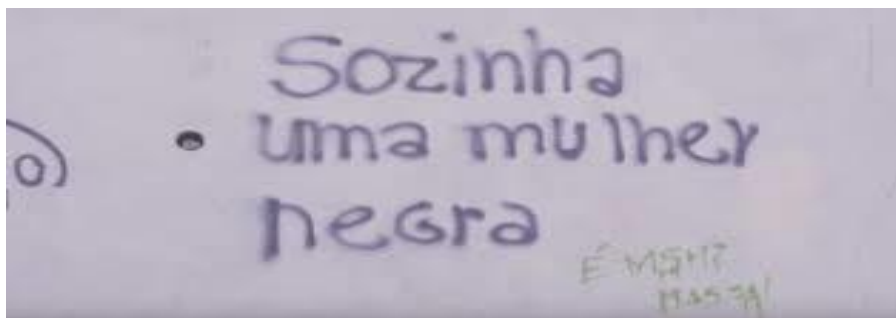


Figura 1 Intervenção I: picho de Thiara Pagani. Vitória/ES, 2017.

Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/rebeh/article/view/9176>

Outra artista que também protagoniza no documentário *Riscadas* é Kika Carvalho¹⁴. Kika Carvalho nasceu e reside em Vitória. Ela é graduada em Artes Visuais pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), grafiteira e componente do Coletivo DasMina, Coletivo Femenina e Coletivo Anarcfeministas. Dentre as temáticas abordadas pela artista visual Kika Carvalho, está a violência contra mulheres. Inclusive, ela fez uma intervenção no Restaurante Universitário (RU) da UFES, em que sua arte se apropria da colher, ao ressignificar o ditado popular: “em briga de marido e mulher ninguém mete a colher”. Ela utiliza o próprio objeto, ou seja, a colher, para fazer circular a frase: “meta a colher”. Assim, por meio da subversão de um ditado popular, Kika Carvalho propõe uma ressignificação dessa frase, trazendo uma discussão acerca da violência contra mulheres e sobre o feminicídio, levando para o espaço coletivo, ou seja, para um restaurante universitário, uma reflexão, uma inquietação, uma provocação que precisam ser problematizadas na sociedade.

¹⁴ As informações sobre Kika Carvalho estão disponíveis em: <https://cargocollective.com/kikacarvalho> e <https://cargocollective.com/kikacarvalho/Meta-a-colher>



Figura 2- Intervenção II: Meta a colher, de Kika Carvalho, no Restaurante Universitário da UFES. Vitória/ES, 2016, disponível em: <https://cargocollective.com/kikacarvalho/Meta-a-colher>.

De acordo com o blog de Kika Carvalho, a intervenção ocorreu antes das refeições, no cabo do objeto, utilizando a própria colher como meio de circulação da frase "meta a colher" e ao final, a colher retorna para o RU (Restaurante Universitário). Esse trabalho continuou em processo, até que o número de 50 colheres fosse atingido. Assim como os *Objetos deslocados* de Cristiane Reis, a intervenção *Meta a colher* tem por objetivo ressignificar uma prática pela arte.

Também temos a arte de Amanda Brommonschenkel no documentário *Riscadas*. Ela é artista visual e produziu os seguintes festivais: FEME (Festival de Mulheres no Grafite) e o FEMH (Festival de Mulheres no Hip Hop). "Suas intervenções¹⁵ focam no enfrentamento à violência contra mulheres e estão espalhadas por diversos lugares de Vitória" (ALVES; MENDES, 2018, p. 104). A figura abaixo é um exemplo de seu trabalho.



Figura 3- Intervenção III-de Amanda Brommonschenkel no bairro Itararé, Vitória/ES, 2016. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/rebeh/article/view/9176>

¹⁵ A Intervenção Urbana é o termo utilizado para designar os movimentos artísticos relacionados às intervenções visuais realizadas em espaços públicos, com o objetivo de questionar e transformar a vida cotidiana.

O depoimento das artistas, no documentário *Riscadas*, foi imprescindível para a construção da narrativa. Temos, portanto, exemplos de mulheres que trazem suas vivências em relação aos corpos femininos, aos espaços urbanos, às ocupações desses espaços e à interferência do público na produção dessa arte. Além do mais, Amanda Brommonschenkel fala sobre como o currículo escolar realiza um apagamento das mulheres na Arte, lançando esse questionamento ao final do documentário: Onde estão as pintoras? E Amanda afirma que elas existem e que é preciso dar visibilidade para essas mulheres.

Além disso, essas artistas estabelecem um diálogo com as obras produzidas por Reis, na medida em que discutem machismo, corpos femininos, identidades, espaços urbanos, problematizando a Arte no cotidiano capixaba e como esse cenário ainda exclui as mulheres, invisibilizando suas lutas.

3.3 OBRAS DA ARTISTA CRISTIANE REIS

Com o objetivo de conhecer as obras da artista Cristiane Reis, realizamos uma entrevista com base na Análise da Conversa Etnometodológica (ACE), como abordagem metodológica e utilizamos as Convenções Jefferson para a transcrição da entrevista. Destacamos que a entrevista representou uma narrativa da trajetória da artista.

Realçamos que a realização da entrevista com a artista se deu no âmbito de uma disciplina sobre narrativas intitulada Tópicos em Linguística Aplicada-Gênero e Narrativa, ministrada pela professora Doutora Mayara de Oliveira Nogueira Loyola. Nesse estudo, tive contato com a ACE e, como nosso objetivo era realizar uma entrevista que se desse numa interação face a face, privilegiando a interação, como uma conversa, adotamos tal abordagem metodológica, por entender que ela seria um aporte que daria conta do nosso objetivo.

A Análise da Conversa Etnometodológica (ACE) tem como base a fala em interação por meio do uso da linguagem, considerando as interações cotidianas. Segundo Garcez (2008), a pesquisa microetnográfica tem por objetivo descrever como se organiza social e culturalmente a fala em interação que pode ocorrer face a face ou mediada por tecnologias.

Para Garcez, Bulla e Loder (2014), na pesquisa microetnográfica, tanto a escolha dos registros das elocuições, como a identificação dos participantes são aspectos relevantes. Além disso, a entonação, os aspectos temporais e a velocidade de produção vocal dos participantes são de extrema importância para os estudos da fala e interação social. Os autores afirmam que para representá-los em texto, “as chamadas ‘Convenções Jefferson de Transcrição’ se consolidaram como conjunto estável de convenções detalhadas, evidenciando o caráter sequencial dialógico dos encontros transcritos” (GARCEZ, BULLA, LODER, 2014, p.271).

A entrevista com a artista visual Cristiane Reis nos mostrou que ela sempre se interessou pela temática da violência contra mulheres, sendo tema recorrente em suas obras. Ela afirma que houve um percurso histórico até a produção dos potes, havendo um processo de ressignificação em sua produção artística. Segundo Mishler (2002), todas as vezes que recontamos uma história, nós ressignificamos as narrativas. E esse fato nos conecta ao passado, por meio da memória.

O primeiro trabalho produzido por ela foi: “Ele dizia que era por amor”, no final de 2012. Essa arte era feita com potes de vidro grandes, em média 30 centímetros, repletos de óleo de cozinha e contendo fotos de mulheres vítimas de violência. Essas fotos eram retiradas de jornais locais de grande circulação no Espírito Santo. As informações sobre como se deu cada ato de violência se encontravam em forma de legenda, acompanhando os potes. Apresentamos a imagem a seguir com pote de vidro, para entendermos as ressignificações na obra da artista, considerando a temática da violência contra mulheres.



Figura 4- Potes de Vidro de Cristiane Reis. Fonte: (Reis, 2013). Este trabalho compõe a exposição: “ELE DIZIA QUE ERA POR AMOR” de 2013, produzido por Cristiane Reis, disponível em: <https://cristianereis.weebly.com/os-trabalhos.html>.

Em entrevista, a artista comentou sobre a produção da arte “Ele dizia que era por amor”. Essa série tinha por objetivo discutir sobre a violência contra mulheres, mostrando casos ocorridos no ES. Inicialmente, com a exposição dessa arte, Cristiane Reis ainda não tinha a percepção de que, ao trazer essas imagens, mostrando essas mulheres dessa forma, havia uma reprodução e naturalização dessa violência. Ao compreender esse processo, a artista passou a repensar novas formas de trazer esse tema para a discussão e reflexão, sem, no entanto, trazer a imagem violenta.

É a partir desse momento que a Arte Postal com *Objetos deslocados* surge, em seu trabalho, como uma forma de trazer um outro significado à questão da violência contra mulheres. Em vez de reproduzi-la, os postais têm como objetivo realizar denúncia, protesto e reflexão. Inclusive, em entrevista, Reis (2019) afirma que um dos seus objetivos é produzir uma arte politizada, ou seja, que tenha um posicionamento político de enfrentamento à violência contra mulheres. Nesse sentido, o trabalho da artista é engajado, com um olhar voltado para o social.

A entrevista de Reis (2019) apresenta o percurso que a artista trilhou até chegar à produção dos postais, pois essa caminhada com um trabalho crítico e politizado já ocorria, de alguma forma, como verificamos no trecho a seguir:

A série dos postais ela é uma série relativamente nova. Ela é de 2015, a primeira, né. E eu comecei a falar sobre violência nos meus trabalhos em 2012, final de 2012, começo de 2013. Eu acho que o meu primeiro trabalho em galeria, levando o tema da violência é 2013. Então, foi todo um percurso que me fez chegar até os postais. (REIS, 2019).

Percebemos que a entrevista de Reis (2019) foi uma narrativa a partir de acontecimentos relevantes que ocorreram em sua vida, entrelaçando esses fatos com suas criações artísticas. Assim, as experiências vividas influenciaram na forma de ela enxergar o mundo e produzir arte.

Em relação às narrativas, Bruner (1997) afirma que elas representam as ações e as experiências de quem está narrando. Além disso, o autor afirma que a narrativa constitui um meio de utilizar a linguagem. Podemos, a partir dessa afirmação, compreender que a narrativa opera no nível discursivo, constituindo formas de interação, por meio da linguagem.

Na entrevista com a artista, notamos que os elementos discursivos se apresentam para marcar o lugar de fala dela, expressando suas vivências e experiências de mundo. Cristiane Reis assume uma posição de mulher politizada, que produz uma arte engajada, contestatória, questionando a liderança do Espírito Santo, além da falta de políticas públicas para tratar essa questão. Notamos esse posicionamento no seguinte trecho:

Em 2015, o ES era primeiro lugar que mais matava mulher no país nas estatísticas e eu já tava envolvida desde 2013 com o mapa da violência, acompanhando isso, e como assim? Na metade de um ano em que o estado era o mais violento, é o que mais mata, com uma taxa o dobro da nacional, não tinha nenhuma proposta ainda pra reduzir, pra diminuir isso (...) (REIS, 2019).

Além disso, Reis (2019) afirma que as matérias jornalísticas também reforçavam e ainda reforçam a violência contra mulheres, pela forma como as notícias são escritas. Ela se sentia perplexa diante da naturalização dessa violência. Por todos esses motivos, ela ressignificou a própria obra, pesquisando sobre a temática, lendo notícias sobre os casos de violência contra mulheres, estudando os dados do Mapa da Violência desde 2012. Depois de toda essa pesquisa, a artista passou a produzir os *Objetos deslocados*, criando a primeira série de postais, no ano de 2015.

3.4 ARTE POSTAL

Para compreendermos melhor o trabalho da artista Cristiane Reis, apresentaremos um estudo sobre a Arte Postal no Brasil. Esta arte foi bastante difundida por Paulo Bruscky, uma das principais referências, durante a década de 1970, constituindo-se em uma estratégia de liberdade diante do contexto político opressor em plena ditadura brasileira.

Para Bruscky (2006), a Arte Postal também pode ser chamada de “Mail Art, Arte Correio, Arte por Correspondência, Arte à Domicílio” (BRUSCKY, 2006, p.163). Esses são os nomes dados pelo autor. Adotamos o nome Arte Postal, para nos referirmos ao *corpus* desta tese, que apresenta os *Objetos deslocados* usados em cenas de violência contra mulheres no ES, pois este é o termo utilizado pela artista Cristiane Reis para se referir aos postais, como se comprova na entrevista em anexo. Além disso, para nós, os postais são gêneros textuais discursivos.

A Arte Postal é uma linguagem artística que utiliza os correios como circuito alternativo aos centros oficiais de arte (museus, galerias, etc.), como meio de circulação de uma arte “antiburguesa, anticomercial, antissistema” (BRUSCKY, 2006, p.163). Segundo Bruscky (2006), a arte postal retoma suas principais funções que são a informação, o protesto e a denúncia.

Segundo Britto (2013), a Arte Postal se desenvolveu a partir de 1960/1970, num contexto internacional marcado por movimentos Feministas e contra a Guerra do Vietnã. Havia, naquela época, a luta pelos direitos civis, marcada por movimentos contestatórios nos Estados Unidos e na Europa. Na América Latina, a Arte Correio viveu sob os regimes ditatoriais.

Para Britto (2013), a Arte Postal, surgiu num contexto de opressão e de contestação, apresentando-se como uma linguagem artística antiinstitucional, contestatória e libertária. Essa arte tentou escapar de um confinamento cultural, considerando que os objetos artísticos eram contemplados em museus e galerias. Assim, as obras passaram a ser apreciadas, tendo o Correio como veículo, sendo usado como meio e fim, fazendo parte e sendo a própria obra.

Bruscky (2006) produziu um trabalho denominado *Sem Destino*. Conforme afirma Britto (2013), essa ação questionava o próprio circuito onde funcionava, ou seja, os correios. De acordo com a União Postal Universal, caso

o destino da carta não seja encontrado, toda correspondência deve retornar ao remetente, sendo que ela não pode ser violada. Com base nessas premissas, Bruscky enviou postais e cartas “sem destino” para várias partes do mundo. No local reservado ao destinatário, aparecia a frase: Sem destino. Além disso, pediu a artistas de outros países que produziam Arte Postal, ou seja, aos colegas da rede, que distribuíssem essas correspondências por caixas de correio de diversos países. O resultado é que essa arte circulou por vários países, fazendo um intercâmbio de postais entre artistas de várias partes do mundo.

Portanto, para Britto (2013),

A Arte Postal atua de diferentes maneiras; ao mesmo tempo em que estabelece uma importante rede de troca de ideias, informações e proposições artísticas, também opera como dispositivo questionador do próprio circuito por onde funciona, os correios (BRITTO, 2013, p.209).

Para que possamos observar como funcionava a estrutura e a divulgação dos postais, trazemos uma produção de Bruscky e Santiago, de 1987, que tratava da radiação como tema de um dos postais, conforme verificamos na imagem a seguir:

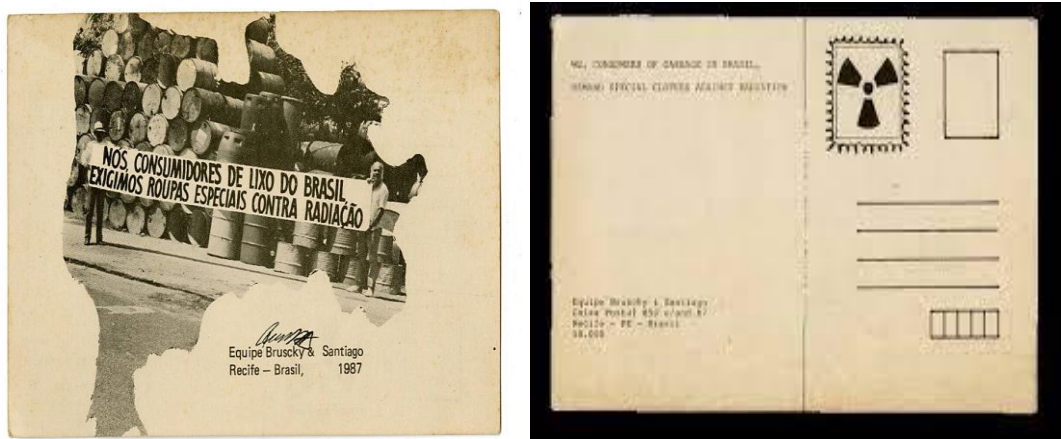


Figura 5: Arte Postal de Bruscky e Santiago. (Bruscky & Santiago. “Nós, consumidores de lixo do Brasil, exigimos roupas especiais contra radiação”.1987. Fonte: BESSA, 2015, p. 17).

Pela forma como os postais eram criados e distribuídos, notamos uma ruptura com o modo de distribuição e consumo da arte. Segundo Britto (2013), a Arte Correio surgiu num contexto de censura, principalmente na América Latina, devido aos governos ditatoriais. A II Exposição Internacional de Arte Correio, realizada no dia 27 de agosto de 1976, na sede dos correios, em Recife, Brasil, sofreu censura, havendo proibição da exposição, por meio da repressão cultural.

Além disso, os organizadores, Paulo Bruscky e Daniel Santiago ficaram presos por três dias e as obras da exposição, que reunia três mil trabalhos, com a participação de vinte e um países, só foram liberadas um mês depois, fora os danos causados a elas. Nesse contexto de protesto, a Arte Postal circulava, inicialmente, como arte subversiva, cuja função era protestar contra a opressão.

De acordo com Bruscky (2006), a Arte Postal apresentava um caráter subversivo e marginal, sendo criada como uma arte protesto. Porém, segundo Britto (2006), no final da década de 1970, ela foi institucionalizada, passando a ser exibida como produto artístico em espaços como galerias e museus; adentrando a XVI Bienal Internacional de São Paulo, em 1981. A partir de então, a Arte Postal adquire estatuto de arte, sendo disputada no mercado, como qualquer produto cultural.

Para Blauth e Nunes (2018), já se passaram quase cinquenta anos de Arte Postal no Brasil. Com o advento das tecnologias de informação, agregamos outros modos de produção e circulação das obras. A partir da década de 1980, a Arte Postal passou a ser reconhecida como Arte, deixando de ser marginalizada. Porém, suas características de informação, denúncia e protesto ainda são marcantes na atualidade. Assim, ainda há uma crítica persistente aos espaços fechados como museus e galerias de arte, bem como a constante busca por alternativas possíveis para veiculação e apresentação da produção da arte contemporânea, principalmente, de artistas em início de carreira.

Segundo os autores, poderíamos pensar que a drástica redução do uso do sistema de correios ameaçaria os dias da Arte Postal, devido à forma como essa arte circulava, na década de 70, por exemplo. Contudo, o advento de tecnologias como a internet propiciou que essa rede se tornasse uma aliada dos artistas. Assim, podemos afirmar que a Arte Postal enfrentou mudanças nos meios de produção e circulação das obras de arte, mas manteve sua essência, ao trabalhar na perspectiva da troca e do compartilhamento, ainda que isso ocorra em lugares diversos e até descontínuos. Além disso, a Arte Postal, de certa forma, antecipou o intercâmbio promovido pelas redes sociais para divulgação, denúncia e troca de mensagens e informações.

Destacamos que ainda hoje os artistas escolhem quais serão as formas de produção e circulação dos postais. Reis (2019) optou por produzi-los de forma impressa, mas ela mantém um blog em que os postais estão digitalizados.

Assim, ela agregou mais uma maneira de produzir arte. Além disso, os postais circularam no meio físico, estando em rodoviárias e aeroportos. E também nas mídias digitais. Isso mostra que houve uma ampliação no modo como os postais passaram a circular na sociedade, tornando essa arte ainda mais acessível, já que ela não se restringiu aos meios convencionais como museus e galerias.

3.5 OBJETOS DESLOCADOS NA ARTE POSTAL

A artista visual Cristiane de Alencar Reis, mais conhecida como Cristiane Reis, trabalhou como mediadora em galerias, fazendo o elo entre expositor e visitantes. Em entrevista, ela afirma que essas vivências e experiências foram fundamentais para o desenvolvimento da série *Objetos deslocados*, tendo como referência a Arte Postal.

A artista produziu uma série de postais com *Objetos deslocados*, que relatam a violência contra mulheres no Espírito Santo. Antes, porém, cabe discutir: o que são *Objetos deslocados*? Na entrevista, a artista esclarece o que vem a ser esse termo, considerando a violência contra mulheres. Ela afirma que trabalhou com o conceito dicionarizado de deslocamento, em que algo é deslocado de seu valor de uso tradicional. Assim, os *Objetos deslocados* não são portadores de violência doméstica, mas foram usados de forma violenta, sendo deslocados de seu uso convencional.

Para Cristiane, há, também, um deslocamento de sentimentos ligados aos objetos, indo do amor à violência. Dessa forma, uma caneta esferográfica e um capacete, por exemplo, são usados para cometer violência contra mulheres. Na maioria dos casos, o objeto usado é o que o agressor encontra, rapidamente, no momento da discussão, para atingir a vítima. No caso da caneta esferográfica, o objeto foi usado para furar os olhos da vítima pois, segundo informações da imprensa, o agressor não queria que a vítima visse mais nada. Apresentaremos um exemplo de como os *Objetos deslocados* são retratados na obra da artista Cristiane Reis, sendo que todos os postais estão disponíveis no anexo desta tese.



Cristiane Reis
Objetos deslocados

Um socador de alho foi o que ele, bebado, atirou contra ela, o sangue escorria do corte na testa quando o marido de posse de uma faca de cozinha avançou. A filha de apenas quatro anos, foi quem evitou a tragédia ao entrar na frente dele.

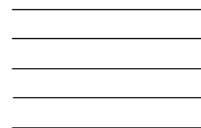


Figura 6- Postal I- Socador de Alho

Para produzir os postais com os *Objetos deslocados*, a artista seguiu alguns passos. Primeiramente, ela fez a leitura de notícias que circulavam em jornais impressos, como: A Gazeta e A Tribuna, com base nos casos de violência doméstica contra mulheres ocorridos no Espírito Santo. Dessa forma, ela geolocalizou as notícias de Norte a Sul do Estado, considerando os atos violentos e os objetos usados nas agressões.

Depois de realizar essa leitura, Cristiane Reis selecionou as notícias, tendo como base os objetos usados e os casos mais impactantes para realizar a produção dos postais. Ao todo, são dezoito postais com relatos dos registros de violência contra mulheres no estado do Espírito Santo. Ela se baseou em notícias de 2015 para confeccionar os oito postais de 2015, bem como as de 2017 e 2018, para a série de dez postais produzidos no ano de 2018.

Poderíamos questionar o fato de haver muitas notícias sobre violência contra mulheres no ES e o fato de a artista ter produzido somente 18 postais. No entanto, levamos em consideração que não estamos falando de uma produção em série, com todos os objetos usados em atos de agressões domésticas contra mulheres. Como estamos tratando de Arte, não devemos perder de vista que essa produção apresenta escolhas subjetivas.

Além disso, Cristiane Reis se baseou nas notícias que, segundo ela, deixaram a população mais perplexa, principalmente, por serem instrumentos utilizados no cotidiano. Assim, uma caneta esferográfica, uma faca de serra, um capacete e uma cadeira perdem o seu valor de uso convencional e são usados como “armas” para agredir e matar mulheres.

No relato, Cristiane Reis, a artista tinha como objetivo, ao trabalhar os postais, produzir uma arte denúncia, levar à reflexão sobre a temática, trazendo um novo olhar sobre a questão da violência contra mulheres, em vez de simplesmente reproduzi-la. Ela assumiu que seus postais tinham uma função de arte política.

No trabalho desenvolvido por Cristiane Reis, além de veicular os postais no blog, a artista optou por distribuí-los em pontos da Grande Vitória, ou seja, em cidades como Serra, Vila Velha e Vitória. Assim, ela fez essa distribuição em locais como: a Rodoviária de Carapina, Vitória, Vila Velha, no Aeroporto e também no Palácio Anchieta, como se confirma na entrevista anexa.

Os postais da artista mantêm a estrutura de um cartão postal. Porém, em vez de apresentar pontos turísticos (que era o uso mais comum destinado dos postais pelo então governo do Estado do Espírito Santo em 2015), ela expõe objetos deslocados de seu uso convencional. Assim, na parte da frente dos postais constam os objetos, centralizados, com um fundo branco, estando em destaque. Já no verso do postal, em vez de apresentar a descrição da paisagem, a artista narra os relatos de violência contra mulheres, considerando os casos ocorridos no estado do Espírito Santo nos anos de 2015, 2017 e 2018.

Diante disso, ela passa a relatar os casos de violência, apresentando as seguintes informações no verso do postal: o agressor, a vítima, o objeto e como esse objeto foi deslocado, ou seja, usado na violência contra mulheres, como se verifica no trecho da entrevista com a artista:

Então, eu acho que por isso eu altero esses relatos conforme eu vou escrevendo, né, nos postais, eles são um recorte do relato, eu leio, e aí recrio aquilo, até pra deixar a informação menor, mais curta e ir direto ao ponto né, e então eu coloco a vítima, o agressor, o objeto e como esse objeto foi utilizado, como ele foi deslocado do seu uso comum e se tornou um objeto violento. É e também pra tentar reduzir a violência cometida contra essa vítima (REIS, 2019).

Teríamos, nesse relato de violência, o lead da notícia, apontando o que ocorreu, com quem, qual objeto foi usado e como aconteceu a violência. Cristiane Reis reescreveu essas manchetes com o objetivo de desculpabilizar as vítimas, além de trazer um texto mais curto do que a própria notícia do jornal, tendo em vista que os postais são um gênero que primam pela brevidade das informações e pela objetividade, para serem mais acessíveis ao público.

3.6 ARTE, MANIFESTO E RESISTÊNCIA

Primeiramente, ao abordar a relação entre Arte e resistência, é necessário fazermos algumas considerações sobre o lugar dos *Objetos Deslocados*. A fim de fundamentar essa discussão, nos baseamos nas obras de Bortulucce (2015), van Dijk (2010), Fonseca (2018) e na entrevista realizada com Reis (2019).

Iniciamos com o conceito de manifesto trazido por Bortulucce (2015), partindo do princípio de que os postais seriam considerados um “efeito manifesto”¹⁶. Bortulucce (2015) afirma que o manifesto é um gênero textual que sofreu transformações do século XVI ao XIX, sendo de extrema relevância para a modernidade. E esse conceito foi se ampliando, não se referindo somente ao âmbito político, como ocorria no século XVII até a primeira metade do século XIX. Assim, ele passou a abraçar a Literatura e a Arte.

Para a pesquisadora, no período de transição do século XIX para o XX, o manifesto se tornou parte da poética das escolas literárias, sendo responsável por representar suas ideias e também seus objetivos. Além disso, o termo vanguarda fez com que o manifesto adentrasse o campo das artes por meio de um contexto estético. Dessa maneira, o manifesto tornou-se uma forma discursiva das vanguardas.

Essas discussões sobre o conceito de manifesto e sua ampliação de sentido, ao longo dos séculos, ainda é relevante, pois a era pós-moderna também produz manifestos e sua produção é vital para aumentar a visibilidade de certos grupos. Sendo assim, nos baseamos na seguinte definição:

entende-se atualmente o manifesto como um gênero textual, de caráter persuasivo, que se propõe a declarar publicamente princípios específicos, chamando a atenção do público, incitando à ação e alertando para a necessidade de realização de algum tipo de mudança. Quanto mais ele circular entre as pessoas, mais ampla será sua repercussão (BORTULUCCE, 2015, p.6).

Ao se situar entre a vida e a arte, o manifesto acaba sendo um gênero que questiona os contornos desses limites. De acordo com a autora, “o manifesto

¹⁶Esse conceito se refere a obras literárias, pinturas, filmes e canções que adquirem a função de manifesto, sendo chamadas de “efeito manifesto” (ABASTADO, 1980, p.23 apud Bortulucce, 2015, p.14). Assim, todo texto que toma violentamente uma posição, sendo polêmico, é chamado de manifesto. Entendemos que os postais da série *Objetos deslocados* pertencem ao gênero textual postal, devido a sua estrutura. Contudo, apresentam a função de manifesto devido à experiência estética possibilitada pelo contato com a obra.

é um gênero que representa as esperanças, fantasias, desejos e contradições da modernidade” (BORTULUCCE, 2015, p.13). Ele representa um ato de legitimação da arte e do artista, por meio da conquista de um poder simbólico.

O manifesto, em sua essência, é contraditório. Na medida em que a mensagem do manifesto se “realiza”; ele perde seu propósito. Contudo, transforma-se em fonte histórica. Essa dualidade também é representada pela condição do artista e sua relação com a sociedade capitalista, pois o artista deseja autonomia para produzir sua arte, mas quer que a obra circule. Essa circulação acaba por tornar a arte um produto de mercado. Enfim, são as ambiguidades vividas pela modernidade.

Bortulucce (2015) destaca que os manifestos independem da forma, mas trazem o seu aspecto polêmico. Eles são vistos como máquinas de desejo, ao estruturarem e afirmarem uma identidade. Assim, o manifesto, ao carregar dualidades, consegue ser rebelde, contestador; ao mesmo tempo em que é “conformista”, pois compreende a sua obra como produto de consumo, por uma ótica do capital. Podemos supor que essas angústias ainda sejam atuais, pois estamos inseridos no modelo capitalista, que mercantiliza tudo, inclusive a arte, obrigando o artista a repensar as formas de produção, circulação e consumo dessa arte.

Nesta tese, situamos os postais da série *Objetos deslocados*, de Cristiane Reis, como um manifesto. Essa hipótese se fundamenta na argumentação de que estamos lidando com uma arte contestatória, vista como rebelde, sendo questionadora do modelo vigente, representando uma vanguarda. Temos, portanto, um trabalho que apresenta um caráter inovador, ao abordar a violência contra mulheres no ES utilizando postais com objetos usados nas agressões. Nesse aspecto, encontramos um manifesto arte, com um olhar voltado para questões do cotidiano, envolvendo a coletividade. Afinal, a violência contra mulheres é um tema que nos toca, tanto localmente, quanto mundialmente.

Por outro lado, o manifesto enfrenta contradições. Como estamos inseridos em uma sociedade capitalista, patriarcal, que naturaliza práticas de violência, os postais, em suas narrativas, reproduzem, de certa forma, o machismo estrutural. Isso ocorre, pois a arte integra uma experiência estética. E Reis (2019), em entrevista, nos mostra como a violência contra mulheres atravessa sua obra, influenciando diretamente no processo de criação dos

postais. Nesse caso, essa interferência se dá de modo inconsciente pela artista, pois ela não tem o objetivo de reproduzir a ideologia machista em suas obras.

Além disso, Reis (2019) se posiciona como uma artista que produz uma arte politizada. Em entrevista, a artista comentou sobre o fato de o governo do Estado do ES, no ano de 2015, divulgar postais com os pontos turísticos do estado, destacando as belezas desta terra. Para Reis (2019), tal atitude mostrava o interesse em valorizar o turismo. Dessa forma, a artista se coloca como uma porta-voz, denunciando aquilo que as instituições governamentais queriam esconder. Assim, os postais seriam considerados um manifesto de contrapoder, de acordo com van Dijk (2013), confrontando o poder hegemônico.

Antes de abordarmos a questão da resistência na obra de Reis (2019), é preciso falar sobre o conceito de poder e de contrapoder. Segundo van Dijk (2010), os Estudos Críticos do Discurso (ECD) têm como tarefa crucial explicar as relações entre discurso e poder social. Neste caso, considera-se o poder social e não o individual. Além disso, o poder é definido como controle exercido por um grupo ou uma organização em relação a outros grupos. Dessa maneira, há um controle das mentes, influenciando os conhecimentos, as atitudes e as ideologias.

O poder também pode indicar acesso a recursos sociais valorizados como acesso a riquezas, a empregos e aos discursos. Por meio do poder e da dominância, ou seja, abuso de poder, há uma reprodução do poder, que ocorre nas práticas cotidianas. E para os Estudos Críticos do Discurso interessa o abuso de poder. Além disso, para exercerem o poder, os grupos necessitam de uma base, que pode ser material ou simbólica.

O poder simbólico está atrelado ao acesso ao discurso público pelas elites simbólicas. Elas são representadas por políticos, jornalistas e professores, por exemplo. Dessa forma, o grupo social se caracteriza por sua estrutura, suas relações com os seus membros e também pela presença ou ausência de recursos de poder. As elites simbólicas têm acesso aos discursos de forma ativa, ao passo que a maioria das pessoas só tem acesso passivo aos discursos hegemônicos.

Apesar de haver as relações de dominância, ou seja, de poder, van Dijk (2010) afirma que ela raramente é absoluta, pois há “maior ou menor *resistência* ou contrapoder por parte dos grupos dominados” (VAN DIJK, 2010, p.88). Isso

quer dizer que o contrapoder representa uma forma de resistência ao poder hegemônico. O pesquisador ainda afirma que os analistas do discurso devem ser militantes, formulando propostas para exercerem ações de contrapoder a situações de opressão.

Tendo por objetivo denunciar o discurso hegemônico, Reis (2019) divulgou os postais em rodoviárias e aeroporto, locais onde costumam circular turistas, mostrando a outra face que o governo desejava esconder. Essa atitude representa um movimento de contrapoder, fazendo resistência ao poder hegemônico representado pela instituição governamental.

Segundo Fonseca (2018), as relações de contrapoder são marcadas por manifestos como forma de resistência, levando grupos “dominados” a uma postura militante. “O surgimento de uma produção textual diversificada, escrita por mulheres, exemplifica os postulados de van Dijk (2010) e aponta para uma forte reação” (FONSECA, 2018, p. 885). Essa reação representa o contrapoder, questionando as relações de dominância na sociedade.

Na obra de Reis (2019), há uma denúncia sobre os casos de violência contra mulheres no Espírito Santo, visando a uma reflexão sobre a temática abordada. Reis (2019) tem um olhar atento para a questão da violência de homens contra mulheres. Para a artista, seus postais têm essa função, sendo, portanto, um manifesto. Além disso, temos, tanto no Brasil, como em outros países, uma produção de manifestos, obras de artes, depoimentos, produções acadêmicas com o olhar voltado para essa discussão.

De acordo com Fonseca:

O resultado é a aparição de textos que apresentam declarações e testemunhos, fazendo passagens entre o sensível e o inteligível, combinando depoimentos pessoais com argumentos científicos, na tentativa de elevar a condição feminina e sugerir superação de situações de opressão (FONSECA, 2018, p.885).

Nesse sentido, os postais seriam uma das formas de resistir/ existir. A obra de Cristiane Reis pretende, nessa perspectiva, ressignificar a discussão sobre a violência contra mulheres no ES por meio da série *Objetos deslocados*.

4. PERCURSO TEÓRICO- METODOLÓGICO

O presente capítulo tem por objetivo apresentar as considerações teórico-metodológicas, além das categorias de análise. Lembramos que este estudo foi guiado pelas seguintes questões: 1. Quais aspectos multimodais e discursivos são utilizados para representar o objeto? 2. Quais escolhas lexicais são realizadas para representar os atores sociais e a ação social, considerando a noção de agentividade nas narrativas? 3. Quais ideologias a respeito da violência de gênero no ES são acionadas (ou construídas) a partir dos discursos dos postais? 4. Essa arte contribui ou não para o enfretamento (ou reflexão) da violência contra mulheres no ES?

As questões levantadas nesta tese consideraram as recorrências presentes nos postais, nos levando a selecionar cinco categorias: multimodalidade, referentes, atores sociais, ação social e ideologia. Os procedimentos metodológicos adotados seguem a proposta de análise teórica e metodológica dos Estudos Críticos do Discurso (ECD) de base Sociocognitiva, compreendendo um conjunto de estruturas e estratégias discursivas dentro do triângulo: discurso-cognição-sociedade. Este estudo qualitativo da violência contra mulheres no ES por meio dos postais *Objetos deslocados* teve como fundamentação os ECD, compreendendo cinco categorias de análise.

Nosso quadro teórico é constituído por um conjunto de trabalhos que mobilizam contribuições de vários campos do saber, possibilitando a compreensão do tema estudado. Nossa referência-base são os Estudos Críticos do Discurso (ECD), compreendendo as obras de van Dijk (1999, 2006, 2010, 2012a, 2012b, 2013, 2014, 2016). Tal escolha leva em consideração as contribuições deste pesquisador, tendo em vista que ele define: referentes, ação social, atores sociais e ideologia, que são categorias de análise presentes no *corpus* desta tese. Além disso, estabelecemos um diálogo com Tomazi *et al.* (2016) e Tomazi (2019, 2020) a fim de trazer a discussão sobre a noção de agentividade dos atores sociais presente nas narrativas dos postais.

Para compor o quadro teórico, recorreremos às obras de Kress (2010), van Leeuwen (2005, 2011), Kress e van Leeuwen (2001, 2002, 2006), Machin e Mayr (2010); tendo em vista a relevância da Semiótica Social para tratar da multimodalidade, que é uma categoria de análise desta tese. Além de Santos

(2020), para abordar a relação entre fotografia e legenda. A escolha desses autores leva em consideração os estudos dos aspectos multimodais, servindo de base para a interpretação das imagens nos postais.

Como os *Objetos deslocados* são vistos como objetos de discurso, tratamos do fenômeno da referenciação dentro da categoria referentes, retomando as obras de Cavalcante (2011) e Cavalcante *et al.* (2014) em diálogo com as obras de van Dijk (2006, 2010, 2013, 2014). Nesta tese, consideramos os objetos, presentes nos postais, como referentes, sendo categorizados como: instrumentos, utensílios, máquinas. Também trazemos a discussão proposta por Santaella (1997) sobre o uso dessas ferramentas e sua relação com os seres humanos, tendo em vista que estamos falando de objetos do nosso cotidiano.

A seguir, apresentamos as categorias de análise e sua descrição, considerando os aspectos recorrentes encontrados no *corpus* desta tese.

Tabela 3- Categorias para análise dos postais

CATEGORIAS DE ANÁLISE	DESCRIÇÃO DOS ITENS PRESENTES NAS CATEGORIAS
a) Multimodalidade	Os modos semióticos: escolha semiótica do signo, cor da imagem, valor informativo: posição da imagem (à direita, à esquerda, centralizada), saliência, uso de negrito como elemento de destaque.
b) Referentes	Processos de referenciação: introdução referencial, anáforas diretas e modelos mentais. Os <i>Objetos deslocados</i> são compreendidos como referentes. “O referente (ou objeto do discurso) é a representação na mente dos interlocutores de uma entidade estabelecida no texto” (CAVALCANTE <i>et al.</i> , 2014, p.27).
c) Atores sociais	Atores sociais: análise dos papéis sociais desempenhados pelos atores sociais nos postais, por exemplo, marido, esposa, agressor, vítima, etc. Atores/participantes: Os atores são categorias constituintes das situações sociais. Como parte das situações comunicativas, possuem vários papéis comunicativos, como os tipos de falantes, de escritores ou de produtores e dos receptores. Podem ser definidos localmente como indivíduos, ou globalmente, recorrendo-se a termos relacionados aos grupos, às organizações ou às instituições (VAN DIJK, 2001, p.376).
d) Ação social	Ação social (agentividade dos atores sociais) Ação social: está ligada à escolha lexical, os verbos que indicam ativação e passivação nas narrativas de violência contra mulheres, tendo em vista que há uma reescrita das notícias de jornais sobre os casos de violência. Ativação representa as ações praticadas pelo ator social e passivação indicaria as ações sofridas.
e) Ideologia	Ideologias: as ideologias representam as “crenças sociais gerais e abstratas, compartilhadas por um grupo, as quais controlam e organizam as opiniões (atitudes) e conhecimentos mais específicos de um grupo” (VAN DIJK, 1999, p.69). As questões de autoapresentação e outroapresentação. Autoapresentação positiva: destacar aspectos positivos no endogrupo. Outroapresentação negativa: destacar aspectos negativos no exogrupo. (Por um processo de lexicalização).

Fonte: Categorias organizadas pela autora a partir da leitura de Van Dijk (1999, 2001, 2006, 2010, 2012a, 2012b, 2013, 2014, 2016), Cavalcante *et al.* (2014) e Kress e van Leeuwen (2001, 2002, 2006).

4.1 ESTUDOS CRÍTICOS DO DISCURSO

Neste capítulo, apresentamos os principais pontos abordados pelos Estudos Críticos do Discurso (ECD), considerando sua relevância como referencial teórico desta tese. A perspectiva teórica dos Estudos Críticos do Discurso (ECD) de base sociocognitiva proposta por van Dijk (2013) tem como base o triângulo: discurso, cognição e sociedade, havendo uma estruturação das práticas do discurso. Sendo assim, não se pode pensar uma teorização social sem os aspectos cognitivos, nem uma teoria cognitiva sem abordar uma teoria social, pois as relações entre discurso e sociedade são cognitivamente mediadas (VAN DIJK, 2016).

Nesse enfoque teórico, o discurso é visto como um evento comunicativo, podendo representar qualquer “forma multimodal de significação” (VAN DIJK, 2013, p.355). Além disso, os discursos são:

formas de ação e interação social, situadas em contextos sociais dos quais os participantes são não apenas falantes/escritores e ouvintes/leitores, mas também atores sociais que são membros de grupos e culturas (VAN DIJK, 2000, p.6).

Para o autor, a cognição

envolve tanto a pessoal quanto a social, crenças, objetivos, avaliações e emoções e qualquer outra estrutura “mental” ou da “memória”, como as representações ou os processos envolvidos no discurso e na interação” (VAN DIJK, 2013, p.355).

Já a sociedade é definida da seguinte forma:

(...) significa a inclusão, tanto do nível local ou micro tais como as interações interpessoais, quanto dos níveis mais altos como as estruturas sociais e políticas, definidas em termos variados como grupos, relações de grupos (como dominância ou desigualdade), movimentos sociais, instituições, organizações, processos sociais, sistemas políticos até as estruturas mais abstratas das sociedades e das culturas (VAN DIJK, 2013, p.355).

Essa abordagem analisa os níveis macro e micro da ordem social, por meio de uma tríade que relaciona discurso, cognição e sociedade. Enquanto o uso da linguagem, a interação verbal e a comunicação fazem parte do micronível da ordem social; o poder, as relações de dominação, de abuso de poder e de desigualdade entre grupos sociais pertencem a um nível mais macro de análise, sendo que esses níveis se inter-relacionam.

De acordo com van Dijk (2013), os aspectos sociocognitivos que podem ser observados via discurso são definidos por modelos mentais pessoais e representações mentais socialmente compartilhadas. Essas representações sociais são compostas por conhecimentos gerais, como “scripts”, “frames”, que são considerados esquemas mentais.

Os modelos mentais representam as experiências das pessoas, povoando a memória episódica. Esse processo de armazenamento se dá por meio de esquemas mentais. E são armazenados na memória ao longo da vida, sendo esquemas prototípicos. Como os indivíduos vivem em comunidades socioculturais diversas, a prototipicidade dos esquemas mentais dos membros de uma comunidade pode ser diferente de outras comunidades.

Embora as representações mentais feitas pelos participantes do evento discursivo sejam “subjetivas e únicas, elas não apenas apresentam conhecimentos e crenças pessoais, como também incorporam grandes quantidades de conhecimentos e outras crenças socialmente compartilhadas” (VAN DIJK, 2006, p.172). A teoria cognitiva é constituída pelos modelos mentais, contextuais e por uma dimensão social representando os nossos conhecimentos partilhados.

Além disso, a análise cognitiva também descreve e explica vários aspectos do próprio discurso, tais como as macroestruturas e microestruturas semânticas. Aquelas são chamadas de significado global. Elas representam o tema de um texto, incorporam as informações mais relevantes de um discurso, expressando o conteúdo geral dos modelos mentais dos eventos. Já estas representam os significados locais, indicando as escolhas lexicais e sintáticas feitas pelo produtor textual.

Como os discursos são produzidos por sujeitos que estão situados na esfera social, cultural, histórica e política, os mesmos não são neutros, sendo ideologicamente condicionados. Porém, nem todos os sujeitos têm consciência desse fato, facilitando a manipulação das ações e opiniões das pessoas.

Nessa perspectiva, os Estudos Críticos do Discurso de base sociocognitiva têm por objetivo explicitar as questões ideológicas presentes nos textos que circulam socialmente, tendo em vista que essas questões podem não ser óbvias para leitores/ouvintes, contribuindo para a manutenção das desigualdades e injustiças sociais.

Uma das formas de manutenção das desigualdades ocorre por meio das relações de poder e do abuso de poder, uma vez que o discurso (re)produz a dominação social. Por esse motivo, essa abordagem pretende descrever e explicar como as estruturas de poder e abuso são discursivamente apresentadas e reproduzidas, relacionando estruturas discursivas com estruturas sociais (VAN DIJK, 2016). A partir das contribuições dessas discussões teóricas, abordaremos, no próximo tópico, as categorias de análise, iniciando pela multimodalidade.

4.2 MULTIMODALIDADE COMO CATEGORIA DE ANÁLISE

Com o intuito de analisar os aspectos imagéticos presentes nos postais de Reis (2019), recorreremos às contribuições teóricas da Semiótica Social Multimodal, por meio da abordagem trazida por teóricos como Kress (2010), van Leeuwen (2005), Kress e van Leeuwen (2001, 2002, 2006), Machin e Mayr (2010), uma vez que escolhemos a multimodalidade como categoria de análise. Apresentamos também as colocações de Santos (2020), pois o autor mostra a relação constitutiva entre as fotos e as legendas no fotojornalismo. E, por uma relação de equivalência, encontramos o mesmo processo na produção de imagens e legendas nos postais da série *Objetos Deslocados*.

Primeiramente, retomamos o conceito de discurso proposto por van Dijk (2013). Para o autor, o discurso é visto como um evento comunicativo, podendo representar qualquer “forma multimodal de significação” (VAN DIJK, 2013, p.355). Partimos do princípio de que os postais representam uma forma multimodal de significação, conjugando diversos modos de linguagem devido aos aspectos visuais e textuais presentes na série *Objetos deslocados*. Por isso, apresentaremos o aporte da Semiótica Social Multimodal, destacando os aspectos que foram relevantes para a análise do *corpus*.

Entendemos que é pela noção de discurso que podemos estabelecer um diálogo entre a Semiótica Social Multimodal proposta por Kress e van Leeuwen (2001, 2002, 2006), com van Dijk (2013). Este autor afirma que o discurso constrói significados por meio de diversos modos semióticos. Na abordagem multimodal, de acordo com Kress e van Leeuwen (2001, 2002, 2006), a construção de sentido se dá na interação dos modos. Sendo assim, o discurso

passa a não ser visto somente como a relação entre textos e imagens, visto que os aspectos multimodais passam a compor a construção de significado.

Há dois aspectos primordiais para a Semiótica Social que envolvem a representação e a comunicação dos signos. As diversas formas de representação são denominadas modos semióticos, de acordo com Kress (2010). Além disso, ela se preocupa com a “forma como as pessoas usam os recursos semióticos para produzirem artefatos comunicativos e eventos para interpretá-los no contexto de situações sociais” (VAN LEEUWEN, 2005, p. 21).

Para a Semiótica Social, a comunicação é uma questão importante: é “um processo no qual um produto ou evento semiótico é ao mesmo tempo articulado ou produzido e interpretado ou usado” (KRESS; VAN LEEUWEN, 2001, p. 20).

Essa abordagem busca compreender a articulação dos diversos modos semióticos utilizados em contextos sociais concretos, ou seja, nas práticas sociais, com o objetivo de gerar comunicação. Além disso, os recursos semióticos são importantes para a construção de diferentes discursos. A maioria dos textos envolve um complexo jogo entre textos escritos, cores, imagens, elementos gráficos e sonoros, enquadramento, perspectiva da imagem, espaços entre imagem e texto verbal, escolhas lexicais, de acordo com a finalidade da comunicação.

Os estudos da Semiótica Social multimodal ampliam a análise do signo verbal no processo de comunicação e reconhecem os múltiplos dispositivos visuais que perpassam um texto. Por essa perspectiva, todos os dispositivos são considerados elementos essenciais para a produção e interpretação dos textos que circulam em nossa sociedade.

Kress e Van Leeuwen (2006) criaram a Gramática do Design Visual (GDV) com o objetivo de desenvolver uma metodologia adequada para a análise de textos multimodais. Assim, o conceito de multimodalidade passa a ser sistematizado, dentro da perspectiva da Semiótica Social.

Segundo Fonseca (2019),

A Semiótica Social pauta seus estudos em novos paradigmas, considerando princípios semióticos amplos como: a noção de escolha do sistema de linguagem, as configurações de significado, a partir do contexto e as funções semióticas da linguagem, segundo a Linguística Sistêmico-Funcional (FONSECA, 2019, p.191).

Um dos primeiros princípios abordados na Semiótica Social é a noção de escolha. Para Kress e van Leeuwen (2006), a escolha de determinado signo é algo relevante para quem o produz. O produtor dos signos escolhe o que considera ser a representação mais apropriada daquilo que deseja significar.

Segundo Machin e Mayr (2010), as escolhas semióticas são capazes de significar conjuntos mais amplos de associações que podem não ser explicitamente especificadas. A escolha de uma palavra ou elemento visual pode sugerir tipos de identidades, valores e atividades. Portanto, é preciso questionar sobre o porquê de determinadas escolhas semióticas, considerando o que elas desejam comunicar.

Para Machin e Mayr (2010), a escolha de determinado signo diz muito sobre quem o produziu. Ao escolher uma representação, o ator social o faz com referência ao seu entendimento, levando em conta os aspectos contextuais e culturais ligados àquela representação.

Kress e Van Leeuwen (2006) apresentam como princípio para análise das imagens as seguintes categorias: valor informativo, saliência e moldura¹⁷. O valor informativo está ligado ao grau de relevância de um determinado elemento em uma composição imagética, considerando a disposição desse elemento no texto. Temos, então, as margens direita, esquerda e o centro da imagem, considerando a posição horizontal.

Os elementos localizados à esquerda da página são apresentados como Dado, e os elementos à direita são o Novo. Algo é concebido como Dado, quando se apresenta uma informação já conhecida pelo leitor, ao passo que o Novo é o espaço destinado à apresentação da informação nova. Já o elemento posto ao centro tem um caráter de permanência, além de indicar a informação central. Dessa forma, os elementos posicionados ao centro são denominados centrais e, nas margens, os marginais.

Segundo Kress e van Leeuwen (2006), a categoria saliência se refere à ênfase dada a certos elementos em relação a outros na imagem. Por esse motivo, o grau de relevância de uma determinada informação se dá em razão do uso desses atributos. Dessa forma, os elementos poderão ser realçados, tendo

¹⁷ Para análise deste *corpus*, nos focamos no valor informativo e na saliência, por serem aspectos que se destacam na série *Objetos deslocados*.

como artifício de produção: a intensificação da cor, do contraste, da superposição em relação a outros elementos, entre outros. Para os autores, a tipografia e a cor são fontes semióticas multimodais, elas têm por função representar ideias, atitudes e estabelecer coerência, carregando significados representacionais, interpessoais e composicionais.

Para os autores, a saliência é representada por meio de cores, que podem ser mais ou menos intensas; além do tamanho dos elementos, podendo ser maior ou menor ao serem comparados com o todo. É possível identificar a saliência a partir do contraste entre cores, por exemplo: preto/branco, verde/vermelho, pela nitidez e pelo brilho das imagens, além da perspectiva. Dessa forma, ao analisar a integração entre os modos semióticos em um texto, o leitor irá julgar a importância de cada elemento com base nos destaques atribuídos a eles.

A cor, para van Leeuwen (2011), representa um recurso multimodal. Há, nesse caso, uma relação direta entre a escolha da imagem e a cor do pano de fundo por parte do produtor das imagens. Para Kress e van Leeuwen (2002), a cor é um recurso multimodal que apresenta suas especificidades, portando significados, que também são construídos em uma determinada cultura.

Além disso, a escolha das cores, na produção de uma imagem não ocorre de modo arbitrário, pelo contrário, há motivação a partir dos objetivos de quem produz uma determinada imagem, gerando um tipo de comunicação a partir da cor escolhida. Ao nos depararmos com as cores, fazemos certas associações.

Kress e van Leeuwen (2002), ao tratarem dos tons branco e preto, afirmam que há uma escala de valor composta por uma escala de cores acinzentadas, que vai desde a luminosidade máxima (branco) à luminosidade mínima (preto). De acordo com os autores, tanto a luz como a escuridão representam experiências fundamentais para a humanidade. Por sua vez, as culturas constroem modos simbólicos e também sistemas de valores em relação a essa experiência, mesmo que isso ocorra de forma distinta para as diferentes culturas. Em nossa cultura, o branco representa luminosidade, luz, claridade; ao passo que a cor preta representa escuridão.

Dado que os postais, como um tipo de discurso, representam uma forma multimodal de significação, trazemos as colocações de Santos (2020), ao afirmar que a realização de uma fotografia exige a consideração das diferentes escolhas

na produção dessa foto. Além disso, no fotojornalismo, as imagens não falam por si, sendo necessária a legenda para o entendimento da imagem. Portanto, uma foto jornalística apresentaria pouco valor informativo sem o acompanhamento da sua respectiva legenda.

Para Santos (2020), é necessário que o signo verbal complemente o signo visual no jornalismo. Assim, imagem e legenda estabeleceriam uma relação de interdependência, construindo uma unidade de sentido. Dessa forma, “inserir ação narrativa na legenda ressalta determinados elementos da foto e acrescenta sentidos que não poderiam ser entendidos sem o texto” (SANTOS, 2020, p.103).

Podemos inferir que a leitura da imagem em interação com a legenda é capaz de produzir outro tipo de texto. Enquanto a imagem pode ser múltipla, apontando para várias direções de sentido; a legenda direciona, oferece uma interpretação guiada da imagem nas fotos jornalísticas. Além disso, “a legenda pode ressaltar ou modificar o significado não evidente de uma imagem” (LIMA, 1988, apud SANTOS, 2020, p.100).

De acordo com Santos (2020), no fotojornalismo, há uma relação dialógica entre imagem, texto e leitor, produzindo sentido por meio da conexão entre esses elementos. E essa relação também é identificada nos postais.

4.3 REFERENTES COMO CATEGORIA DE ANÁLISE

Nesta tese, assumimos o posicionamento de que os *Objetos deslocados*, presentes nos postais, são objetos de discurso. Para levantarmos tal discussão, nos respaldamos nos Estudos Críticos do Discurso (ECD) de base Sociocognitiva, tendo como referência as obras de van Dijk (2006, 2008, 2013). A fim de discutirmos os processos de referenciação, fundamentamos essa discussão com os estudos desenvolvidos por: Cavalcante (2011), Cavalcante *et al.* (2014, 2015) e Mondada e Dubois (2003), estabelecendo um diálogo com as obras de van Dijk (2006, 2008, 2013).

Iniciamos a discussão retomando a definição de discurso, proposta por van Dijk (2013), como um evento comunicativo, representando qualquer forma multimodal. Por essa definição, podemos considerar os postais como um evento discursivo, mobilizando a interação entre os participantes por meio dos contextos

sociais. Essa estratégia discursiva leva em consideração o triângulo de conceitos que englobam discurso, cognição e sociedade.

A dimensão cognitiva da tríade teórica de van Dijk (2006) está presente nos processos de referenciação, nos modelos mentais, nos modelos de contexto e de situação. Consideramos, para este estudo, os processos de referenciação, tendo em vista que os *Objetos deslocados* presentes nos postais atuam como objetos de discurso, vistos como entidades do discurso, sendo entendidos como referentes. (MONDADA; DUBOIS, 2003, apud CAVALCANTE, 2015, p.280).

Os referentes são definidos como “categorias cognitivo-discursivas que apresentam uma instabilidade inerente a elas” (MONDADA; DUBOIS, 2003, apud CAVALCANTE, 2011, p.26). Tal instabilidade aponta para o aspecto de contínua construção dos referentes, que envolve a ação de categorizar um elemento linguístico em um dado momento, e/ou recategorizá-lo em outro momento, quando necessário. É nesse sentido que se entende a referenciação como um processo em que o referente é construído, categorizado e recategorizado, em uma dada situação social.

Cavalcante *et al.* (2014) sintetizam elementos relevantes sobre os referentes, considerando os processos de referenciação. As autoras citam os trabalhos de Van Dijk (2006), pois ele aborda a questão do referente e da referenciação, levando em consideração os aspectos discursivos e cognitivos envolvidos. Temos, portanto, as seguintes afirmações:

- a) os referentes são categorias cognitivo-discursivas.
- b) os referentes gozam de instabilidade.
- c) os referentes não são significações, mas comportam significados.
- d) os referentes são construtos sociais que podem ser recategorizados.
- e) “a referência é um processo em que não se pode separar completamente o que é linguístico do que não é (CIULLA E SILVA, 2008, p.17 apud CAVALCANTE *et al.*, 2015, p.281).

A referenciação, como um processo linguístico e sociocognitivo, não somente aponta para o caráter dinâmico da construção dos sentidos nos referentes, a partir dos modelos mentais, como também para as categorias subjacentes a esse processo. Os referentes, como estruturas cognitivo-discursivas, estão no texto e são indicados por marcas textuais, dentre elas as expressões referenciais, que, por sua vez, são as categorias desse processo.

Ao observarmos os postais, podemos considerá-los como objetos de discurso, considerando os recursos multimodais, tendo em vista que estamos

nos referindo a imagens. No processo de referenciação, tais objetos são tidos como referentes e comportam significados, sendo construtos sociais.

Um dos processos de referenciação é a introdução referencial, que introduz o referente pela primeira vez no texto. Segundo Cavalcante *et al.*, a “introdução referencial ocorre quando um referente, ou objeto de discurso, ‘estrela’ no texto de alguma maneira” (CAVALCANTE *et al.*, 2014, p. 54). Cavalcante *et al.* destacam o processo de introdução de um referente no texto numa dimensão cognitiva: “ao introduzirmos um referente no texto, devemos contar com o fato de o coenunciador se valer simultaneamente de muitos indícios para representar essa entidade em sua mente” (CAVALCANTE *et al.*, 2014, p. 54).

Outro processo de referenciação é a anáfora, que tem a função de continuar uma referência ao longo do texto, de modo a ser fundamentalmente responsável pela coesão textual. A anáfora pode ser direta ou indireta. Segundo Cavalcante *et al.*, “As expressões que retomam o mesmo referente que já tiver sido introduzido no texto são chamadas de anafóricas diretas ou correferenciais” (CAVALCANTE *et al.*, 2014, p. 62).

A partir dos processos de referenciação, temos um conceito de extrema relevância para a compreensão dos postais que são os modelos mentais. Para o analista do discurso, “a tese crucial de um modelo mental é que, além da representação do sentido de um texto, os usuários da língua também constroem modelos mentais dos eventos que são assunto desses textos” (VAN DIJK, 2012a, p.90).

Para van Dijk (2012a), os modelos mentais são multimodais. “Eles representam a experiência complexa, corporificada, de eventos e situações, incluindo aspectos visuais, auditivos, sensório-motores e emocionais de uma experiência” (BARSALOU; ZWAAN, apud VAN DIJK, 2013, p.11). Nesse sentido, eles são também exclusivamente pessoais. De fato, eles não apenas representam nosso conhecimento de um evento, mas também podem apresentar nossa opinião sobre o valor ou nossas emoções sobre o evento.

Os modelos mentais, como base cognitiva de toda interação e discurso individual, são responsáveis por produzir os sentidos presentes nos referentes, durante a interação no processo de comunicação entre locutor e interlocutor.

Seguindo essa orientação, podemos conceber os referentes como representações mentais que estão materializadas no texto como expressões referenciais, assim como definem Cavalcante *et al.* “o referente (ou objeto do discurso) é a representação na mente dos interlocutores de uma entidade estabelecida no texto” (CAVALCANTE *et al.*, 2014, p. 27).

4.3.1 *Objetos, utensílios e ferramentas*

Em relação aos processos de referenciação, Cavalcante *et al.* (2011) mencionam as contribuições de van Dijk (2006), destacando que os objetos de discurso atuam como referentes sendo categorizados e recategorizados. Isso ocorre de forma dinâmica, levando em consideração a tríade que se estabelece entre discurso, cognição e sociedade. Nesse caso, o referente é representação mentalmente a partir de uma entidade textual. Isso quer dizer que os referentes são representados cognitivamente via discurso.

Nesta tese, os *Objetos deslocados* são classificados como referentes. E para embasar essa discussão, trazemos as contribuições de Santaella (1997) sobre a invenção de máquinas, artefatos e ferramentas pelos seres humanos. Nos postais, os referentes representados pelos utensílios são: faca, garfo, tábua de carne, cadeira, socador de alho; já as ferramentas são: máquina de cortar cabelo, marreta, tesoura, carregador de celular, barra de ferro, enxada e os objetos são: capacete, torneira, caneta, chave, corda, cabo de força, tijolo. Todos esses objetos foram usados em casos de violência contra mulheres. É como se a força física não fosse suficiente para imprimir a ação da violência, daí a utilização de objetos, ferramentas, utensílios e máquinas.

Santaella (1997) define o que são artefatos, mostrando como certas máquinas foram criadas com o objetivo de amplificar a força humana. A autora mostra a relação entre homens e máquinas, apontando como a humanidade estabeleceu essa relação que foi criada a partir da promessa de facilitar a vida da humanidade. Logo, esse foi um dos propósitos do surgimento das máquinas.

Para Santaella (1997), tanto os utensílios como as ferramentas são considerados artefatos. De acordo com a etimologia da palavra, utensílio significa algo próprio para o uso. Já as ferramentas:

são artefatos projetados como meio para se realizar um trabalho ou uma tarefa. Funcionam, por isso mesmo, como extensões ou

prolongamentos de habilidades, na maior parte das vezes manuais, o que explica por que as ferramentas são artefatos de tipo engenhoso (SANTAELLA, 1997, p.33).

Além disso, as ferramentas seriam artefatos que amplificariam o movimento físico-muscular humano. Segundo Santaella (1997), as máquinas são um tipo de ferramenta, sendo construídas para cumprirem um propósito de uso. No entanto, as máquinas apresentariam um nível de autonomia em relação ao seu funcionamento e também teriam como finalidade aumentar a rapidez e a energia na execução de uma atividade qualquer.

A autora apresenta três níveis na relação homem-máquina, que são: o nível muscular-motor, o nível sensório e o nível cerebral. Os objetos da série de postais são categorizados como utensílios e ferramentas. Essas máquinas seriam classificadas no nível muscular-motor, pois têm a finalidade de amplificar os poderes da ação humana. Elas são engenhosas, são tarefasiras.

Nesse sentido, poderíamos nos perguntar sobre a relação existente entre os homens e os objetos que nos cercam, pois eles acabam tendo relação direta com as narrativas de violência contra mulheres. Melo (2019) que, em muitos momentos, o agressor e a vítima estão cercados de objetos, que foram comprados para facilitar a realização dos trabalhos domésticos, tornando a vida doméstica mais confortável. No entanto,

o curioso é pensar que o homem se distingue de outros animais por produzir objetos. Os objetos, máquinas, ferramentas, paramentos, aparatos, utensílios, independentemente do nome que se dê e de sua função subsequente, foram, no momento de sua criação, considerados promessas de melhoramentos na vida deste planeta (FONSECA *et al.*, 2021, p 175).

Entretanto, muitos objetos criados com essa finalidade foram usados para agredir e matar mulheres. Isso se torna um paradoxo, tanto na obra **Mulheres empilhadas**, como também nos postais da série *Objetos deslocados*.

4.4 ATORES SOCIAIS COMO CATEGORIA DE ANÁLISE

Em entrevista, Reis (2019) afirmou que todos postais apresentam os seguintes elementos nas narrativas: a vítima, o agressor e como o objeto foi usado no ato de violência. Levando em consideração essa recorrência, é

necessário pensarmos na representação dos atores sociais¹⁸ nos *Objetos Deslocados*, pois estamos nos referindo a grupos de participantes, envolvendo homens e também mulheres no contexto de violência doméstica.

“A representação social é um conjunto de crenças socialmente compartilhadas (conhecimentos, atitudes, ideologias, etc.) localizados na memória social” (VAN DIJK, 1999, p. 69). Isso quer dizer que os atores sociais envolvidos no discurso não fazem uso exclusivo de suas experiências e estratégias individuais. Nesse caso, eles têm como base quadros de percepção denominados “representações sociais” (VAN DIJK, 1999). Essas representações ocorrem por meio dos modelos mentais. Assim, ao considerar o aspecto cognitivo na representação dos atores sociais, este autor traz uma grande contribuição a esse conceito.

Para van Dijk (1991), o ator social ou participante é aquele que participa ativamente na sociedade exercendo papéis sociais (mãe, pai, amiga, etc.) e papéis institucionais (professora, policial, etc.). Além disso, o ator social estabelece relações com outros participantes, que podem ser relações de poder, de amizade, de familiaridade (VAN DIJK, 1991).

Os papéis atribuídos aos atores têm implicações ideológicas, sendo que as escolhas lexicais se relacionam diretamente com as atribuições dos atores sociais e seus papéis. Nesse processo, as implicações ideológicas estariam diretamente relacionadas às escolhas lexicais. Dessa forma, os papéis não apenas significam ou descrevem o que e quem está sendo narrado, mas representam avaliações com base em crenças e opiniões (VAN DIJK, 1991).

Segundo van Dijk (1999), podemos categorizar os atores sociais usando generalização, ou seja, usando termos genéricos, como, por exemplo, com o léxico homem e mulher. Esses termos são generalizantes. Há outras formas de categorizar que são um pouco menos generalizantes, para realizar essa representação. Nos postais, o uso de palavras como: namorado, marido, ex-namorado, ex-marido e companheiro indica o papel que esse participante exerce

¹⁸ Embora Van Leeuwen (1997) apresente uma discussão relevante sobre como os atores sociais podem ser representados, nos baseamos nas categorias de análise propostas por van Dijk (1991, 1999, 2012 b), pois nosso referencial teórico-metodológico são os Estudos Críticos do Discurso de base Sociocognitiva e este autor traz uma grande contribuição ao considerar o caráter cognitivo nas representações sociais.

na sociedade, apontando uma relação de familiaridade entre os participantes. Afinal, quando se usa o léxico marido, depreende-se a figura da esposa.

Van Dijk (1999) afirma que os atores sociais também apresentam papéis institucionais por meio das profissões que exercem na sociedade. Portanto, temos um processo de categorização indicando a funcionalização. É o que ocorre com as profissões sargento e alpinista, presentes em dois postais da série *Objetos deslocados*, para representar a função dos atores sociais, por meio da ocupação exercida na sociedade. Além disso, podemos categorizar pelo processo de nomeação. Em um dos postais, encontramos o nome de Alexandre Gutierrez para representar o ator social. Outra forma de categorizar os atores sociais é a indicação da faixa etária, como verificamos em alguns postais constando a idade da vítima. Temos, portanto, 16, 50 e 78 anos.

Um ponto importante é ter em mente que “a forma como os atores sociais são descritos no discurso também depende de nossas ideologias” (VAN DIJK, 2012b, p. 34). Assim, a forma como categorizamos os atores sociais diz respeito aos nossos valores, crenças e ideologias. Além disso, os modelos mentais, por meio dos modelos de contexto, representariam uma base para o processo de categorização, presente na representação dos atores sociais. E esse processo se dá também pela escolha lexical, ou seja, pela lexicalização. Nos postais, ao categorizar o agressor como marido, temos algumas implicações a partir da relação que se estabelece entre os atores sociais.

4.5 AÇÃO SOCIAL COMO CATEGORIA DE ANÁLISE

Tendo em vista que a ação social é uma categoria de análise presente nos postais, falaremos, aqui, sobre as valiosas contribuições de van Dijk (1991, 1999, 2008, 2012a), em diálogo com Tomazi (2020) e Tomazi *et al.* (2016). Para discutirmos tal questão, consideramos a noção de agentividade dos atores sociais, presente nos processos de ativação e passivação, ou seja, os verbos encontrados nas narrativas dos postais foram agrupados, considerando a ação passiva ou ativa dos atores sociais.

A noção de agentividade tem por objetivo relacionar a função sintática entre estruturas ativas e passivas presentes no discurso (VAN DIJK, 2012a). Além disso, para van Dijk (1991), a agentividade dos atores sociais tem

implicações ideológicas, na medida em que as ações e os papéis sociais são atribuídos aos atores por meio dos processos de ativação e passivação.

Assim, a voz ativa é estruturada sintaticamente da seguinte forma: agente da ação (sujeito que pratica a ação) + ação (expressa pelo verbo), considerando os atores sociais envolvidos na ação social. Já a voz passiva é representada pelo paciente da ação, que sofre o efeito da ação. Desse modo, a agentividade nos indica que ação (função) está sendo atribuída aos atores sociais em uma proposição, referindo-se aos papéis dos participantes da (inter)ação (VAN DIJK, 2008).

O estudo da agentividade já fora realizado em diversas pesquisas que analisam *corpus* jornalístico, como Tomazi (2016, 2020). Visto que os postais são uma reescrita com base nas notícias de jornal, observamos que as narrativas dos postais apresentam, em sua maioria, o uso de estruturas ativas para referirem-se ao agressor. Esses verbos indicam a ativação na realização dessas ações sociais.

Para Tomazi (2020), em manchetes de jornais, a agentividade em relação ao homem (agressor) pode ser representada de formas diferentes e as estruturas ativas são recorrentes nos títulos das manchetes, como verificamos em: “Motorista mata a mulher a facadas dentro de casa” (TOMAZI, 2020, p.836). Isso quer dizer que, “as funções semânticas de sujeito e paciente indicam que o fluxo de atenção foi dado na ordem sequencial do acontecimento: ele é agente e controlador do evento sofrido pela mulher” (TOMAZI, 2020, p.832).

De acordo com Tomazi (2020), essas construções colocam o homem agressor como agente, contudo, o sujeito é generalizado. Assim, temos “uma categorização desses agressores e uma ênfase na crueldade da agressão contra as mulheres que figuram como receptoras desse ato de crueldade” (TOMAZI, 2020, p.832).

A autora ainda afirma que, em termos de agentividade, nas manchetes, o agressor costuma se topicalizado, aparecendo no início da oração. Apesar disso, a informação que se destaca refere-se aos fatores que levam à agressão, além do instrumento usado pelo agressor e a forma como ocorreu o ato. Segundo Tomazi (2020), em algumas manchetes, há sentenças que apresentam explicação ou justificativa para a agressão, reproduzindo uma ideologia

machista, como em: “Mulher demora fazer almoço e é espancada” (TOMAZI, 2020, p.837).

Nas manchetes, conforme afirma Tomazi (2020), encontramos as formas nominais: “espancada, assassinada”, que sinalizam uma relação entre dois participantes semânticos, representados por entidades humanas envolvidas na ação. “Mas a força argumentativa da construção passiva parece indicar não só a representação linguística do fato, mas a passividade das mulheres que sofreram a violência e não tiveram tempo ou não puderam se defender” (TOMAZI, 2020, p.836).

Tomazi (2020) afirma que a noção de agentividade também pode enfatizar o instrumento. “Esse tipo de sentença apresenta estrutura de passiva, acrescida do instrumento com que foi praticada a ação (S (paciente) + [auxiliar + particípio] + instrumento + ∅ [agente da passiva])” (TOMAZI, 2020, p. 837). É o que se confirma nesta manchete: “Balconista espancada com guarda-chuva” (TOMAZI, 2020, p. 836). Em que temos o léxico balconista como sujeito paciente, a forma do particípio: espancada como estrutura passiva e o instrumento que é o guarda-chuva. Porém, temos o apagamento do agente, com ênfase no instrumento usado pelo agressor, ao cometer a violência contra mulheres.

4.6 IDEOLOGIA COMO CATEGORIA DE ANÁLISE

De acordo com os Estudos Críticos do Discurso (ECD) de base sociocognitiva, as estruturas sociais influenciam os usuários da língua na produção de discursos, sendo que estes apresentam uma estrutura ideológica. Para van Dijk (2012a), as ideologias são adquiridas de forma individual, porém, são reproduzidas socialmente por meio de práticas sociais. Além disso, pelos discursos de um grupo, reproduzimos ideologias.

De acordo com van Dijk (1999), as ideologias representam as “crenças sociais gerais e abstratas, compartilhadas por um grupo, as quais controlam e organizam as opiniões (atitudes) e conhecimentos mais específicos de um grupo” (VAN DIJK, 1999, p.69). Os exemplos dessas crenças são socialismo, feminismo, sexismo, racismo, antirracismo.

Para van Dijk (1999), as ideologias apresentam propriedades sociocognitivas e também sociais, sob o aspecto de grupos de interesse. As

ideologias de grupo são compartilhadas, reproduzidas e adquiridas por seus membros. Elas são aprendidas por pelos esquemas dos gêneros específicos de discurso. Dessa forma, as estruturas sociais e discursivas estão atreladas às ideologias.

O autor afirma que as ideologias não são inatas, porém elas são aprendidas. Elas são adquiridas por pessoas como membros de grupos sociais, mediadas por experiências pessoais (modelos mentais subjetivos). Além disso, elas também podem indicar atitudes socialmente compartilhadas em relação a assuntos políticos ou sociais relevantes, por exemplo.

Para que tais atitudes sociais e as ideologias a elas subjacentes possam ser adquiridas e compartilhadas em um grupo, elas geralmente precisam ser expressas, formuladas ou de alguma forma comunicadas entre os membros do grupo ou defendidas ou legitimadas fora do grupo. Isso quer dizer que as ideologias são produzidas e reproduzidas por falas ou textos, ou seja, por um discurso ideológico. Isso se comprova em: programas de partidos, debates, noticiários e editoriais, compêndios, bíblias, panfletos, artigos científicos, bem como conversas do dia a dia entre ou com pessoas que são membros de um grupo.

Como os discursos são produzidos por sujeitos que estão situados nas esferas sociais, culturais, históricas e políticas; os indivíduos não são neutros, sendo influenciados pelas ideologias. Porém, nem todos os sujeitos têm consciência disso, podendo ocorrer manipulação via discurso. Uma das formas de manipulação se dá por meio das relações de poder, que é visto como controle social de um grupo em relação a outros grupos.

Em função dos objetivos, os grupos geralmente estão em constante confronto na sociedade. Essa luta dá origem ao que van Dijk (1999) chama de polarização ideológica em que haverá defesa dos aspectos positivos do próprio grupo (endogrupo) e crítica aos aspectos negativos do outro grupo (exogrupo). Esse antagonismo fica evidente no discurso quando se observam estratégias e estruturas discursivas que enfatizam coisas boas em “nós” e ruins nos “outros”, polarização que sustenta o quadrado ideológico (VAN DIJK, 2011).

O quadro ideológico proposto por van Dijk (2012b) pode ser aplicado a todos os níveis do discurso, considerando os seguintes aspectos: tópicos

positivos sobre nós e tópicos negativos sobre eles. Além disso, evitamos tópicos negativos sobre nós.

Essa polarização ocorre por meio do discurso, sendo uma estrutura ideológica, segundo van Dijk (2012a). Assim, “as estruturas mentais das ideologias e as práticas ideológicas são polarizadas com base na diferenciação de grupo interno e externo, geralmente dividido entre *Nós* e *Eles*” (VAN DIJK, 2012a, p.20). Conforme van Dijk (2012b), a polarização ocorre, portanto, da seguinte forma: há uma visão positiva por meio da representação do endogrupo, e a negativa do exogrupo. As estratégias ideológicas usadas para demonstrar uma autoapresentação positiva do endogrupo (nós) é a ênfase nas propriedades positivas de nós, ocultando as propriedades negativas.

Em relação ao exogrupo (eles), há uma ênfase nas propriedades negativas deles, ocultando as coisas positivas.

De acordo com Van Dijk (1999), a ideologia pode ser usada como forma de dominação e/ ou resistência. Além disso, o poder e a desigualdade apontariam funções negativas das ideologias. Por outro lado, as ideologias são usadas de modo positivo para ajudar os grupos dominados a organizarem suas lutas, sustentando suas opiniões. Portanto, as ideologias definem, cognitivamente, a identidade, os valores e os objetivos desses grupos, sendo uma base para atingirem seus objetivos.

Para estudo desta tese, tratamos a ideologia como uma categoria de análise, considerando que ela pode representar as crenças, atitudes e conhecimentos compartilhados (VAN DIJK, 1999). Partindo desse conceito, pretendemos identificar as estratégias ideológicas usadas para representar os atores sociais e a ação social nos postais.

5. ANÁLISES DOS POSTAIS

Para análise dos postais da artista visual Cristiane Reis, apresentamos uma tabela com o nome de cada postal e o objeto a que ele se refere:

Tabela 4- lista dos postais¹⁹

Postal	Número do postal	Objeto deslocado
Figura 6:	Postal I	Socador de alho
Figura 7:	Postal II	Torneira de tanque
Figura 8:	Postal III	Caneta BIC
Figura 9:	Postal IV	Tesoura
Figura 10:	Postal V	Corda
Figura 11:	Postal VI	Chave de casa
Figura 12:	Postal VII	Capacete
Figura 13:	Postal VIII	Carregador de celular
Figura 14:	Postal IX	Faca de serra
Figura 15:	Postal X	Máquina de cortar cabelo
Figura 16:	Postal XI	Garfo
Figura 17:	Postal XII	Tábua de carne
Figura 18:	Postal XIII	Marreta
Figura 19:	Postal XIV	Barra de ferro
Figura 20:	Postal XV	Enxada
Figura 21:	Postal XVI	Cadeira
Figura 22:	Postal XVII	Cabo de força
Figura 23:	Postal XVIII	Tijolo de construção

Fonte: Tabela produzida pela autora a partir dos postais de Reis (2015, 2018).

A análise dos postais será desenvolvida a partir das categorias já apresentadas que são: multimodalidade, referentes, atores sociais, ação social e ideologia. Optamos por, inicialmente, apresentar as análises por amostragem, evitando que elas ficassem repetitivas, tendo em vista que há pontos recorrentes em todos os postais.

Para cumprir nossos objetivos, de acordo com os questionamentos que nortearam esta tese, fizemos as análises considerando as recorrências encontradas nos postais. Começamos com a categoria multimodalidade, apresentando o segundo postal, com a figura da torneira de tanque considerando os aspectos multimodais mais relevantes que foram o valor informativo, a

¹⁹ Com o objetivo de organizar a apresentação dos postais, estes foram enumerados, de acordo com a ordem das figuras que aparece na tese. Como nem todos os postais aparecem ao longo do texto, usamos o realce para identificar quais são os postais que só estão no anexo. Além disso, destacamos que todos os postais estão anexados com tamanho ampliado, para facilitar a visualização e leitura dos textos.

saliência, a cor, bem como os modos de produção e circulação dos postais, com base na GDV (KRESS e VAN LEEUWEN, 2006).

Na questão dos referentes, realizamos a análise com o terceiro postal representado pela Caneta BIC, levando em consideração os processos de referenciação como: introdução referencial e anáfora direta, com base nas obras de Cavalcante *et al.* (2014, 2015) e Cavalcante (2011). Além disso, apresentamos um quadro indicando a função sintática de cada referente, para entender como se deu a construção desse objeto do discurso na narrativa de violência contra mulheres.

Em relação aos atores sociais, analisamos o quarto postal com a imagem da tesoura, apontando a forma como os atores sociais foram representados. Também mostramos um quadro com a representação dos atores sociais atuando na posição de agente e de paciente, demonstrando mais uma maneira de categorizá-los. E, no contexto de violência doméstica, a noção de passividade é importante para compreendermos como se dá a relação entre os atores sociais.

Na categoria ação social, analisamos o quinto postal, com a figura da corda, observando quais ações envolvem os atores sociais por meio dos processos de ativação e passivação. Para abordar esse processo, trazemos a noção de agentividade, pois esse conceito indica a ação que é atribuída aos participantes de uma inter (ação) (VAN DIJK, 2008). Além disso, temos um quadro com os verbos usados em cada postal, mostrando as ações violentas praticadas pelos atores sociais, no caso, os homens.

Para apresentar a categoria ideologia, analisamos o postal de número seis com a imagem da chave de casa, abordando as estratégias discursivas acionadas nas narrativas presentes nos postais e quais ideologias foram mobilizadas nesse processo, tendo como aporte os estudos propostos por van Dijk (1999).

Além de analisar cinco postais, considerando cada categoria por amostragem; também realizamos a análise das categorias em conjunto com os seguintes postais: capacete, carregador de celular, faca de serra, máquina de cortar cabelo e garfo. Essa seleção teve por objetivo evitar certas repetições nas análises, tendo em vista os aspectos recorrentes nos postais. Por outro lado, ao mostrar cada categoria, foi possível constatar como elas apareceram no *corpus*. Também entendemos que a análise de todas as categorias em conjunto visa à

compreensão dos principais aspectos que precisavam ser abordados nos postais, considerando os questionamentos levantados por esta tese e os objetivos propostos neste estudo.

5.1. ANÁLISE DA MULTIMODALIDADE NOS POSTAIS



Figura 7- Postal II: torneira de tanque

Apresentamos os recursos multimodais presentes neste postal, considerando as recorrências encontradas no *corpus* analisado. Como aspectos evidentes nos postais, consideramos as noções de valor de informação, saliência, o uso da cor de fundo, bem como os critérios de seleção das imagens e as formas de circulação, com base nas contribuições da Semiótica Social Multimodal.

A Gramática do Design Visual (GDV) proposta por Kress e van Leeuwen (2006) apresenta o valor informativo e a saliência como critérios para a realização da leitura e a interpretação de imagens. Neste postal, temos a figura de uma torneira em alumínio centralizada e essa posição na composição imagética indica que a torneira é a informação principal apresentada, devido à centralidade da imagem.

Também observamos que a torneira ocupa a maior parte do postal, posicionando-se em destaque, pelo critério de saliência. Esse uso semiótico tem por objetivo pôr em evidência essa imagem, acentuando-a, ou seja, tornando-a saliente. Nesse primeiro momento, ao visualizar a torneira, o leitor aciona o modelo mental da função desse objeto. Assim, a torneira, de início, é vista como uma “válvula que, acionada com a mão, possibilita a saída dos líquidos gases

contidos em terminais de encanamento, ou ainda de líquidos contidos em reservatórios de água (BORBA, 2002, p.1552).

Outro aspecto multimodal evidente na imagem é o uso da cor branca como pano de fundo. Para van Leeuwen (2011), a cor representa uma fonte multimodal e a escolha do fundo branco traz luminosidade à imagem. Assim, o valor informativo, a noção de escolha, a saliência e a cor compõem os modos semióticos de representação da imagem, tendo por objetivo realçá-la, destacá-la. Para Reis (2019), a cor branca como pano de fundo foi usada para transmitir uma ideia de clareza na imagem, representando uma imagem “limpa”, dando foco ao objeto deslocado. Dessa forma, todos esses modos semióticos multimodais têm por objetivo realçar a torneira como elemento multimodal central presente nessa imagem.

E esse destaque é uma forma de comunicação proposta pela artista Cristiane Reis em toda a série, a fim de chamar a atenção do leitor para o objeto com o qual ele se depara. Além disso, pelo posicionamento da imagem, identificamos um efeito visual de proximidade com essa torneira, tornando o leitor mais próximo dessa imagem que ele visualiza.

A representação das imagens e as formas de circulação dessa arte também são critérios importantes identificados nos postais. Um dos aspectos que nos chama a atenção se refere à escolha das imagens, que é um ponto relevante para a Semiótica Social, dizendo muito sobre quem a produziu (MACHIN; MAYR, 2010).

Para a realização da produção dos postais, percebemos que foram utilizados recursos semióticos como a apropriação de imagens consideradas esteticamente atrativas, com o objetivo de chamar a atenção do leitor. Em entrevista, Reis (2019) afirma que usou imagens do *Google*, considerando os aspectos estéticos, tendo em vista o seu olhar de artista. Assim, ela confirma que em vez de escolher uma torneira de plástico, que poderia ter sido o objeto usado como instrumento de violência contra mulheres, a artista optou por uma torneira em alumínio, sendo considerada mais chamativa esteticamente. E não é só isso, ela é mais resistente do que uma torneira de plástico, aproximando-se mais do material usado na produção de armas de fogo, sendo, portanto, mais “eficaz” para a realização da ação violenta.

Tal opção levou em consideração o efeito visual na representação do signo, objetivando produzir efeitos de sentido no leitor, ao se deparar com essa imagem. Esse uso imagético representa também um recurso discursivo, que tem por objetivo interagir com o público, fazendo-o refletir sobre a imagem que recebe. Por meio dos postais, a artista estabelece comunicação com os leitores.

Além disso, a Semiótica Social se ocupa da circulação das imagens, dos signos, mostrando como funciona esse processo. Em entrevista, Reis (2019) afirmou que os postais foram disponibilizados em rodoviárias, no aeroporto de Vitória e no seu blog da artista. Essa estratégia tem por objetivo aproximar a obra de arte da população em geral, tornando-a mais acessível.

5.2 ANÁLISE DOS REFERENTES NOS POSTAIS



Figura 8 Postal III: Caneta BIC

Neste capítulo, discutiremos a categoria referente presente no postal da Caneta BIC. Além disso, identificamos a introdução referencial e a anáfora direta como aspectos presentes nesta categoria de análise, como mostraremos a seguir.

Primeiramente, categorizamos os *Objetos deslocados* como referentes. De acordo com Cavalcante (2011), os objetos de discurso comportam significados, sendo construtos sociais. Nos postais, uma caneta BIC é considerada um objeto do discurso. Nesse caso, o referente é considerado uma categoria cognitivo-discursiva, sendo algo que faz parte de nossa memória coletiva, indicando uma construção social.

Em nossa cultura, esse objeto tem uma função determinada, e é definido como uma “haste provida de um fino tubo carregado com ponta esférica, por onde sai a tinta, para escrever; caneta esferográfica” (BORBA, 2002, p.270). No entanto, esse referente foi deslocado de seu uso convencional, transformando-se em uma arma para agredir uma mulher. E, no contexto de violência doméstica, essa informação compõe um cenário que pode ser hostil às mulheres. Afinal, estamos falando de objetos de uso cotidiano, como uma simples caneta.

Segundo Cavalcante *et al.* (2014), em relação à introdução referencial, os objetos são inseridos no discurso, quando aparecem pela primeira vez. No postal da caneta BIC, temos a imagem do objeto, na frente do postal. Nesse caso, o leitor vê a imagem dessa caneta e pode se sentir intrigado a partir do que essa imagem representa. Inicialmente, temos o uso tradicional daquele objeto. Nesse momento, o referente “estreia” para o público, aparecendo pela primeira vez, tendo o primeiro contato com esse postal por meio da visualização da Caneta BIC.

No verso do postal, identificamos a retomada desse objeto por meio da narrativa de violência em que esse referente é retomado na forma escrita e em negrito. O uso dessa tipografia representa uma fonte multimodal, servindo para enfatizar a palavra, indicando também a mudança de função desse objeto. Nesse caso, temos um exemplo de anáfora direta, tendo a função de continuar uma referência ao longo do texto, de modo a ser fundamentalmente responsável pela coesão textual. (CAVALCANTE *et al.*, 2014). Vejamos o texto na íntegra:

*M.R. G cozinhava enquanto seu ex-marido invadiu a casa que eles dividiram antes do fim da relação. Ele usou uma **caneta BIC** e uma faca de cozinha enquanto agredia e perfurava seus olhos.* (REIS, 2015, 2018).

Na narrativa deste postal, temos a seguinte estrutura sintática: *Ele usou uma **caneta BIC***. Nessa oração, o verbo usar é classificado sintaticamente como verbo transitivo direto e seu complemento, *uma **caneta BIC***, atua como objeto direto.

Para compreendermos como ocorreram os processos de referenciação, apresentamos quais são os objetos presentes nos postais, ou seja, os referentes.

Também indicamos a função sintática desses elementos em cada postal, apontando a retomada anafórica, conforme se verifica na tabela a seguir:

Tabela 5- Objetos e sua função sintática

Postal	Objeto	Função sintática	Sentença
Figura 6:	Socador de Alho	Objeto direto na posição de tópico	“ Um socador de alho foi o que ele, bêbado, atirou contra ela”.
Figura 7:	Torneira do tanque	Adjunto adverbial de instrumento (contra+ instrumento)	“(…) ele iniciou uma série de socos e tapas, empurrando a cabeça da vítima contra a torneira do tanque ”.
Figura 8:	Caneta Bic	Objeto direto	“Ele usou uma caneta BIC e uma faca de cozinha enquanto agredia e perfurava seus olhos”.
Figura 9:	Tesoura	Adjunto adverbial de instrumento (com +instrumento)	“A adolescente, uma estudante de 16 anos, foi ameaçada e agredida com uma tesoura ”.
Figura 10:	Corda	Objeto direto	“Ele prendeu uma corda em volta do pescoço da vítima ameaçando lhe matar”.
Figura 11:	Chave de casa	Objeto direto	“Um sargento da polícia usou a chave de casa para tentar furar o pescoço de sua esposa”.
Figura 12:	Capacete	Sujeito	“ Um capacete foi a arma usada para agredir uma adolescente de 16 anos”.
Figura 13:	Carregador de celular	Objeto direto	“O namorado utilizou um carregador de celular para asfixiar a vítima até a morte”.
Figura 14:	Faca de serra	Objeto direto	“O alpinista francês Alexandre Gutierrez escolheu uma faca de serra para desferir quatro golpes na ex-mulher”.
Figura 15:	Máquina de cortar cabelo	Objeto direto	“(…) em seguida usou uma máquina de cortar cabelo para raspar os cabelos dela”.
Figura 16:	Garfo	Adjunto adverbial de instrumento (com +instrumento)	“(…) ele atingiu sua mão esquerda com um garfo ”.
Figura 17:	Tábua de Carne	Adjunto adverbial de instrumento (com +instrumento)	“(…) após o marido lhe espancar até quase chegar a óbito com uma tábua de carne ”.
Figura 18:	Marreta	Adjunto adverbial de instrumento (com +instrumento)	“O marido acertou a cabeça da esposa com uma marreta ”.
Figura 19:	Barra de ferro	Adjunto adverbial de instrumento (com +instrumento)	“(…) então o agressor correu e voltou com uma barra de ferro e desferiu diversos golpes contra ela”.
Figura 20:	Enxada	Adjunto adverbial de instrumento (com +instrumento)	“O marido atingiu o braço da vítima, de setenta e oito anos com uma enxada ”.
Figura 21:	Cadeira	Objeto direto	“O acusado pegou uma cadeira e arremessou contra a mulher”.

Figura 22:	Cabo de força	Objeto direto	“A vítima tentou se defender com um objeto perfurante, mas ele usou o cabo de força do ventilador para enforcá-la”.
Figura 23:	Tijolos de construção	Objeto direto	“O marido arremessava tijolos de construção contra a esposa em meio a uma discussão”.

Fonte: Postais de Reis (2015, 2018) em tabela organizada pela autora.

Nesta tabela apresentada, observamos que os objetos foram retomados anaforicamente, atuando, sintaticamente, como objeto direto ou como adjunto adverbial de instrumento, por meio do uso da preposição **com** e **contra**. E só temos um caso em que o objeto está na função sintática de sujeito. É o que ocorre com o seguinte exemplo: “**Um capacete** foi a arma usada para agredir uma adolescente de 16 anos” (REIS, 2015, 2018). E temos o caso em que o socador de alho é classificado sintaticamente como objeto direto, mas está topicalizado, em posição inicial na frase, funcionando como sujeito, como constatamos no exemplo: “**Um socador de alho** foi o que ele, bêbado, atirou contra ela” (REIS, 2015, 2018).

Essa observação é relevante, pois partimos do princípio que estamos lidando com narrativas que foram baseadas em notícias jornalísticas. Para Tomazi (2020), nos casos de violência contra mulheres noticiados pela mídia, quando temos a ênfase no instrumento usado na agressão, tiramos o foco do agressor, reforçando uma narrativa que produz mais violência contra mulheres. Além disso, em mais da metade dos postais, os *Objetos deslocados* exercem a função sintática de objeto direto. Nesses casos, o agressor acabou sendo o agente da ação verbal. Mesmo a ênfase recaindo na figura do agressor, os postais acabam focalizando a ação violenta (TOMAZI, 2020), pois é a violência que leva ao “deslocamento” do objeto.

5.3 ANÁLISE DOS ATORES SOCIAIS NOS POSTAIS

Iniciamos esta análise com o postal da tesoura para mostrar como os atores sociais foram representados, considerando as formas de representação abordadas por Van Dijk (1999).



Após mantê-la em cárcere privado, o ex-namorado marcou as nádegas da jovem com um ferro quente e forma de G. A adolescente, uma estudante de 16 anos, foi ameaçada e agredida com **uma tesoura**.



□ □ □ □ □ □ □ □ □ □

Figura 9- Postal IV: Tesoura

O texto na íntegra é o seguinte:

*Após mantê-la em cárcere privado, o ex-namorado marcou as nádegas da jovem com um ferro quente e forma de G. A adolescente, uma estudante de 16 anos, foi ameaçada e agredida com **uma tesoura**.* (REIS, 2015, 2018).

Nesta narrativa, temos a categorização dos atores sociais por familiaridade, marcada pelo uso do léxico: ex-namorado, apontando que havia uma relação afetiva entre os participantes. E, no contexto de violência doméstica, essa informação é pertinente, pois estamos tratando de uma relação afetivo-conjugal.

Também encontramos outras formas de categorização dos atores sociais. Uma delas é a representação pelo papel institucional marcada pelo léxico estudante, indicando a função dessa participante. Além disso, a indicação da faixa etária de 16 anos também serve para categorizar o ator social. Inclusive, os léxicos jovem e adolescente reforçam que essa participante é muito nova e que ainda assim, já sofre violência doméstica.

Na narrativa, encontramos o uso do particípio regular com o léxico: ameaçada e agredida, apontando para uma condição de passividade dessa participante. A construção passiva não indica somente a representação linguística, como também aponta uma situação de passividade, indicando que essas mulheres não puderam se defender da violência (TOMAZI, 2020).

apresentamos o quadro a seguir para melhor compreendermos os processos de categorização dos atores sociais nos postais.

Tabela 6- Atores sociais nos postais

Fonte: Categorias organizadas a partir da leitura de van Dijk (1991, 1999, 2012b) e Reis (2015, 2018).

Postal	Objeto	Agente	Paciente
Figura 6:	Socador de Alho	Ele, bêbado, marido	ela
Figura 7:	Torneira do tanque	Marido, ele, homem	Esposa, vítima, mulher
Figura 8:	Caneta Bic	Ex-marido, ele	M. R G.
Figura 9:	Tesoura	Ex-namorado	Ela, jovem, estudante, 16 anos, ameaçada, agredida
Figura 10:	Corda	Marido, ele	Esposa, vítima, ela
Figura 11:	Chave de casa	Sargento da polícia, frustrado	Vítima, esposa, vítima
Figura 12:	Capacete	Ex-namorado	Adolescente, 16 anos, filha, assassinada
Figura 13:	Carregador de celular	namorado	vítima
Figura 14:	Faca de serra	Alpinista, francês, Alexandre Gutierrez	Ex-mulher, ela
Figura 15:	Máquina de cortar cabelo	Marido, irritado, ele	Esposa, vítima
Figura 16:	Garfo	Marido, nervoso, ele	Esposa, mulher, 50 anos, ela
Figura 17:	Tábua de Carne	marido	Vítima, encontrada, desacordada
Figura 18:	Marreta	Marido, pai	Esposa, mãe, desacordada,
Figura 19:	Barra de ferro	Companheiro, agressor	Esposa, ela
Figura 20:	Enxada	Marido, ele	Vítima, 78 anos
Figura 21:	Cadeira	Alterado, acusado, marido, bêbado	Mulher, esposa
Figura 22:	Cabo de força	Homem, marido de uma ex-funcionária, ele	Nova funcionária, vítima
Figura 23:	Tijolos de construção	marido	Esposa, ela

Podemos representar os atores sociais pela indicação do papel social exercido e pela relação entre os participantes (VAN DIJK, 1999). Nos postais, os homens são representados como: marido, ex-marido, companheiro, namorado, ex-namorado. Já as mulheres são representadas como: esposa, mulher e ex-mulher. Essa forma de categorizar os atores sociais indica a relação de familiaridade entre os participantes, identificando a relação entre eles.

No contexto de violência doméstica, no âmbito da relação afetivo-conjugal, essa representação dos atores sociais apresenta grande relevância. A partir dessas informações, temos uma representação dos participantes e o vínculo familiar que eles estabelecem. E essa forma de representar os atores sociais foi identificada em todos os postais.

De acordo com van Dijk (1999), há outras formas de representar os atores sociais. E uma delas é pela identificação dos papéis sociais institucionais. É o que ocorre em dois postais, em que encontramos as profissões de sargento, alpinista. Também temos o léxico: funcionária e estudante para apontar a função social das mulheres retratadas em dois postais. Contudo, encontramos poucas

referências aos papéis institucionais para representar esses atores sociais. Podemos supor que essa forma de representação não foi uma estratégia muito empregada nos postais, pois elas não aparecem com tanta frequência.

A nomeação também é uma forma de categorizar os atores sociais. Nos postais, somente um caso é registrado com o nome do ator social, que é o postal da imagem da faca, em que aparece o nome do agressor Alexandre Gutierrez. Ao nomear o ator social, verificamos que essa ação tem por objetivo especificar quem está realizando a ação. Para indicar a mulher, temos as iniciais M. R. G para marcar uma nomeação, mas, preservando a identidade da vítima. Além disso, podemos categorizar os atores sociais por: nacionalidade. É o que ocorre em um postal, com o adjetivo pátrio francês.

Outra maneira de representar os atores sociais é pela noção de ativação e passivação por meio da atribuição de papéis como agente e paciente, nas narrativas dos postais. Notamos a predominância dos papéis dos atores sociais de agente e paciente voltados para o eixo: agressor X vítima.

Em muitos casos, a vítima é representada por meio de verbos no participio, representando qualificadores de passivação, indicando claramente que as mulheres estão sofrendo a ação, como se confirma por meio dos seguintes itens lexicais: ameaçada, agredida, desacordada. Nesse caso, as mulheres são representadas como vítimas.

Já os homens são representados negativamente, tal como nas notícias de jornal, porém, parece que há “justificativa” para a realização de tal ato. Assim, os mesmos são categorizados negativamente como: bêbado, nervoso, frustrado, alterado, como se a ação de outrem gerasse tal comportamento.

Outro aspecto relevante em relação ao ator social se refere à faixa etária. Em quatro postais, temos uma classificação etária, indicando duas adolescentes de 16 anos, uma mulher de 50 e outra de 78 anos. Nem todos os postais apresentam essa representação. Contudo, o que nos causa impacto é saber que os corpos matáveis são os femininos e nenhuma idade escapa a essa realidade (VERGÈS, 2021).

5.4 ANÁLISE DA AÇÃO SOCIAL NOS POSTAIS

Para mostrar como a ação é representada, apresentamos o postal da corda.



Figura 10- Postal V: Corda

Este postal apresenta vários verbos indicando a ação social praticada pelos participantes envolvidos. A narrativa presente neste postal é a seguinte:

*O marido agrediu com socos e pontapés a esposa. Ele prendeu uma **corda** em volta do pescoço da vítima e ameaçando lhe matar. No dia seguinte, em meio à outra discussão a agressão física e verbal reiniciou, dessa vez usou uma chave de venda. Ela chamou a polícia e registrou boletim de ocorrência (Reis, 2015, 2018).*

Temos alguns verbos que foram usados para indicar a ação social praticada pelo marido, como: agrediu, prendeu, ameaçando. Esses verbos posicionam o marido (agressor) na condição de agente das ações sociais realizadas. Além disso, constatamos o uso de violência: física e psicológica, de acordo com a Lei 11.340/2006 (BRASIL, 2006).

Esta lei tipifica a violência física como qualquer conduta que ofenda a saúde corporal da mulher (BRASIL, 2006), o que comprovamos neste trecho: “O marido agrediu com socos e pontapés a esposa” (REIS, 2015, 2018, grifo nosso). Também encontramos ameaça de morte, que é um tipo de violência psicológica, pois representa uma conduta que causa danos a essa mulher, conforme verificamos nesse fragmento: “Ele prendeu uma **corda** em volta do pescoço da vítima e ameaçando lhe matar” (REIS, 2015, 2018, grifo nosso).

Diferentemente da maioria dos postais em que a ação social das vítimas é representada por verbos na voz passiva, neste postal, os verbos estão na voz

ativa, indicando as ações praticadas pela mulher, como constatamos em: “*Ela chamou a polícia e registrou boletim de ocorrência*” (REIS, 2015, 2018, grifo nosso). Os verbos *chamar* e *registrar* indicam as ações praticadas pela vítima. Contudo, tais ações foram praticadas como uma reação às ações do marido, que *prende* uma corda no pescoço da vítima e a *ameaça* de morte.

Para compreendermos como se deu a ação social em todos os postais, apresentamos o quadro com os verbos presentes nas narrativas dos postais.

Tabela 7- Ação social nos postais

Postal	Objeto	Verbos de ação
Figura 6:	Socador de Alho	Atirou o socador de alho, avançou.
Figura 7:	Torneira do tanque	Iniciou uma briga, empurrando a cabeça da vítima.
Figura 8:	Caneta Bic	Invadiu a casa, usou uma caneta Bic. Agredia, perfurava.
Figura 9:	Tesoura	Marcou as nádegas.
Figura 10:	Corda	Agrediu com socos, prendeu uma corda, usou uma chave de fenda.
Figura 11:	Chave de casa	Usou a chave de casa, manteve a vítima sob a mira de sua arma.
Figura 12:	Capacete	Agredir, não aceitou.
Figura 13:	Carregador de celular	Utilizou um carregador de celular para asfixiar a vítima.
Figura 14:	Faca de serra	Escolheu uma faca de serra.
Figura 15:	Máquina de cortar cabelo	Ateu fogo nas roupas da esposa, agrediu com socos, usou uma máquina de cortar cabelo para raspar os cabelos dela.
Figura 16:	Garfo	Chegou nervoso, xingando a esposa, atingiu sua mão com um garfo.
Figura 17:	Tábua de Carne	Espancar.
Figura 18:	Marreta	Acertou, segurar a ferramenta.
Figura 19:	Barra de ferro	Utilizou um facão, desferiu golpes.
Figura 20:	Enxada	Atingiu a vítima.
Figura 21:	Cadeira	Pegou uma cadeira, arremessou, partiu pra cima da esposa.
Figura 22:	Cabo de força	Invadiu um estabelecimento, usou o cabo de força, pegou o objeto perfurante.
Figura 23:	Tijolos de construção	Arremessava tijolos contra a mulher.

Fonte: Categorias organizadas a partir da leitura de van Dijk (1991, 1999, 2008, 2012a) e Reis (2015, 2018).

Para van Dijk (2008), a noção de agentividade se refere aos processos de ativação e passivação dos atores sociais. Nos postais, os agressores são representados por meio de papéis ativos e as vítimas são representadas de forma passiva. Isso mostra a dinâmica da ação violenta praticada pelos agressores, com verbos indicando essas ações.

Constatamos que os verbos de ação são em maior quantidade, pois indicam todas as ações de violência praticadas pelo agressor contra a vítima. Há casos em que a vítima tem um papel ativo no revide dos atos de violência, mas, o que encontramos, na maioria das narrativas dos postais, é a mulher sendo

vítima de violência, conforme se comprova por meio da tabela com os verbos indicando as ações dos agressores.

Podemos notar que os verbos trazem um campo semântico de violência. Temos, asfixiar, agredir, arremessar, atear fogo, invadir, espancar, marcar as nádegas, empurrar a cabeça da vítima, xingar, invadir a casa. Tais verbos dão a impressão de que estamos diante de um BO (Boletim de Ocorrência) policial. Assim, todas as ações são intimidadoras e altamente violentas. Em todos os postais, temos a ação de homens contra mulheres, indicando covardia e crueldade.

5.5 ANÁLISE DA IDEOLOGIA NOS POSTAIS



Figura 11- Postal VI: Chave de Casa

Apresentamos o postal da chave de casa, para mostrar a categoria ideologia nos postais. Inicialmente, trazemos a seguinte narrativa:

*Após socos tão intensos que arrancaram dentes da vítima, um sargento da polícia usou a **chave de casa** para tentar furar o pescoço de sua esposa. Frustrado por não conseguir, ainda manteve a vítima sob a mira de sua arma (REIS, 2015, 2018).*

Há algumas estratégias discursivas que indicam quais ideologias são acionadas nessa narrativa. Em seguida, podemos pensar a questão ideológica a partir dos conhecimentos acionados. No trecho acima, temos uma narrativa de violência contra mulheres que reproduz um modelo machista de sociedade. É como se tivéssemos lendo uma manchete de jornal, que, ao relatar a cena violenta, põe ênfase na figura do agressor (TOMAZI, 2020). E, ao enfatizar a ação violenta, mobilizamos uma base que reproduz uma ideologia machista.

Neste postal, observamos as questões ideológicas envolvendo a polarização entre o agressor e a vítima e a forma como os mesmos são representados. Sendo assim, identificamos uma representação negativa do exogrupo (homens), por meio da lexicalização como uma estratégia que reforça essa imagem negativa do agressor. Assim, o agressor é representado como frustrado, que é uma característica considerada negativa, socialmente.

Além disso, verificamos as ações negativas realizadas pelo endogrupo (agressor) que afetam o exogrupo (vítima). Primeiro, o marido quase arranca os dentes da esposa, depois usa uma chave para tentar furar o pescoço dela, e, em seguida, a mantém sob a mira de uma arma. Portanto, todas as ações realizadas pelo agressor impactaram negativamente a vítima.

Não poderíamos dizer que as mulheres, representando o endogrupo, são representadas de forma positiva, pois itens lexicais como: assassinada, ameaçada, desacordada e agredida não representam uma imagem positiva do endogrupo. Contudo, entendemos que as ações negativas deles (exogrupo), no caso, os homens, afetaram diretamente as mulheres. Dessa forma, as mulheres são representadas como vítimas e, os homens, como agressores.

Segundo Reis (2019), “uma mulher não é vítima para sempre”. Porém, no contexto de violência de homens contra mulheres, ela está na situação de vítima, tendo em vista a relação de poder que se estabelece numa relação desigual.

Portanto, notamos que os postais apresentam um processo de polarização que ocorre por meio do discurso, sendo uma estrutura ideológica, que se dá pela lexicalização. Segundo van Dijk (2010), o discurso polarizado não se baseia somente nos modelos mentais ideológicos polarizados dos falantes, mas está projetado, de modo persuasivo, para ajudar a formar ou confirmar modelos ideológicos similares entre os destinatários do discurso e da comunicação. Dessa forma, os membros de um grupo podem cultivar estereótipos, preconceitos ou outras atitudes genéricas em relação a determinados assuntos.

As ideologias representam as “crenças sociais gerais e abstratas, compartilhadas por um grupo, as quais controlam e organizam as opiniões (atitudes) e conhecimentos mais específicos de um grupo” (VAN DIJK, 1999, p.69). O machismo e o patriarcado são ideologias.

Um aspecto que também notamos é a questão ideológica presente na Arte Postal e o discurso presente nas narrativas. A artista, ao reescrever as notícias jornalísticas, pretende promover uma mudança de olhar, de narrar a violência contra mulheres no ES. Ao mudar o discurso, ela objetiva disseminar ideologias dos grupos minoritários, que são ideologias de resistência. Nesse caso, o Feminismo representaria uma dessas ideologias.

Ao introduzir o referente nos postais, Cristiane Reis consegue realizar essa discussão, trazendo uma nova abordagem para o tema da violência contra mulheres. No entanto, ao reescrever as notícias, temos uma reprodução da ideologia machista, muito presente nas manchetes jornalística. Eis o paradoxo encontrado nos postais.

5. 6 OS OBJETOS COMO ARMAS

A seguir, apresentamos a análise dos seguintes objetos: capacete, carregador de celular, faca de serra, máquina de cortar cabelo e garfo. Tais objetos foram analisados com todas as categorias em conjunto, considerando os principais fundamentos teórico-metodológicos desta tese.

5.6.1. O Capacete como arma



Figura 12- Postal VII- Capacete

O primeiro postal que selecionamos para análise dos objetos como arma, nesta tese, traz a imagem de um capacete azul em fundo branco. Essa imagem remete, em um primeiro momento, à reprodução de um objeto cujo significado está relacionado à cobertura protetiva para a cabeça. No dicionário, o capacete

é definido da seguinte forma: “armadura de copa ovalada, defensiva da cabeça” (BORBA, 2002, p.274).

A história desse objeto remonta à Idade Média. Com o decorrer do tempo, os soldados também passaram a utilizá-lo. Contudo, a morte de Thomas Edward Lawrence, em maio de 1935, levou a uma reflexão sobre a importância do capacete para salvar vidas. Assim, o neurocirurgião que o atendeu, Dr Hugh Cairns, desenvolveu um estudo, detalhando que havia perda de vidas por pilotos de motocicleta devido a ferimentos na cabeça. Esse estudo levou o exército inglês a exigir a utilização de capacetes por seus soldados e essa prática acabou sendo seguida pelos civis, resultando em uma legislação que tornou obrigatório seu uso em diversos países do mundo. No Brasil, sua obrigatoriedade se deu em 1997, com o Código de Trânsito Brasileiro (CTB). Esse breve histórico nos remete ao propósito de criação do objeto como elemento de proteção à vida.

Ao observarmos a frente do postal, um dos primeiros aspectos que nos chama a atenção refere-se à escolha da imagem e o que ela representa. Reis (2019) usou recursos semióticos como a apropriação de imagens consideradas atraentes, por uma perspectiva estética, com o objetivo de chamar a atenção do leitor. Assim, a escolha deste capacete, de cor azul, por exemplo, indicaria uma representação semiótica desse objeto, tendo em vista os aspectos estéticos e a escolha da artista. Esse uso imagético, para Machin e Mayr (2010), representa também um recurso discursivo, que tem por objetivo interagir com o público, fazendo-o refletir sobre a imagem que recebe.

Sobre o valor informativo deste postal, retomando Kress e van Leeuwen (2006), percebemos o grau de relevância, considerando a disposição desse elemento no texto. A imagem do capacete que se encontra centralizada, indica que esse objeto ocupa o lugar de destaque no que diz respeito ao valor informativo, apresentando, portanto, a informação principal. Por meio do posicionamento imagético do capacete, podemos inferir que ele representa o núcleo da informação.

Outro aspecto a ser considerado no postal é a saliência indicada pelo tamanho dos elementos. Notamos que o capacete ocupa boa parte do postal, destacando-se pelo seu tamanho. Desse modo, esse critério tem por objetivo promover realce à imagem.

A escolha do fundo branco representa um recurso multimodal que dá destaque ao capacete. A cor branca como pano de fundo é uma escolha que apresenta uma motivação para quem produziu a imagem. Se para Reis (2019), o fundo branco tem por objetivo trazer uma imagem “limpa”, em nossa análise, esse recurso multimodal dá um maior destaque ao objeto centralizado. Por trás dessa imagem “limpa”, há uma cena de violência retratada na narrativa deste postal. Então, essa imagem pode, metaforicamente, jogar luminosidade, luz e clareza para um problema social tão sério como a violência contra mulheres.

Ao analisarmos a imagem discursivamente pelo viés sociocognitivo, somos guiados por modelos de situação que acionam nossas experiências pessoais acerca da função desse objeto em nossa sociedade (VAN DIJK, 2012a). Nesse caso, defendemos que a imagem do capacete é um objeto de discurso, sendo, portanto, uma introdução referencial. Como vimos em Cavalcante *et al.* (2014), é nesse momento que o referente estreia.

É o primeiro contato que temos com o referente, ou seja, com o capacete, sendo lido socialmente como um objeto de segurança. De acordo com Cavalcante *et al.* (2014), esse processo de introdução referencial apresenta uma base cognitiva, sendo necessário que leitores recuperem esse referente na mente, para realizar a interpretação multimodal. Assim, o leitor identifica social e discursivamente o objeto capacete.

No fotojornalismo, a fotografia apontaria para múltiplas possibilidades, representando um signo plural (SANTOS, 2020). Nesse caso, a legenda teria a função de direcionar o leitor para compreender o que a imagem representa. Podemos fazer essa analogia com o postal do capacete. Apesar de ter um uso consagrado no nosso imaginário coletivo, a imagem pode nos remeter a múltiplas possibilidades. Afinal, inicialmente, temos somente a imagem do capacete para observar. E é a legenda, ou seja, a narrativa que vai direcionar a interpretação da imagem, tornando-a menos múltipla.

Ao ler o verso do postal, observamos que o significado atribuído ao capacete é outro, já que ele foi usado como arma “para agredir uma adolescente de 16 anos, que após vários golpes não conseguiu mais se defender”. Essa informação apresenta a história da adolescente, que é contada pela artista Cristiane Reis, com base nas informações da notícia divulgada por um jornal de grande circulação, o que nos dá aspectos do crime bárbaro cometido pelo ex-

namorado da jovem: “Sua mãe foi quem conseguiu afastá-lo de sua filha imóvel, assassinada pelo ex-namorado que não aceitou o fim do relacionamento”. Vejamos o texto do postal na íntegra:

Um capacete foi a arma usada para agredir uma adolescente de 16 anos, que após vários golpes não conseguiu mais se defender. Sua mãe foi quem conseguiu afastá-lo de sua filha imóvel, assassinada pelo ex-namorado que não aceitou o fim do relacionamento. (REIS, 2015, 2018).

Essa mudança de “função” do objeto é reforçada por outras estratégias como a tipografia, uma vez que, no verso do postal, o objeto imagético é retomado no por meio de um processo anafórico, com o uso da palavra capacete escrita em negrito. Assim, o uso do negrito, como uma fonte semiótica, tem por objetivo dar realce, destaque ao objeto deslocado, mas, sobretudo, mudar a função do referente. Isso é nomeado por Cavalcante *et al.* (2014) como uma anáfora direta.

A partir dessa leitura, precisamos criar um novo modelo mental por meio dessa experiência oferecida pela narrativa. Assim, passamos a entender que, na frente do postal temos um capacete, compreendido como uma ferramenta que deveria oferecer segurança ao usuário e, no verso, a arma usada para assassinar uma adolescente de 16 anos.

Após ler o texto, percebemos que o objeto capacete é ressignificado na obra de arte, ou seja, por meio da leitura da narrativa, o objeto de proteção ganha a função de arma. Essa mudança de referente só é possível porque há um deslocamento do uso desse objeto, mas também um deslocamento do receptor, que precisará criar outro modelo mental de uso desse objeto. Se para van Dijk (2013), os modelos mentais representam a nossa experiência de eventos e de situações, sendo pessoais e multimodais, quando nos deparamos com o uso do capacete, no verso do postal, sentimos espanto e assombro, pois criamos outro modelo mental de uso desse objeto, entendendo-o como arma.

Essa mudança de função do objeto está diretamente relacionada à ação social e é construída a partir do uso do verbo “agredir”. Esse verbo sinaliza a ação de dois participantes semânticos, pois se refere a uma ação realizada por alguém, direcionando-a para outra pessoa, referindo-se, portanto, à adolescente.

A escolha lexical do verbo “agredir” apresenta implicações ideológicas, já que, por meio das ações desempenhadas pelos atores sociais, são estabelecidos os processos de ativação e passivação (VAN DIJK 1991). Nesse sentido, verbos de ação como “agredir” e o sintagma verbal adverbial, “não aceitou”; posicionariam o ex-namorado na função de agente da ação, ao passo que a adolescente é retratada como “assassinada”, indicando uma posição de paciente. Podemos inferir, por meio dos elementos textuais, que o ex-namorado agrediu e assassinou a adolescente com um capacete. Contudo, o elemento topicalizado não foi nem o agente, nem o paciente. Além disso, o agressor aparece de modo periférico na narrativa.

Para Tomazi (2020), as manchetes de jornais, que noticiam violência contra mulheres, destacam a informação considerada mais importante a partir do tópico escolhido. Como os postais são uma reescrita das notícias, acabam mantendo essa estrutura jornalística. Percebemos, portanto, que, nesse postal, o que se destaca é o léxico “capacete”, funcionando como elemento tópico, ao se posicionar como sujeito da oração. Além disso, temos uma estrutura passiva com apagamento do agente, como se verifica em: “S (Paciente) + (auxiliar + particípio) + \emptyset (zero/agente da passiva)” (TOMAZI, 2020, p.836). Essa estrutura é indicada por: “**Um capacete** foi a arma usada para agredir uma adolescente de 16 anos”.

Inicialmente, temos um apagamento do agente, com topicalização do instrumento usado na agressão. A apresentação dessa estrutura textual realça o capacete (instrumento), tirando de foco o agressor, que só é mencionado no final do texto, como se verifica em: “assassinada pelo ex-namorado que não aceitou o fim do relacionamento”. Além disso, reforçando a estrutura narrativa das notícias já demonstradas por Tomazi (2019, 2020) e Natale (2015, 2020), há a explicação que serve como “justificativa” para o crime de feminicídio que é a não aceitação do fim do relacionamento. Além disso, a vítima é representada como “assassinada”. Essa construção sinaliza a presença de dois participantes, indicando a condição da adolescente no ato violento, reforçando a sua passividade diante de tamanha violência.

Ainda podemos entender o capacete, nesse contexto de violência doméstica, como uma máquina que opera no nível muscular-motor de que nos fala Santaella (1997), potencializando a força masculina. E o resultado são os

vários golpes desferidos na vítima de forma descomunal, acarretando na sua morte.

Assim como no fotojornalismo, de acordo com Santos (2020), é necessário analisarmos a foto com a legenda; nos postais, também é preciso lermos a imagem e a narrativa, para produzirmos sentido diante da obra apresentada. A partir dessa leitura multimodal, nos deparamos com um paradoxo. Afinal, o capacete, criado como equipamento de proteção à vida, torna-se uma arma.

Ao narrar um caso de feminicídio, este postal retrata o controle do corpo feminino por meio de práticas que indicam a dominação masculina pela força e coação, segundo Bourdieu (2002). Há um uso de poder pela força física, que se dá de modo desigual e assimétrico, conforme afirmam Izumino e Santos (2005). Esse relato gera perplexidade diante da cena violenta, que é reconhecida cognitivamente pelo leitor.

A narrativa do postal apresenta um caso de feminicídio. Temos, portanto, o assassinato de uma jovem devido à questão de gênero. E isso nos remete à criação dos postais, pois os mesmos foram produzidos entre 2015 e 2018, de acordo com Reis (2019). Esse recorte temporal nos faz recorrer aos dados do IPEA (2019), mostrando o Espírito Santo na liderança nacional, com as maiores taxas de feminicídios desde 2007 até 2012 e, nos dias de hoje, lidera a região Sudeste, estando com taxas bem acima da média nacional. Algo que nos faz pensar sobre como a sociedade capixaba é extremamente machista.

Como já adiantamos em 5.3, é importante problematizar a questão dos atores sociais nos postais, discutindo como eles são representados. No postal do capacete, a vítima é retratada como adolescente de 16 anos, filha. Temos, portanto, a primeira categorização se referindo à faixa etária. Além disso, ao ser categorizada como filha, temos uma relação familiar entre as participantes, no caso, mãe e filha. Apesar de termos categorizações generalizantes, o que espanta é a faixa etária da vítima. Essa representação confirma, que não há idade para uma mulher sofrer violência doméstica e “que todos os corpos matáveis são feminizados, no sentido de que são colocados à disposição da dominação” (VERGÈS, 2021, p.32).

Temos também a categorização do agressor como ex-namorado, indicando uma relação de familiaridade que existiu entre os atores sociais. Nos

casos de violência doméstica, no contexto de uma relação afetivo-conjugal, esse dado é muito importante, pois estamos nos referindo a uma situação específica de violência de homens contra mulheres.

Além disso, a adolescente é representada como assassinada. Essa forma de categorizar reforça a condição de vítima vivenciada na narrativa de violência presente no postal. Assim, o uso da forma nominal “assassinada” reforça a posição de paciente, dentro da noção de agentividade, mantendo a vítima em uma condição passiva, diante da violência. Temos, na narrativa, evidências de que a vítima tentou se defender dos golpes, mas ainda assim foi assassinada. O uso do léxico imóvel também reforça essa condição de vítima.

Em relação às questões ideológicas, o postal, assim como as manchetes jornalísticas de violência contra mulheres, apresenta estratégias discursivas que acionam nossos conhecimentos (VAN DIJK, 1999), reforçando uma ideologia machista, ao apresentar uma justificativa para o ato violento, como se verifica em: “**Um capacete** foi a arma usada para agredir uma adolescente de 16 anos (...) assassinada pelo ex-namorado que não aceitou o fim do relacionamento (REIS, 2015, 2018). Dessa maneira, a não aceitação do término da relação passa a ser um argumento usado para justificar a violência.

Em entrevista, Reis (2019) afirma que, na narrativa dos postais, temos a figura do agressor e da vítima. Isso confirma a diferenciação entre os atores sociais representados nos postais, trazendo implicações ideológicas. Para van Dijk (2012b), a polarização pode ocorrer pela forma como os grupos são representados, indicando a diferenciação entre esses grupos. A partir disso, temos o endogrupo (*nós*) que seria representado pelas ações das vítimas, ao passo que o exogrupo (*eles*) indicaria as ações dos agressores. Além disso, o exogrupo seria representado negativamente.

Neste postal, temos a figura do agressor representada pelo ex-namorado (exogrupo). Já a vítima seria representada pelo léxico adolescente (endogrupo). As ações negativas praticadas pelo ex-namorado são: desferir golpes com capacete, assassinar a jovem, não aceitar o fim do relacionamento. No processo de polarização, temos um exemplo claro de ações negativas do exogrupo (agressores) em relação ao endogrupo (vítimas).

5.6.2. O carregador de celular como arma



Figura 13- Postal VIII: Carregador de celular

Este postal traz a imagem de um carregador de celular preto, em um fundo branco. Essa figura remete a um objeto cujo significado está associado a um “dispositivo dotado de transformador que serve para carregar a bateria de aparelhos eletrônicos” (PRIBERAM DA LÍNGUA PORTUGUESA, 2021).

O carregador de celular funciona por meio da energia elétrica, sendo um equipamento muito usado na atualidade. Por ser uma inovação tecnológica, seu formato, de acordo com a imagem do postal remete a um equipamento que foi criado nos anos 2000. Contudo, foi em 2009 que a União Internacional de Telecomunicações (UIT), regulou a adoção de um padrão universal de carregadores de celulares, com uma porta USB, tendo tecnologia semelhante da utilizada nas máquinas fotográficas digitais.

Esse breve histórico mostra como esse objeto tem relevância no nosso cotidiano, sendo uma ferramenta que tem uma promessa de tornar a nossa vida mais fácil. Afinal, em um mundo cada vez mais tecnológico, o carregador de celular se torna uma peça fundamental.

Nesta imagem, há alguns aspectos que nos chamam a atenção quanto aos recursos multimodais. Temos um objeto centralizado, com um fundo branco. A posição de centralidade, para Kress e van Leeuwen (2006), indica que o carregador de celular é a informação central. Além disso, a cor branca como pano de fundo traz luminosidade, sendo um recurso semiótico que destaca o objeto. Inclusive, o contraste de cores em sobreposição, ou seja, o carregador preto e o fundo branco, também representa um modo semiótico que dá realce à imagem. Outro critério de análise de imagem se refere à saliência. Neste caso,

estamos tratando do tamanho da imagem do postal. O fato de termos um objeto grande, ocupando a maior parte do postal, tem por objetivo evidenciar o carregador de celular, estabelecendo proximidade com o leitor daquela imagem.

A introdução referencial estreita no texto a partir da imagem, de acordo com Cavalcante *et al.* (2014). E a partir desse contato, acionamos nosso modelo mental do que vem a ser um carregador de celular, com seu uso no cotidiano.

Apesar de sabermos qual a função desse objeto, ainda não temos compreensão do que, de fato, está sendo apresentando, pois a imagem, sem um contexto específico, torna-se plural, polissêmica, nos remetendo a várias possibilidades de interpretação, segundo Santos (2020).

Contudo, ao lermos a narrativa do postal, somos direcionados para uma “função” diferente daquele objeto. Nesse momento, tomamos conhecimento de que o carregador de celular se tornou uma arma para agredir e matar uma mulher. Vejamos o texto na íntegra: “*O namorado utilizou um **carregador de celular** para asfixiar a vítima até a morte. Seu corpo foi encontrado no quarto da filha do casal, uma menina de dois anos*” (REIS, 2015, 2018).

Por meio da anáfora direta, o referente é retomado no verso do postal. Nessa retomada, a tipografia em negrito é usada como fonte semiótica, que tem por objetivo colocar em evidência o referente, ou seja, o carregador de celular. Assim, o processo anafórico, no postal, tem por objetivo não só promover a retomada desse referente, como indicar uma mudança de “função” desse objeto. Temos, portanto, um deslocamento, que não é só do objeto, como também dos sujeitos e dos nossos modelos mentais.

A categorização de um carregador de celular como arma encontra respaldo no Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2021), apontando que 55% dos casos de feminicídios foram praticados com o uso de outros instrumentos e armas brancas. Os dados do Atlas de 2021 também sinalizam para outros objetos que estão mais acessíveis, no momento das agressões. Por esse motivo, um objeto como carregador de celular se tornou uma arma.

O postal traz uma narrativa de feminicídio íntimo (FBSP, 2021), que foi praticado pelo companheiro, ou seja, o namorado. Nesse caso, temos a morte de uma mulher, por questão de gênero, tendo em vista o contexto de violência doméstica existente em uma relação afetivo-conjugal. Dessa forma, o feminicídio

estaria no campo de possibilidades da ação violenta, representado por um ato extremo, nesse continuum de violência.

Ao compreendermos os mecanismos de funcionamento dessa violência, percebemos que alguns elementos se tornam recorrentes. Desse modo, nos feminicídios íntimos, o parceiro ou ex é o responsável pelo assassinato. Qualquer objeto pode se tornar arma em potencial. A fase de agressões, chamada de fase 2 do Ciclo da Violência, de acordo com Walker (2009), torna-se mais grave e habitual. E é nesse cenário de violência descomunal que costumam ocorrer os feminicídios.

Em relação ao feminicídio, outro aspecto que nos chama a atenção é o local onde se deu o assassinato. Pela narrativa, o corpo foi encontrado no quarto da filha do casal. Portanto, podemos concluir que a violência ocorreu dentro de casa, corroborando um dado do Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2021, ao afirmar que “nos casos de feminicídio mais da metade das vítimas morreram dentro de casa” (FBSP, 2021, p. 98). Por meio desse panorama sobre o feminicídio íntimo e suas formas de funcionamento, é possível compreender muitos aspectos presentes na narrativa deste postal.

No modelo patriarcal, o homem é visto como o chefe de família, alguém que estaria numa posição de superioridade, de comando, na relação familiar. Temos, portanto, uma estrutura de poder desigual, que privilegiaria o masculino (SAFFIOTI, 2004). Já a mulher é vista como dona do lar. Essa categorização não traz poder, nem prestígio a ela e sim atribuições com os cuidados de uma casa. Esse lar deveria oferecer aconchego e segurança a essa mulher. No entanto, ela tem um “inimigo” íntimo. Alguém com quem ela partilha a vida é a pessoa que oferece perigo a essa mulher. Afinal, é dentro de casa que mais da metade das vítimas morre (FBSP, 2021).

Destacamos que o lar deveria ser espaço de acolhimento e amor. Porém, nesse contexto, tem se tornado espaço de tensões, agressões e morte. Assim, a organização do espaço doméstico, com os objetos que o constituem, torna-se um local de risco de morte para as mulheres. Inclusive, a Literatura, a Arte e o Cinema retratam essa realidade²⁰.

²⁰ Encontramos exemplos no Cinema e na Literatura como o filme: *Dormindo com o inimigo* dirigido por Joseph Ruben (1991), com base no romance de Nancy Price; a obra *Mulheres*

Obviamente, há muitas outras obras que retratam casos de feminicídios. No entanto, esse recorte tem por objetivo mostrar com as manifestações artísticas retratam temas do nosso cotidiano. E o mais assustador é pensarmos que não se trata de ficção. Temos uma realidade nua e crua sendo delineada por meio dessas narrativas, assim como ocorrem nos postais dos *Objetos deslocados*.

Por meio dessas informações sobre o feminicídio íntimo, o postal apresenta o namorado como assassino. Em termos de agentividade, a estrutura oracional o posiciona como agente da ação social, devido ao uso do verbo utilizar, representando uma ação, como se verifica em: “*O namorado utilizou um carregador de celular para asfixiar a vítima até a morte*” (REIS, 2015, 2018).

Nesse caso, o elemento topicalizado, que funciona como sujeito da oração é *o namorado*. Além disso, *um carregador de celular* é o objeto direto do verbo *utilizar*, funcionando como seu complemento. Em: *para asfixiar a vítima até a morte*, temos um adjunto adverbial de finalidade, indicando o propósito da ação realizada. Essa análise da estrutura oracional tem por objetivo evidenciar que todos os elementos textuais funcionaram para reforçar a forma como se deu a ação violenta.

A construção da oração, tal como apresentada, posicionou o *namorado* com agente, indicando a relação de familiaridade entre eles, porém, esse sujeito é apresentado de modo generalizante. Assim, teríamos a topicalização do ator social, dando destaque para a representação do agressor e “uma ênfase na crueldade da agressão contra as mulheres que figuram como receptoras desse ato de crueldade” (TOMAZI, 2020, p. 832).

Ao final da narrativa, a posição de passividade da vítima é corroborada pela presença de uma estrutura passiva com apagamento do agente, como se verifica em: “*Seu corpo foi encontrado no quarto da filha do casal, uma menina de dois anos*”. Essa oração também representa o resultado da ação violenta. Além disso, temos a objetificação desse corpo, que se torna uma “coisa”.

empilhadas de Patrícia Melo (2019) e a série *Bom dia Verônica* de 2020, com um roteiro adaptado por Casoy e Montes, entre outros que retratam essa realidade.

Outro aspecto que nos chama a atenção é o fato de o corpo dessa mulher ser encontrado no quarto da filha do casal. Neste caso, o local importa, pois o quarto da filha deixa pressupor que a criança de dois anos assistiu, presenciou a morte da mãe. E é uma forma de sensacionalizar o caso pela maneira como essa violência é apresentada.

Em relação aos atores sociais, temos o agressor representado como namorado e a mulher representada como alguém que foi vítima. Na narrativa, são reforçados os vínculos familiares e os papéis sociais, pois temos a relação entre mãe e filha e entre namorados (VAN DIJK, 1999).

5.6.3. A faca de serra como arma



Figura 14- Postal IX- Faca de serra

Este postal traz a imagem de uma faca de serra, com cabo de madeira natural e lâmina de aço Inox, da marca *Tramontina*, posicionada ao centro em um fundo branco. Para Kress e van Leeuwen (2006), esse posicionamento ao centro indica que a faca de serra é a informação central, tendo em vista seu grau de relevância na composição imagética deste postal. Além disso, ao ocupar boa parte do postal, podemos considerar que essa imagem foi realçada, atribuindo destaque a mesma.

Nesta imagem, a cor branca de pano de fundo representa uma fonte semiótica multimodal, que tem por objetivo pôr a imagem em evidência. Assim, o valor informativo, a saliência e a cor representariam recursos multimodais presentes na imagem, tendo por objetivo promover um realce, destacando a mesma. O uso desses recursos visa chamar a atenção para a imagem representada, conforme Kress e van Leeuwen (2006).

A imagem de uma faca de serra remete a um objeto cujo significado está associado a um “instrumento cortante, constituído de lâmina e cabo” (BORBA, 2002, p.683). A história desse objeto é confirmada desde a Idade de bronze, que é conhecida como 6,5 milhares de anos A. C na Ásia Menor.

Ao longo da história da humanidade, esse instrumento foi produzido de maneiras diferentes por várias sociedades. O ápice de uso deste objeto como talher se deu ao fim da Idade Média e Renascimento. No século XIV, na França, as facas eram usadas de acordo com o calendário religioso anual, com cabos escuros utilizados no período da Quaresma e marfim em Pentecostes.

Esse breve histórico remonta à utilização desse objeto como um instrumento e também como talher. Ao observamos a imagem presente neste postal, temos uma faca de corte, que apresenta esses dois usos. Assim, a finalidade desse objeto como talher é auxiliar no corte de alimentos durante as refeições. Podemos também utilizá-lo para o corte de frutas e legumes. Além disso, esse objeto é um utensílio doméstico, sendo facilmente encontrado nas residências.

Ao nos depararmos com o postal, temos, no primeiro momento, a estreia desse objeto como um referente consagrado pelo uso coletivo, ou seja, a faca de serra é vista como um talher ou um instrumento de uso doméstico. Porém, quando lemos a narrativa presente no verso deste postal, observamos que esse objeto foi usado como arma branca. Por meio da tipografia em negrito, que é uma fonte semiótica, o objeto é retomado anaforicamente, de acordo com Cavalcante *et al.* (2014). Por meio dessa retomada, temos a mudança de “função” desse objeto, passando de utensílio a arma branca.

Tanto o Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2021), como o Atlas da Violência (2021) destacam o uso de arma branca como um dos instrumentos utilizados em feminicídios. Neste postal, temos uma tentativa de feminicídio íntimo. Infelizmente, o uso de arma branca para matar mulheres é uma prática que continua acontecendo. E esses objetos, na maioria das vezes, estão disponíveis na esfera doméstica. Essa informação nos mostra que o espaço doméstico se torna um lugar que oferece risco às mulheres.

Para discutir a representação dos atores sociais, a noção de agentividade e as ideologias, trazemos o texto na íntegra, para posterior análise:

*O alpinista francês Alexandre Gutierrez escolheu **uma faca de serra** para desferir quatro golpes na ex-mulher enquanto ela dormia, se os filhos do casal não pedissem ajuda, hoje ela estaria morta (Reis, 2015, 2018).*

Na representação dos atores sociais, encontramos alguns processos de categorização. O homem é categorizado por sua função social, pelo léxico alpinista. Temos indicação da nacionalidade, pelo uso do adjetivo pátrio, francês. Temos um processo de nomeação, apresentando nome e sobrenome do ator social, no caso, chamado de Alexandre Gutierrez. A narrativa categoriza a vítima como ex-mulher indicando que os dois não estavam mais casados. Portanto, esse ator social poderia, por inferência, ser categorizado como ex-marido. Além disso, nos postais temos a presença do léxico: filhos, que indica uma relação de familiaridade entre o homem e a mulher. Temos, portanto, a existência anterior de um núcleo familiar composto por: marido, esposa e filhos.

Enquanto o agente é categorizado por: nomeação, profissão, nacionalidade e papel social; a vítima é categorizada como ex-mulher. Essa forma de representação da vítima é mais generalizante, ao passo que o ator é categorizado de modo bem específico. Essa diferenciação acaba por realçar o ator social, gerando um apagamento da vítima. Ao mesmo tempo, nos dá a impressão de que essa mulher não tem uma identidade, pois a categorização ex-mulher ainda é muito genérica.

Em notícias de violência contra mulheres em jornais, temos um apagamento do nome da vítima, por questões de segurança e privacidade. E a artista também preservou a identidade das vítimas nas narrativas dos postais. Contudo, ao evidenciar o ator social, mantemos a mulher numa condição ainda maior de passividade diante da violência e crueldade praticada contra ela.

Em relação à noção de agentividade, temos uma estrutura ativa, com o ator social praticando a ação, destacada pelo verbo *escolheu*. A faca de serra representa, sintaticamente, o objeto direto, sendo complemento verbal da ação praticada pelo verbo escolher. Na narrativa, temos conhecimento de que o agressor escolheu “*uma faca de serra para desferir quatro golpes na ex-mulher enquanto ela dormia*”. Nesse caso, escolher é diferente de usar, pois inferimos que esse homem selecionou qual seria o objeto que utilizaria no momento da agressão.

Ao esfaquear a ex-mulher ainda dormindo, temos compreensão do quão violenta foi a cena. Todos esses elementos textuais evidenciam o ator social como o agressor, quem praticou o ato violento, dando destaque para a ação realizada. Ao passo que a ex-mulher foi representada como alguém que sofreu as ações, indicando uma função de paciente, na organização sintático-semântica da oração. No final da narrativa, temos a informação de que, se os filhos do casal não tivessem pedido ajuda, a mãe estaria morta. Temos, portanto, uma tentativa de feminicídio íntimo.

Essa narrativa nos mostra que o lar deixa de ser um local de aconchego e segurança, mesmo que a mulher não viva mais com o agressor. Neste texto, tomamos conhecimento de que a ex-mulher foi esfaqueada enquanto dormia, sem ter sequer condições de se defender, de fugir das agressões ou de pedir ajuda. Tal como em *Mulheres Empilhadas* (MELO, 2019), o agressor não dá trégua e o resultado é o assassinato de mulheres, a tentativa de feminicídio, a violência física, psicológica, patrimonial, moral, sexual.

Outro aspecto que nos chama a atenção em relação à cena violenta é a quantidade de facadas que o agressor desferiu. Ele desferiu quatro golpes e não continuou porque foi impedido de fazê-lo. Percebemos, portanto, o uso da força de forma desmedida e, nesse contexto de violência, o feminicídio representaria uma possibilidade extrema de ação violenta, considerando um *continuum*. Além disso, os dados apontam que, nos casos de feminicídios íntimos, anteriormente a esse ato, as mulheres já sofriam agressões de seus parceiros (FBSB, 2021).

O uso da força física como forma de controle e cerceamento dos corpos femininos não é uma prática atual (BOURDIEU, 2002). Para além disso, há uma herança patriarcal que reforça comportamentos masculinos tóxicos, indicando que o uso da violência funciona como estratégia de dominação e hierarquia. Isso resulta em morte de mulheres por homens. Afinal, é ainda autorizado socialmente que o homem performe gênero por meio da força física e da violência (BUTLER, 2013). E o mais assustador é que essas práticas se tornaram naturalizadas.

Diante de todos os atos violentos presentes nos posts analisados, poderíamos pensar que a violência é própria do homem. Contudo, ela não é uma especificidade masculina. Na verdade, ela é um “componente estruturante do

patriarcado e do capitalismo” (VERGÈS, 2021, p.13). Assim, a violência, nesse modelo de sociedade, seria um modo de vida e de existência.

Ao performar gênero, os homens aprendem a associar masculinidade à violência, por meio de práticas culturais, sociais e pelas ideologias dominantes. Além disso, as diferenças biológicas entre os corpos masculinos e femininos são usadas para justificar a dominação masculina. Segundo Bourdieu (2002), há uma ordem social que ratifica o **habitus** masculino por meio da dominação, que é legitimada pelo uso da violência. Essa visão hegemônica sustenta a ideologia de que a dominação é uma pertença da masculinidade, dando plenos direitos aos homens para exercê-la.

Essa análise sobre a masculinidade tóxica traz a violência como uma forma de linguagem, de estar no mundo. Inclusive, ela se torna um hábito dentro do relacionamento abusivo, compondo o Ciclo da Violência, conforme Walker (2009). Assim, qualquer acontecimento na dinâmica de relação do casal pode iniciar mais um ciclo de violência. Ou pode até incrementar a violência que já estava acontecendo. E caso a vítima busque romper o ciclo, saindo desse relacionamento, ainda assim ela continua a correr risco, podendo sofrer novas agressões ou ser assassinada. Inclusive, este postal ilustra tal situação, com a tentativa de feminicídio íntimo pelo ex-marido.

5.6.4. A máquina de cortar cabelo como arma



Figura 15- Postal X: Máquina de cortar cabelo.

A imagem deste postal traz uma máquina de corte, da marca *Magic Chip*, *cordless* em um fundo branco. Pela composição imagética, identificamos que o objeto está centralizado no postal. Esse posicionamento apresenta um valor informativo, de acordo com Kress e van Leeuwen (2006), indicando que este

objeto representa a informação principal. Temos também o critério de saliência, indicando que a máquina está em evidência, ocupando a maior parte da página. Além disso, o fundo branco dá uma ideia de imagem limpa, focalizando, mais uma vez, nossa atenção para a imagem apresentada.

A primeira máquina de cortar cabelo elétrica foi inventada por Leo J. Wahl, em 1919, no estado de Illinois nos USA. Ela foi criada tendo como público-alvo os barbeiros, sendo usada para realizar corte de cabelo masculino. Em 1921, a empresa passou a ser chamada de Wahl Clipper Corporation e hoje é líder mundial na fabricação de produtos para o comércio profissional de salão de beleza e barbearia, higiene pessoal do consumidor e tosa de animais.

O histórico do surgimento dessa máquina nos mostra qual foi o propósito de criação da mesma. E, de acordo com as especificações, ela é um produto leve de carregar, facilitando seu manuseio. Para Santaella (1997), essa máquina é classificada como muscular, tendo a finalidade de aumentar a rapidez e a energia na execução de uma atividade qualquer. Nesse caso, a máquina de corte facilitaria o ato de cortar o cabelo e também de raspar a cabeça, fazendo com que se gastasse menos tempo na realização dessa tarefa.

Os objetos cumprem sua função social, quando são utilizados de acordo com o seu propósito. Porém, quando temos uma aplicação que ocorre por meio da violência, há um deslocamento do uso desse objeto. Apesar de a máquina de cortar cabelo ter sido utilizada de acordo com a sua promessa de uso, ou seja, raspar, por exemplo; ela foi um instrumento de violência. Afinal, a mulher teve a cabeça raspada à força.

Assim, por meio do processo anafórico, segundo Cavalcante *et al.* (2014), o objeto: máquina de cortar cabelo, que está representado pela imagem na frente do postal, é retomado de forma escrita, no verso do mesmo, em negrito. A utilização dessa fonte semiótica tem por objetivo promover o realce deste objeto, indicando também seu deslocamento de uso, tendo em vista que a história nos remete ao surgimento da máquina de corte como um produto comercial, criado para facilitar a vida de barbeiros, por exemplo.

E o que temos neste postal são vários tipos de violência, culminando com a raspagem do cabelo da vítima. Vejamos o texto na íntegra, para compreendermos como se deram as ações violentas:

*O marido chegou irritado em casa, ateou fogo nas roupas da esposa para lhe ensinar uma lição. No dia seguinte ao ocorrido, a vítima não quis sair e ele a agrediu com socos e tapas, em seguida usou uma **máquina de cortar cabelo** para raspar os cabelos dela com a filha de um ano no colo (Reis, 2015, 2018).*

A Lei 11.340/2006 enumera as formas de violência doméstica contra mulheres, tipificando-as em: física, psicológica, sexual, patrimonial e moral. Além disso, a violência contra mulheres pode causar, morte, “lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial” (BRASIL, 2006).

O relato deste postal apresenta, inicialmente, o marido ateando fogo nas roupas da esposa. Temos, portanto, um exemplo de violência patrimonial. Depois, ele agride a mulher com socos e tapas, indicando a violência física. Além disso, ele raspou a cabeça dela, sem o consentimento da vítima, indicando violência física e psicológica. Ao ter a cabeça raspada, a vítima sofreu uma alteração na sua imagem, no seu aspecto exterior, configurando um caso de lesão corporal. Além disso, ela estava com a filha no colo, não tendo condições de se defender do ato violento.

Todas as ações praticadas pelo marido têm por objetivo punir e humilhar essa mulher. Pois ele queria “dar uma lição” na esposa. Entendemos, socialmente, essa construção indicando punição, penalidade. Ao raspar a cabeça, temos uma ação punitivista, que visa a causar constrangimento e humilhação na vítima. Afinal, o cabelo é um item da beleza humana, emoldura o rosto, sendo um indicativo de vaidade para as mulheres. E tê-lo raspado significa lembrar durante todos os dias da violência sofrida. A mulher com a cabeça raspada fica marcada negativamente na comunidade em que vive.

Inclusive, realizando uma busca em jornais on Line como: *Globo, Uol, Metrôpoles*; constatamos que essa prática é adotada em bairros com tráfico de drogas intenso. Usa-se raspar a cabeça das mulheres como medida punitiva, mostrando que elas descumpriram alguma ordem ou regra daquele grupo. Assim, esse ato violento é marcado pela humilhação e coação sofridas por essas mulheres.

A socióloga Marta Tavares²¹ do NEIM-UFBA (Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre Mulher da Universidade Federal da Bahia) relembra que a prática dos traficantes reporta à humilhação sofrida por milhares de francesas após o fim da ocupação nazista, na França, durante a Segunda Guerra Mundial. Por serem acusadas de se relacionarem sexualmente com oficiais alemães, elas tiveram suas cabeças raspadas e suas roupas retiradas em praça pública. Devido a esse acontecimento, tendo em vista a punição dada, que foi a raspagem das cabeças das mulheres, elas ficaram conhecidas como "as mulheres tosquiadas".

Destacamos que, em grupos dominados pelo tráfico de drogas, temos a predominância de homens, fortemente armados. E, a prática de raspar a cabeça de mulheres representaria uma estratégia de guerra baseada no castigo, na humilhação e no exemplo. É o aviso a todas as mulheres sobre o tipo de punição que irão receber, caso não sigam as normas estabelecidas pelo grupo dominante. Essa tática representaria um castigo disciplinar. Afinal, "castigar é exercitar" (FOUCAULT, 1999, p. 204). Assim, a ação corretiva tem por efeito gerar arrependimento e obrigar a pessoa castigada a mudar de conduta.

Não estamos afirmando que o agressor do postal é um traficante, tendo em vista que não temos dados, na materialidade discursiva para fazer tal consideração. Tampouco estamos dizendo que esse tipo de ato, no caso da violência doméstica, numa relação afetivo-conjugal, ocorre somente em bairros periféricos, pois não temos dados estatísticos para fazer tal afirmação. O que pretendemos, ao mostrar essa realidade, é indicar que a violência contra mulheres tem um *modus operandi*. E todas as táticas possíveis são usadas para agredir, ofender, humilhar e matar. Até estratégia de guerra.

Ao tratar das questões de disciplinamento e controle dos corpos femininos, Segato (2014) traz o conceito de Pedagogia da Crueldade, mostrando que as violências contra mulheres se inscrevem num modelo patriarcal colonial/moderno, sendo uma prática do Estado. Assim, pelas ações violentas

²¹ Em entrevista realizada por Paula Bianchi e Flávio Costa, ao jornal on Line UOL, no dia 9 de dezembro de 2016, a socióloga Marta Tavares traz informações sobre a tática nazista de raspagem da cabeça de mulheres por traficantes. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2016/12/09/mulheres-sao-humilhadas-e-tem-cabecas-raspadas-por-trafficantes-no-rio-e-na-bahia.htm>> Acesso: 12/08/2022.

sob os corpos, seriam transmitidas as mensagens que esse Estado capitalista, patriarcal e violento deseja impor à comunidade.

A lógica da crueldade naturaliza a violência como uma prática para a resolução de conflitos. Dessa maneira, esse código violento torna-se uma linguagem, uma forma de comunicação, tornando a sociedade tolerante às ações de violência contra mulheres. Inclusive, transmitindo a mensagem de que podem matar mulheres. Todas essas considerações comprovam que, neste postal, um dos objetivos do marido era disciplinar a vítima de forma punitiva, estabelecendo, pela ação social, a Pedagogia da Crueldade (SEGATO, 2014).

Primeiramente, temos uma “justificativa” para as agressões, afinal, “*o marido chegou irritado em casa*”. Essa motivação “age discursivamente para justificar/explicar a ação agressora” (TOMAZI, 2020, p.833). Depois, ele “*ateou fogo nas roupas da esposa para lhe ensinar uma lição*”. Então, ter as roupas queimadas representaria um castigo para a esposa. Um dia depois, como a vítima não quis sair de casa, “*ele a agrediu com socos e tapas*”. Nesse caso, a violência física figuraria como uma “complementação” dessa punição. E para concluir, “*usou uma **máquina de cortar cabelo** para raspar os cabelos dela com a filha de um ano no colo*”. Em toda a narrativa, são utilizados verbos de ação como: atear, agredir e usar; para indicar a posição de agente do agressor.

Além disso, todas as ações praticadas mostram que o agressor estabelecia uma relação de posse com a vítima. Ele destrói as roupas dela, agride fisicamente, raspa a cabeça. Ele tira a dignidade dessa mulher e a auto estima, não poupando nem a filha, uma bebê de colo, que é obrigada a presenciar a cena violenta. Podemos concluir que a mulher, nesse contexto, é vista como pertencente ao homem, devido a uma ideologia machista. E esse é um dos argumentos para justificar a violência praticada. Além disso, tudo que representaria feminilidade foi destruído pelo agressor.

Em relação à representação dos atores sociais, temos a indicação do grau de parentesco entre os participantes, por meio dos léxicos: marido, esposa, filha; indicando uma relação familiar entre os envolvidos. E é nesse contexto que ocorreram as violências contra essa mulher. Apesar de termos categorias generalizantes para representar os atores sociais, esses grupos estão ideologicamente representados, como agressores e vítimas.

5.6.5 O garfo como arma



Figura 16- Postal XI- Garfo

Neste postal, temos a imagem de um garfo de mesa com lâmina em aço inox e cabo em madeira tratada. O objeto está centralizado, ocupando boa parte do postal. Assim, pelos critérios: valor informativo e saliência, temos o garfo indicando a informação central do postal; além de estar em evidência, destaque. A cor branca, ao fundo, traz luminosidade à imagem, contribuindo como recurso semiótico para realçar a imagem. Assim, de acordo com Kress e Van Leeuwen (2006), todos os aspectos multimodais são relevantes para a composição da imagem.

A história desse objeto é bem antiga. Acredita-se que esse instrumento tenha origem nas civilizações grega e romana. O garfo de mesa foi inventado no Império Bizantino, por volta dos anos 300. E no século VIII já estava disseminado seu uso no Oriente. Outras princesas do Império Bizantino contraíram núpcias com reis da Europa e também trouxeram seus garfos, gerando espanto, já que, no Ocidente, ainda se comia usando as mãos.

A princesa Teodora, filha de Constantino VIII, Imperador do Oriente, veio de Constantinopla para casar com o Doge de Veneza Domenico Selvo e trouxe seu garfo de ouro com dois dentes. No entanto, pouco depois a população dessa cidade assimilou o garfo. Esse costume se espalhou para Milão e Florença e depois para o resto da Europa. No século XV, o talher já era bem conhecido na Itália.

Na civilização ocidental, o garfo é considerado um utensílio culinário para alimentação. Além de servir para segurar os alimentos que levamos à boca, serve para amassar batatas cozidas, por exemplo. Ele é definido como um

“utensílio de três ou quatro dentes que serve para levar o alimento à boca”. (BORBA, 2002, p.759).

Esse breve histórico tem por objetivo mostrar como o uso desse objeto, ao longo da história da humanidade, foi associado à civilidade, aos bons costumes, sendo, inclusive, uma forma de categorizar as pessoas como humanas X selvagens, pela forma como ingeriam os alimentos. Nos dias de hoje, o garfo se tornou um instrumento essencial, um utensílio doméstico com o qual fazemos as nossas principais refeições.

Contudo, ao lermos a narrativa do postal, tomamos conhecimento de que seu uso teve outra “função”. O texto na íntegra é o seguinte:

*“O marido chegou nervoso em casa, xingando sua esposa, uma mulher de cinquenta anos. Ao que ela revidou a agressão verbal, ele atingiu sua mão esquerda com um **garfo**”* (Reis, 2015, 2018).

O objeto, que está na frente do postal, indicado pela imagem, é retomado por um processo de anáfora direta, estando em destaque, devido ao uso da fonte semiótica em negrito. Este processo anafórico, além de indicar a retomada do referente, (CAVALCANTE *et al.*, 2014), mostra a mudança de uso do mesmo.

Nos postais, encontramos o mesmo processo na produção de imagens e legendas, por uma relação de equivalência com as fotos jornalísticas (SANTOS 2020). As imagens seriam representadas pelos objetos, localizados na parte da frente do postal. Ao visualizar a foto de um garfo, podemos pensar no uso social desse objeto, mas ainda assim, essa imagem, sem outras informações, poderia nos apontar para várias possibilidades de sentido. Contudo, quando lemos a narrativa (legenda), no verso do postal, temos um direcionamento, focalizando como essa imagem deve ser interpretada.

Tomazi (2020) afirma que, em manchetes de jornal, costuma aparecer a motivação da agressão, sendo usada como justificativa para a violência. O mesmo ocorre no postal, quando temos a sentença: “*O marido chegou nervoso em casa, xingando sua esposa*”. Nesse primeiro momento, ele já está nervoso, usando da violência verbal, por meio de xingamentos proferidos à esposa.

No Ciclo da Violência proposto por Walker (2009), a fase 1 é onde ocorre o aumento da tensão. E os xingamentos indicariam, para a vítima, uma crescente sensação de perigo. Segundo a narrativa, a mulher revida a essa agressão. Ao

revidar, o marido atinge a mão dela com um garfo. Nesse momento ocorreu a fase 2 do Ciclo, que é marcada pelo incidente de agressão aguda. Essas informações nos mostram que existe um roteiro “previsível” do momento em que se dará a violência física.

Este postal retrata as violências física e psicológica sofridas por essa mulher (BRASIL, 2006). Além disso, o marido aparece topicalizado, indicando que é o sujeito da oração. Esse ator social atua como agente da ação, sendo que seu papel ativo é indicado pelos verbos: *chegou*, *xingando* e *atingiu*. Ela, em contrapartida, *revidou a agressão verbal*. Esse ato realizado pela esposa indica uma reação a partir da ação realizada pelo marido.

Em relação aos atores sociais, temos a categorização do homem como marido, confirmando o contexto de violência doméstica, numa relação afetivo-conjugal. Já a mulher é categorizada como esposa e *mulher de cinquenta anos*. Temos uma indicação da faixa etária da vítima, sendo mais uma forma de categorizá-la. A representação dos atores sociais ocorre de modo genérico, e ideologicamente são representados como agressor e vítima.

Pela narrativa apresentada neste postal, constatamos que a violência se deu dentro de casa. Assim, o lar, para essa mulher, torna-se um ambiente perigoso, hostil, de controle masculino. O uso do garfo de mesa, que é um utensílio culinário essencial presente em nossas cozinhas, para furar a mão da mulher, mostra que tudo, qualquer coisa pode ser arma nas mãos de um agressor.

Diante da cena violenta, sentimos perplexidade. Afinal, um instrumento que foi criado com o objetivo de facilitar a ingestão de alimentos, durante as refeições, sendo um indicativo de civilidade; foi usado para agredir uma mulher, representando a barbárie.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo da escrita desta tese, chegamos a algumas considerações, que são, na verdade, um momento para refletir sobre tudo que foi desenvolvido até aqui. Primeiramente, entendemos que trazer tal estudo para a pauta de discussão acadêmica é de extrema importância, aproximando a população por meio da abordagem do tema da violência contra mulheres no ES. Portanto, é papel do analista do discurso tratar de temáticas que apresentem relevância social. Assim, essa pauta traz uma reflexão que precisa ser feita pela sociedade.

Em segundo lugar, essa tese contribui para os ECD e para o GEDIM, na medida em que nos leva a analisar como o discurso pode produzir violência simbólica por meio da manutenção e reprodução de ideologias machistas, patriarcais, misóginas. Como tais práticas se legitimam pela via discursiva, é também papel dos pesquisadores do discurso tomar conhecimento sobre essas estratégias discursivas, mostrando como elas perpetuam violências por meio das ideologias que representam.

Além disso, os postais da série *Objetos deslocados* poderiam ser trabalhados tanto no Ensino Fundamental II como no Ensino Médio, possibilitando que os estudantes entendam as formas de violência contra mulheres e como devemos combater essa realidade. Assim, os postais poderiam ser utilizados como material de discussão no projeto- Maria da Penha vai à escola- elaborado pela deputada estadual Iriny Lopes (PT). Dessa forma, trabalharíamos numa perspectiva educativa, algo que já é previsto na Lei 11.340/2006, focando na discussão sobre a violência doméstica e as formas de prevenção e de combate.

No ano de 2018, eu convidei a artista visual Cristiane Reis para realizarmos uma roda de conversa com os estudantes do 9º ano da UMEF Professor Rubens José Vervloet Gomes sobre violência contra mulheres no ES. Para iniciar a interação com os estudantes, a artista se baseou nos postais, fomentando a discussão sobre o tema proposto. E essa foi uma prática significativa para todos os envolvidos no ambiente escolar. Temos, portanto, a contribuição do *corpus* para o agir social.

Segundo Tomazi e Almeida (2019), só será possível minorar esses conflitos de gênero com educação e com ações eficazes. É nós acreditamos que

a educação é a via para possibilitar uma mudança de realidade. Nesse caso, temos um exemplo concreto de trabalho com o *corpus* desta tese. Para além disso, esta tese possibilita um conhecimento sobre a violência contra mulheres no ES, podendo ser uma das referências para discutirmos questões de gênero e performatividade, patriarcado, machismo, pautas identitárias e formas de resistir. Afinal, esta tese também é sobre resistência!

Por meio dessa tese, pude compreender que o discurso é capaz de legitimar práticas de violência que são reiteradas cotidianamente pela forma como performamos gênero. E essa percepção mudou a minha maneira de pensar as questões de gênero, dando uma ênfase ainda maior para os aspectos discursivos, sociais, culturais, interacionais e cognitivos. Como mulher, mãe, professora, cada vez mais essas questões me afetam. E é preciso posicionar-se diante disso, pois não há discurso neutro.

Diferentemente das teses que trabalham as manchetes jornalísticas sobre violência contra mulheres, este estudo se pauta em uma obra de arte e não devemos encaixá-la nesse padrão. Assim, não poderíamos dizer que se devem evitar estruturas que apagam o agente, ou tratar do sensacionalismo das notícias. Por mais que a série *Objetos deslocados* tenha como base os noticiários do ES sobre violência contra mulheres, não estamos nos referindo de um trabalho seriado e sim a um trabalho artístico. Por isso, não devemos tratar esse *corpus* com essa abordagem, pensando nas estruturas discursivas que deveriam ser evitadas em uma obra de arte.

Inicialmente, apresentamos as contribuições desta tese. Agora, vamos retomar os objetivos, considerando as perguntas que nortearam essa pesquisa. Destacamos que nosso objetivo principal foi examinar, por uma perspectiva crítica do discurso, como a violência de homens contra mulheres no ES é representada nos postais. Partindo desse ponto, construímos os objetivos específicos, fundamentados nas seguintes categorias de análise: multimodalidade, referentes, ação social, atores sociais e ideologia. Com base nessas categorias, traçamos as nossas considerações.

A primeira categoria que se destaca nos postais é a multimodalidade, devido aos aspectos visuais. Quando nos deparamos com um postal, temos acesso inicialmente, a uma imagem, no caso, um objeto, que pode ser: uma caneta BIC, um carregador de celular, um capacete. Essas imagens foram

selecionadas por Reis (2019), tendo em vista que a artista escolheu objetos que foram usados para agredir e matar mulheres.

Para a Semiótica Social Multimodal, a representação dos signos e o que eles desejam comunicar são aspectos essenciais para a leitura de imagens. A escolha semiótica multimodal também é ideológica, à medida em que se analisa qual tipo de discurso é veiculado por meio da imagem (MACHIN; MAYR, 2010). Portanto, essa seleção não é arbitrária, tendo um propósito comunicativo. A artista visual, ao escolher as imagens, preocupou-se com a representação dos signos, selecionando-os pelo critério estético, tendo por objetivo chamar a atenção do leitor.

Nesse caso, uma torneira de tanque de alumínio foi o objeto usado para representar a torneira no postal. Contudo, não quer dizer que, no momento da agressão, foi aquela torneira utilizada no ato violento. Inclusive, poderia ter sido uma torneira de plástico, por exemplo (REIS, 2019). O que estamos dizendo é que a representação da imagem é algo relevante nos postais, como obra de arte.

Para a Semiótica Social, a comunicação é “um processo no qual um produto ou evento semiótico é ao mesmo tempo articulado ou produzido e interpretado ou usado” (KRESS; VAN LEEUWEN, 2001, p. 20). Os postais, como um produto semiótico, estão disponíveis para serem usados e interpretados, agregando novos sentidos no processo de interação. Por meio da circulação dos postais, a artista tem a possibilidade de interagir com o público, estabelecendo comunicação.

Como os postais são uma obra de arte, o que nos chama a atenção, de imediato são os aspectos multimodais. O primeiro critério para a leitura de imagens é o valor de informação, considerando a posição da imagem. E em todos os postais analisados, temos a imagem centralizada, indicando que o objeto representa a informação principal (KRESS; VAN LEEUWEN, 2006). Além disso, todos os postais possuem um fundo branco, indicando luminosidade à imagem, clareza (VAN LEEUWEN, 2011). E a saliência foi um critério usado para promover ainda mais realce à imagem. Todos esses aspectos multimodais foram recorrentes nos postais e contribuíram para a interpretação da imagem.

Os aspectos discursivos ligados aos postais apontam a presença da introdução referencial (CAVALCANTE *et al.*, 2014), pois ocorreu a estreia dos *Objetos deslocados*. Assim, no primeiro contato com os postais, visualizamos o

objeto em destaque, que pode ser: uma faca, um garfo. Nesse momento, ele é lançado no texto, ocorrendo uma introdução do referente no discurso.

Em contato com o verso do postal, nos deparamos com a narrativa de violência contra mulheres e como aquele objeto foi usado na agressão, ocorrendo o processo de retomada anafórica. Tal processo se realiza, quando o objeto é nomeado, sendo retomado por escrito, estando destacado em negrito, para dar um realce ao objeto, por meio dessa tipografia, que representa um recurso multimodal de saliência. Além disso, a retomada anafórica, em conjunto com o uso do negrito, estabelece a mudança de “função” do objeto. Nesse caso, temos um recurso multimodal em conjunto com os aspectos discursivos produzindo sentido para os leitores. E é nesse momento que o objeto vira arma.

Notamos que, para a total compreensão dos *Objetos deslocados*, foi necessário recorrer à narrativa no verso do postal, sendo possível estabelecer uma relação entre o objeto (imagem) e a narrativa (legenda). Isso mostra que a imagem por si só não representa o que a Arte postal pretende comunicar. Assim como as fotos jornalísticas (SANTOS, 2020), os postais também apresentam uma relação de complementariedade entre imagem e legenda.

Na relação entre objeto e narrativa, a imagem pode ter uma significação múltipla, sendo, por si só, multimodal. Por outro lado, há um direcionamento do olhar, por meio da narrativa, tornando essa imagem menos múltipla (SANTOS, 2020). Por isso, a imagem e a legenda estabelecem uma relação de interdependência, construindo uma unidade de sentido.

Em relação aos objetos, investigamos quais foram utilizados para agredir e matar mulheres. E constatamos que qualquer objeto pode se tornar uma arma nas mãos dos agressores (FBSP, 2021). Nesse caso, os objetos podem ser considerados elementos de aumento de poder masculino e esse poder se dá pela força física e coação (BOURDIEU, 2022).

A criação de objetos como garfo e faca representa o uso desses utensílios como ferramentas essenciais para a nossa vida. Assim, notamos que eles foram criados com esse objetivo. Contudo, nos atos de violência contra mulheres, tais objetos que deveriam representar um indicador civilizatório, a partir do seu uso, acabam por representar a barbárie, o horror.

Assim, se uma enxada foi eficiente para quase arrancar o braço de uma mulher, podemos dizer que a ação estava embutida na materialidade do objeto,

representado pela sua forma e função. Existe um uso aceito para o qual o objeto foi construído. Mas, havia um uso embutido. E a função do objeto passou a ser definida pela ação social humana, daí o deslocamento de uso. Afinal, os homens produzem objetos. E os objetos são usados para matar mulheres (FONSECA *et al.*, 2021).

Dessa maneira, cada postal aciona um campo de possibilidade, estando vinculado a uma ação, sendo representado por um universo narrativo. Esse objeto, em seu uso violento, pode ter outras aplicações. Dentro dessa estrutura permanente, temos uma relação de dominação.

Os efeitos narrativos são diversos, pois cada objeto tem um campo de ação, mesmo que deslocado. A caneta vai furar, o martelo vai bater. Alguns verbos não vão ser conectados com algum tipo de objeto, mas ainda assim, vai ocorrer a ação violenta. Embora mude o ator social, a ação social e o referente, todos os postais têm em comum a ação violenta.

O efeito discursivo se torna superlativo devido à dissonância entre a “limpeza” da imagem e a “sujeira” do discurso, gerando um tipo de mácula do referente, colocando em xeque a produção humana. Dado que os objetos são facilitadores de ações. Todos os postais têm em comum a ação violenta, reforçando a noção de agentividade do ator social.

Além disso, a ação social está ligada à escolha lexical, os verbos que indicam ativação e passivação, por meio da noção de agentividade. A utilização social dos objetos representa, por exemplo, uma ação de domínio. O ator social, ao utilizar o referente, cria uma desmedida, trazendo o referente para um domínio para fora do que é socialmente aceitável.

Fica claro o desejo de agredir cada mulher relatada nos postais, de todas as formas possíveis, seja pelo uso da força física, com socos, seja por meio de violência simbólica, raspando a cabeça, tirando os cabelos, seja queimando as roupas, seja xingando. Temos, nos postais, exemplo de violência: física, psicológica, patrimonial, moral (BRASIL, 2006).

O ato violento é praticado fora do âmbito do controle emocional, não havendo um limite imposto, nem socialmente, nem psiquicamente em relação à violência praticada, podendo gerar uma morte. Nesse caso, o feminicídio está no campo de possibilidades da ação violenta, representando o ato extremo. E é assim que ocorrem a maioria dos feminicídios íntimos, num contexto de violência

doméstica, no âmbito de uma relação afetivo-conjugal, perpetrado pelo parceiro (ex), dentro das residências, com o uso de “outras armas” (FBSP, 2021). E as narrativas dos postais representariam esse cenário.

Dessa forma, o lar, que deveria representar aconchego, torna-se um espaço de vulnerabilidade para essa mulher, vítima de violência. A casa passa a ser um local perigoso, pois os objetos que compõem esse espaço são cruelmente usados para agredi-la. Assim, um garfo, uma cadeira, um socador de alho, uma chave de casa e um carregador de celular se tornam verdadeiras armas. E poderíamos supor que os mesmos foram utilizados, pois parecia que era o objeto “disponível” no momento da agressão às mulheres (IPEA, 2021).

Os resultados das análises mostraram que, nos postais, todos os atores sociais são homens e as vítimas são mulheres. Essa informação confirma que estamos lidando com um contexto de violência doméstica, no âmbito da relação afetivo-conjugal. Além disso, os homens são representados socialmente como: marido, ex-namorado, companheiro. Nesse caso, temos uma relação de parentesco entre homens e mulheres.

Numa relação familiar, temos, por exemplo, o homem que é o chefe de família. E os espaços onde estão distribuídos os objetos são parte de um contexto de proximidade, no ambiente doméstico, reduzindo o espaço da mulher nesse ambiente pelo controle e cerceamento, identificando um confinamento simbólico (BOURDIEU, 2002).

Os homens também são categorizados por nomeação, papel social, função. Contudo, não identificamos menção às profissões das mulheres, podendo inferir, um contexto de precarização das vidas. Elas são categorizadas somente pela relação de parentesco, como: esposa, namorada, ex-namorada. Ou também de modo genérico, como mulher ou vítima. E essa escolha mantém a mulher na posição de vítima. Além disso, pela forma como o homem é representado, temos uma definição de contorno como o inimigo íntimo.

Os objetos servem para reforçar uma violência presente na ação social. Uma ação como uma tentativa de reparação de algo que gera dor ou perda. Nos postais, observamos uma tentativa de eliminação da mulher, por meio de ações sociais violentas com relação a ela. Para corroborar esse argumento, trazemos a citação de Tomazi e Resende (2022), pois, segundo as autoras, “no campo

simbólico, os crimes de feminicídio reportam à destruição da identidade da mulher e de sua condição de mulher” (TOMAZI; RESENDE, 2022, p.102).

Ainda sobre a representação dos atores sociais, observamos uma polarização por meio do processo de categorização. Assim, temos os seguintes pares: agressor X vítima, homem X mulher. Tal polarização retrata as questões de autoapresentação, mantendo, de alguma forma, o lugar de vítima que a mulher, naquele momento ocupa.

Ao reescrever as notícias de jornal, Reis (2019) mantém a estrutura da narrativa com os seguintes itens recorrentes nos postais: agressor, vítima, objeto deslocado e como esse objeto foi usado no ato da violência. Há, nesse caso, uma retomada das manchetes jornalísticas, que acabam reproduzindo a violência contra mulheres, por meio da reprodução de ideologias machistas.

Tomazi (2019) aponta que, em manchetes de jornal, a violência de homens contra mulheres presente num contexto de uma relação afetivo-conjugal é marcada pelo machismo. O mesmo ocorre com os postais. E os motivos que levam às agressões são: não aceitar o fim do relacionamento, ter bebido, ter a honra comprometida, ter sido traído.

Além disso, a forma de categorizar os atores reforça a condição de vítima vivenciada pelas mulheres representadas nos postais, nos atos de violência. Em contrapartida, os homens seriam representados como agressores. No entanto, quando os mesmos são categorizados como: bêbado, alterado, nervoso e irritado; é como se isso fosse uma justificativa para as agressões, reproduzindo uma ideologia machista presente na forma de noticiar os casos de violência contra mulheres.

Por outro lado, os postais representariam uma forma de contrapoder, sendo um manifesto. Na obra de Reis (2019), há uma denúncia dos casos de violência contra mulheres no Espírito Santo, visando a uma reflexão sobre a temática abordada. Sendo assim, os postais representam uma arte denúncia.

Mesmo com essas narrativas que ainda mantêm a estrutura das matérias jornalísticas de violência contra mulheres, os postais cumprem sua função social, de acordo com Bruscky (2006), que é informar, protestar e denunciar.

Enquanto o texto jornalístico só tem interesse enquanto novidade, sendo considerado um produto descartável; a arte é perene. Ao produzir os postais, a artista transforma, conecta o texto que seria descartável à perenidade estética

da imagem. Daí o fato de a artista “manipular” as imagens para torná-las limpas (REIS, 2019). E o ganho para os postais é exatamente o aspecto imagético, por meio do uso dos recursos multimodais.

A proposta de Reis (2019), ao reescrever as notícias, é promover uma mudança de olhar, de narrar a violência contra mulheres no ES. Ao mudar o discurso, ela pretende disseminar outras ideologias dos grupos minoritários, que são ideologias de resistência. Contudo, no ato da reescrita, tendo como base as notícias jornalísticas, os postais acabam reproduzindo ideologias machistas por meio da representação dos atores sociais e a forma como a ação social é representada.

Todas essas considerações nos levam a concluir que os postais são um manifesto, carregando todas as contradições de uma arte política. Temos a produção de um movimento ideológico. A partir de um trabalho estético, a artista expõe um ponto de vista, combatendo o silenciamento, rompendo com contratos sociais. Portanto, esse posicionamento se evidencia como uma postura política diante de um problema social.

O trabalho estético é um trabalho de sensibilização, em que a imagem do objeto é representada para gerar um efeito desejado. Já o verso do postal apresenta narrativas e descrições jornalísticas baseando-se em fatos ocorridos. A conexão entre imagem, texto e fatos produzem efeitos de credibilidade, portanto, de possível sensibilização e mobilização. O que posiciona os postais, ideologicamente, na categoria de manifesto.

REFERÊNCIAS

“A evolução do capacete na história do motociclismo”. Disponível em: <<https://motomundosa.com.br/a-evolucao-do-capacete-na-historia-do-motociclismo>> Acesso em: 18/07/2022.

ADICHIE, C. N. *Sejamos todos feministas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

_____. *Para educar crianças feministas. Um manifesto*. São Paulo, Companhia das letras, 2017.

AKOTIRENE, C. *Interseccionalidade*. São Paulo: Sueli Carneiro, Pólen, 2019.

ALVES, G. S.; VALLE, A.; CAVACA, S. D.; PELISSON, Y. P. “Visualidades no espaço urbano: arte e enfrentamento à violência contra a mulher”. In: *REVISTA ANAGRAMA (USP)*, v. 12, p. 01-15, 2018. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/anagrama/article/view/145685>>. Acesso em: 12/07/2021.

ALVES, G. S.; MENDES, K. “Arte e enfrentamento à violência contra a mulher no espaço urbano de Vitória/ES: o documentário 'Riscadas'”. In: *Rebeh - Revista Brasileira de Estudos da Homocultura*, v. 1, p. 99-111, 2018. Disponível em: <<https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/rebeh/article/view/9176>>. Acesso em: 12/07/2021.

ARRUZZA, C.; BHATTACHARYA, T.; FRASER, N. *Feminismo para os 99%: um manifesto*. 1ªed, São Paulo, Boitempo, 2019.

BESSA, A. S. *Arte é a última esperança: ação postal e outras ações de Paulo Bruscky*. Centro Cultural Correios, São Paulo, 2015.

BLAUTH, L.; NUNES, A. E. *Arte contemporânea – produções de Arte Postal mediadas pela rede*. VISUALIDADES, Goiânia v.16 n.1 p. 103-118, janeiro- jun. 2018.

BRASIL. Decreto-Lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*, Brasília, 07/12/1940. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/>. Acesso em: 12/08/2019.

_____. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*, Brasília, 1988. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil03/Constituicao/Constituicao.htm>>. Acesso em: 11/05/2019.

_____. Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995. Dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais e dá outras providências. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*, Brasília, 26/09/1995. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9099.htm>. Acesso em: 11/03/2019.

_____. Lei Maria da Penha número 11.340 de 07 de agosto de 2006. *Diário oficial da União*. (n.151, Seção 1, p.1- de 08/08/2006). Brasília, 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Ato2004-2006/2006/Lei/L11340.htm>. Acesso em: 05/08/2019.

_____. Lei nº 13.104, de 09 de março de 2015. Altera o art. 121 do Decreto-Lei no 2.848, de 07 de dezembro de 1940 - Código Penal, para prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, e o art. 1º da Lei no 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir o feminicídio no rol dos crimes hediondos. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*. Brasília: DF, 15/03/2015. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Ato2015-2018/2015/lei/L13104.htm> Acesso em: 26/09/2019.

_____. Lei Nº 13.641, de 3 de abril de 2018. Altera a Lei no 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para tipificar o crime de descumprimento de medidas protetivas de urgência. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*, Brasília, 03/04/2018. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2015-018/2018/Lei/L13641.htm#art2>. Acesso em: 17/09/2019.

_____. Lei Nº 13.827, de 13 de maio de 2019. Altera a Lei nº 11.340, de 07 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para autorizar, nas hipóteses que especifica a aplicação de medida protetiva de urgência, pela autoridade judicial ou policial, à mulher em situação de violência doméstica e familiar, ou a seus dependentes, e para determinar o registro da medida protetiva de urgência em banco de dados mantido pelo Conselho Nacional de Justiça. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*, Brasília, 13/05/2019. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ ato2019-2022/2019/lei/L13827.htm>. Acesso em: 17/05/2019.

BORBA, F. S. (org.) *Dicionário de usos do Português do Brasil*. 1ª ed. São Paulo: Editora Ática, 1674 f. 2002.

BORTULUCCE, V. B. “O manifesto como poética da modernidade”. In: *Literatura E Sociedade*, v.20, nº21, p. 5-17, 2015. Disponível em: <<https://doi.org/10.11606/issn.2237-1184.v0i21p5-17>>. Acesso em: 28/07/2022.

BOURDIEU, P. *A dominação masculina*. Trad. Maria Helena Kuhner. 2ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

BRITTO, L. “Paulo Bruscky e a Arte Postal: na contramão dos circuitos oficiais”. In: *IX EHA – Encontro de História da Arte*– Unicamp, São Paulo, 2013. Disponível em: <<https://www.ifch.unicamp.br/eha/atas/2013/ludimilabritto.pdf>>. Acesso em: 20/03/2019.

BRUNER, J. *Atos de significação*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

BRUSCKY, P. "Arte Correio: Hoje a Arte é este Comunicado". In: FERREIRA, G. (Org.). *Crítica de Arte no Brasil: Temáticas Contemporâneas*. Rio de Janeiro: Funarte, p.163- 166, 2006.

BULLA, G.S. *A realização de atividades pedagógicas colaborativas em sala de aula de português como língua estrangeira*. 127 f. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2007.

BUTLER, J. "Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do sexo". In: LOURO, G. L. *O corpo educado*. Belo Horizonte: Autêntica, p. 151- 166, 2013.

_____. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. (Renato Aguiar, Trad.). 16ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

CARVALHO, K. "Meta a colher", UFES, Vitória, 2016. Disponível em: <<https://cargocollective.com/kikacarvalho/Meta-a-colher>> Acesso em: 12/07/2021.

CARVALHO, F.F. "Semiótica Social e Gramática Visual: o sistema de significados interativos". In: Lisboa: Anglo Saxônico, *SER*. III N. 1, p. 266-281, 2010. Disponível em: <http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/5589/1/0873-0628_2010-001-000_00263-00281.pdf>. Acesso em: 12/11/2018.

CAVALCANTE, M. M. *Referenciação: sobre coisas ditas e não ditas*. Fortaleza: Edições UFC, 2011.

CAVALCANTE, M. M.; CUSTÓDIO FILHO, V.; BRITO, M. A. P. *Coerência, referenciação e ensino*. São Paulo: Cortez, 2014.

CAVALCANTE, M. M.; SILVA, V. V. DA; BRITO, M. A. P. *Referenciação nos Estudos Críticos do Discurso*. ReVEL, vol. 13, n. 25, 2015. [www.revel.inf.br].

CIULLA E SILVA, A. *Processos de referência e suas funções discursivas: o universo literário dos contos*. 205 f. Tese (Doutorado em Linguística). Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, CE, 2008.

CHAVES, V.; ALBERNAZ, M. "Homem é preso suspeito de bater na mulher com capacete na frente dos filhos, em Minaçu. Goiás e TV Anhangüera, 15/11/2022. Disponível em: <<https://g1.globo.com/go/goias/noticia/2022/11/15/homem-e-preso-suspeito-de-bater-na-mulher-com-capacete-na-frente-dos-filhos-em-minacu.ghtm>> Acesso em: 21/11/2022.

CLAUDINO, V. "A dona de casa ainda não está preparada para ir até uma delegacia". In: BANDEIRA, M. *Gazeta on Line*, 28/07/2019. Disponível em: <<https://www.gazetaonline.com.br/noticias/policia/2019/07/a-dona-de-casa-inda-nao-esta-preparada-para-ir-ate-uma-delegacia>>. Acesso: 20/03/2020.

CONNELL, R; PEARSE, R. *Gênero: uma perspectiva global*. São Paulo: nVersos, 2015.

CORTÊS, I. R. “A trilha legislativa da mulher”. In: PINSKY, C. B.; PEDRO, J. M. (Orgs.). *Nova história das mulheres no Brasil*. 1ª. ed., 1ª reimpressão. São Paulo: Contexto, p.278- 305, 2013.

COSTA, C. DE L. “Feminismos decoloniais e a política e a ética da tradução”. In: HOLLANDA, H. B. DE. (Org.) *Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, p.339-358, 2020.

CRENSHAW, K. W. “Beyond Racism and Misogyny: Black Feminism and 2 Live Crew”. In: MATSUDA, M. J. et al. *Words that wound: critical race theory, assaultive speech, and the First Amendment*. New York: Routledge, p.111-132,1993.

_____. “A interseccionalidade da discriminação de raça e gênero”. In: VV.AA. *Cruzamento: raça e gênero*. Brasília: Unifem, p. 7-16, 2002a. Disponível em: <http://www.acaoeducativa.org.br/fdh/wp-content/uploads/2012/09/Kimberle-Crenshaw.pdf>>. Acesso em: 05/09/2019.

_____. “Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero”. In: *Revista de Estudos Feministas*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, p. 171-187, 2002b.

DESPENTES, V. *Teoria King Kong*. São Paulo: n-1 Edições, 2016.

DIAS JÚNIOR, J. A. P. “O princípio constitucional da igualdade e a lei Maria da Penha”. In: *Revista do Curso de Mestrado em Direito da UFC*. Ceará, v. 29, n.2, p.103-121, 2009/2. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/12069/1/2009artjapdiasjunior.pdf>>. Acesso em: 21/09/2019.

FONSECA, R. B. DA. “Misoginia e poder político: análise de xingamentos proferidos à presidenta Dilma nas redes sociais”. In: *Anais do Engênero III. Universidade Federal do Espírito Santo Laboratório de Estudos de Gênero, Poder e Violência*, Vitória/ES, p.873-896, nov.de 2018. Disponível em: <http://legpv.ufes.br>>. Acesso em: 21/09/2019.

_____. “A Semiótica Social na Linguística”. In: LINS, M. DA P. P; CAPISTRANO JÚNIOR, R; MARLOW, R. M. (Orgs.). *O lugar na linguística: percursos de uma (r) evolução*. Vitória: PPGEL- UFES/ GM Gráfica e Editora, p.185-203, 2019.

FONSECA, R. B. DA; FONSECA, J. B. DA; PAIVA, V. M. B. DE. “A intimidade como espaço perigoso ou aproximação e distância como tática de resistência no manifesto Mulheres Empilhadas de Patrícia Melo”. In: *Corpo e espaço hoje: que discursos enunciam? A COR DAS LETRAS*, Feira de Santana, Bahia, v. 22, n. Esp., p.168–180, dez. 2021. Disponível em: <http://periodicos.uefs.br/index.php/acordasletras/article/view/7389>>. Acesso em: 21/03/2022.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. *Anuário Brasileiro de Segurança Pública*: São Paulo: FBSP, v. 15, 2021.

_____. *Anuário Brasileiro de Segurança Pública*: São Paulo: FBSP, v. 16, 2022.

FOUCAULT, M. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. 20. ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1999.

_____. *História da sexualidade 1. A vontade de saber*. 6ª ed. Rio de Janeiro/ São Paulo: Paz e Terra, 2017.

_____. *Microfísica do poder*. 9ª ed. Rio de Janeiro/ São Paulo: Paz e Terra, 2019.

FREIRE, C. *Arte Conceitual*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

GARCEZ, P. M. “Deixa eu te contar uma história: o trabalho sociológico do narrar na conversa cotidiana”. In: RIBEIRO, B. T.; LIMA, C. C.; DANTAS, M. T. L. (Orgs.). *Narrativa, identidade e clínica*. Rio de Janeiro: Edições: IPUB, p.189-208, 2001.

_____. “Microethnography in the Classroom”. In: KING K.; HORNBERGER, N. H. (Orgs.). *The encyclopedia of language and education*. v.10: Research methods in language and education. Berlin: Springer, p.435-448, 2008.

GARCEZ, P. M.; BULLA, G. S.; LODER, L. L. “Práticas de pesquisa microetnográfica: geração, segmentação e transcrição de dados audiovisuais como procedimentos analíticos plenos”. In: *DELTA*, v.30, n.2, p. 257-288, 2014. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/0102-445078307364908145.pdf>>. Acesso em: 10/11/2019.

GOMES, M. C. A. “Discurso e corpo”. In: DIAS, J. F. (Moderadora). *IX Colóquio ALED- BRASIL. IV Encontro do GEDIM/ Mesa redonda*. Vitória, ES, 06/07/2021. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=wC946M5zh08>>. Acesso em:13/07/2021.

“Grupo reflexivo home que é homem”. Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social, Espírito Santo, Disponível em: <<https://sesp.es.gov.br/grupo-reflexivo-homem-que-e-homem>> Acesso em: 25/09/2019.

HALLIDAY, M. *Language as Social Semiotic*. London: Edward Arnold, 1978.

HODGE, R.; KRESS, G. *Social Semiotics*. London: Polity Press, 1988.

“Homem é preso após agredir mulher com carregador de celular”. *Gazeta de Rio Preto*, 10/08/2022. Disponível em: <<https://www.gazetaderiopreto.com.br/cidades/noticia/2022/08/homem-e-preso-apos-agredir-mulher-com-carregador-de-celular.html>> Acesso em: 21/11/2022.

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; FBSP – Fórum Brasileiro de Segurança Pública. *Atlas da violência 2018*. Rio de Janeiro: Ipea, 2018.

_____. *Atlas da violência 2019*. Rio de Janeiro: Ipea, 2019.

_____. *Atlas da violência 2020*. Rio de Janeiro: Ipea, 2020.

IZUMINO, W. P. *Justiça para todos: os Juizados Especiais Criminais e a violência de gênero*. 389 f. Tese (Doutorado em Sociologia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo. São Paulo, SP, 2003.

_____. *Delegacias de Defesa da Mulher e Juizados Especiais Criminais: mulheres, violência e acesso à justiça*. XXVIII Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação em Ciências Sociais – ANPOCS. Caxambu, Minas Gerais, Plural, 12, p.79-104, 26 a 28 de outubro de 2004. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/plural/article/view/75673>> Acesso em: 19/09/ 2019.

JEWITT, C. *The Routledge handbook of multimodal analysis*. London: Routledge, 2009.

KRESS, G. “Critical Discourse Analysis”. In: WODAK, R.; MEYER, M. (org.). *Annual Review of Applied Linguistics 11*. p. 84-99, 1990.

_____. *Multimodal Discourse: The modes and media of contemporary communication*. London: Arnold, 2001.

_____. *Multimodality: a social semiotic approach to communication*. London & New York: Routledge, 2010.

KRESS, G. et al. *Multimodal Teaching and Learning: The Rhetorics of the Science Classroom*. London: Continuum, 2001.

KRESS, G.; VAN LEEUWEN, T. *Colour as a semiotic mode: notes for a grammar of colour*. Sage publications, London, v.1 p.343-368. 2002.

KRESS, G.; VAN LEEUWEN, T. *Reading Images: the grammar of visual design*. 2ª ed, London & New York: Routledge, 2006.

KOCH, I. V.; MORATO, M. E.; BENTES, A. C. *Referenciação e Discurso*. São Paulo: Contexto, 2005.

LABOV, W. “The transformation of experience in narrative syntax”. In: LABOV, W. *Language in the Inner City*. Phil.: University of Pennsylvania Press, p. 354-396, 1972.

LAGE, L.; NADER, M. B. “Violência contra a mulher: da legitimação à condenação social”. In: PINSKY, C. B.; PEDRO, J. M. (Orgs.). *Nova história das*

mulheres no Brasil. 1ª. ed., 1ª reimpressão. São Paulo: Contexto, p.306-336, 2013.

LERNER, G. *A criação do patriarcado: história da opressão das mulheres pelos homens*. São Paulo: Cultrix, 2019.

LIVIA, A.; HALL, K. “É uma menina: a volta da performatividade à Linguística”. In: OSTERMANN, A. C.; FONTANA, B. (Orgs.). *Linguagem. Gênero. Sexualidade*. Clássicos traduzidos. São Paulo: Parábola editorial, p.109-127, 2010.

LUGONES, M. “Rumo a um feminismo decolonial”. In: HOLLANDA, H. B. DE. (Org.) *Pensamento feminista: conceitos fundamentais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, p.369-391, 2019.

_____. “Colonialidade e gênero”. In: HOLLANDA, H. B. DE. (Org.) *Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, p.53-83, 2020.

MACHIN, D. *Introduction to multimodal analysis*. London: Hodder Arnold, 2007.

MACHIN, D.; MAYR, A. *How to do critical discourse analysis*. London, SAGE, 2010.

MELO, P. *Mulheres empilhadas*. São Paulo: Leya, 2019.

MISHLER, E. G. “Narrativa e identidade: a mão dupla do tempo”. In: MOITA LOPES L. P.; BASTOS L. C. (ed.) *Identidades. Recortes multi e interdisciplinares*. Campinas, Mercado das Letras, p.97-119, 2002.

MONDADA, L.; DUBOIS, D. “Construção dos objetos do discurso: uma abordagem dos processos de referência”. In: CAVALCANTE, M. M.; RODRIGUES, B. B.; CIULLA, A. *Referência*. São Paulo: Contexto, p.17-52, 2003.

MONTENEGRO, M. *Lei Maria da Penha: uma análise criminológico-crítica*. 1ª ed. Rio de Janeiro, Revan, 2015.

Mudanças na Lei Maria da Penha: 2006 a 2021. Disponível em: <<https://www.naosecale.ms.gov.br/mudancas-na-lei-maria-da-penha-2006-a-2021/>> Acesso em: 14/03/2022.

NATALE, R. *A representação social da violência de gênero contra a mulher no Espírito Santo*. 175 f. Dissertação (Mestrado em Linguística), Universidade Federal do Espírito Santo, 2015.

_____. *O femirracídio em notícias: um estudo discursivo e sociocognitivo*. 245 f. Tese (Doutorado em Linguística), Universidade Federal do Espírito Santo, 2020.

NETO, L. G, In: LEMOS, F. C. *O que é arte postal?* Folha de São Paulo, 06 dez.1981.

OLIVEIRA, L. A. (Org.). *Estudos do discurso: perspectivas teóricas*. São Paulo: Parábola, 2013.

OLIVEIRA, P. “Silvia Federici: matar as mulheres é a forma mais eficaz de destruir a resistência”. *Brasil de Fato*, São Paulo, 09/10/2019. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2019/10/09/silvia-federici-matar-as-mulheres-e-a-forma-mais-eficaz-de-destruir-a-resistencia>> Acesso em: 12/08/2022.

PARENTE, G. “Armas Brancas do Medo” expõe objetos domésticos utilizados para agredir mulheres”. *Poder Judiciário*. Tribunal de Justiça da Paraíba, Paraíba, 25/09/2019. Disponível em:<<https://www.tjpb.jus.br/noticia/armas-brancas-do-medo-expoe-objetos-domesticos-utilizados-para-agredir-mulheres>>Acesso em: 25/01/2021.

PASINATO, W. “Femicídios” e as mortes de mulheres no Brasil. In: *Cadernos Pagu*. Campinas, n.37, p. 219-246, 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010483332011000200008>. Acesso em 19/09/2019.

PAUL, J. “Lendo o código da desumanização: o construto animal desconstruído”. In: *Polifonia*, Cuiabá-MT, v. 23, nº 33, p. 149-178, jan-jun., 2016.

PEDRO, J. M. “O feminismo de “Segunda Onda””. In: PINSKY, C. B.; PEDRO, J. M. (Orgs.). *Nova história das mulheres no Brasil*. 1ª. ed., 1ª reimpressão. São Paulo: Contexto, p. 254- 277, 2013.

PIMENTA, S. M. “A semiótica social e a semiótica do discurso de Kress”. In: CAVALCANTE, M. M. (org.). *Reflexões sobre a análise crítica do discurso*. Série Estudos Linguísticos, v.2. Belo Horizonte: FALE: UFMG, p.185-206, 2001.

PINTO, C. R. J. *Uma história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2003.

PINTO, R. “Multimodalidade em outdoors políticos: propostas de análise”. In: TINOCO, A. L. C; ANDRADE, C. *Práticas linguístico-discursivas: alguns caminhos para aplicação teórica*. São Paulo: Terracota, p.71- 92, 2011.

PINTO, T. DOS S. “As mulheres e as purgas legais na França”. *Brasil Escola*. Disponível em: <<https://brasilecola.uol.com.br/historia/as-mulheres-as-purgas-legais-na-franca.htm>> Acesso em: 12/08/2022.

PRECIADO, B. *Manifesto contrassexual*. São Paulo: n-1 Edições, 2014.

PRIBERAM. *Dicionário Priberam da Língua Portuguesa*. Disponível em: <<https://dicionario.priberam.org/>>Acesso em: 12/07/2021.

RANGEL, L. DE A. S.; NADER, M. B. “Histórias das mulheres e estudos de gênero: identidades e relações de poder”. In: RANGEL, L. DE A. S.; NADER, M. B. *Mulher e gênero em debate*. Vitória: Edufes, p.102-109, 2014.

REIS, C. DE A. “Objetos deslocados”. Disponível em: <<https://cristianereis.weebly.com/os-trabalhos.html>>. Acesso: 10/08/2018.

RESENDE, V. DE M. *Decolonizar os estudos críticos do discurso*. RESENDE, V. DE M. (Org.). Campinas: Pontes Editores, p.19-46, 2019.

ROCHA LIMA, C. H. DA. *Gramática normativa da língua portuguesa*. 38ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2000.

SAFFIOTI, H. I. B. “Já se mete a colher em briga de marido e mulher”. In: *A Violência Disseminada*. São Paulo em Perspectiva, Revista da Fundação Seade, v.13, n. 4, p. 82-91, out-dez/1999.

_____. “Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero”. *Cadernos Pagu – desdobramentos do feminismo*. n.16, especial, IFCH/Unicamp, Campinas, p.115-136, 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S01048333200100010007>. Acesso em: 13/12/2019.

_____. *Gênero, patriarcado e violência*. São Paulo: Perseu Abramo, 2004.

SANTAELLA, L. “O homem e as máquinas”. In: DOMINGUES, D. **A arte no século XXI**. São Paulo: UNESP, 1997.

_____. *O que é semiótica*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

_____. *Produção de linguagem e ideologia*. São Paulo: Cortez, 1996.

SALAZAR, O. *El Hombre que No Deberíamos Ser*. Barcelona: Editorial Planeta, 2018.

SANTOS, C. M.; IZUMINO, W. P. “Violência contra as mulheres e violência de gênero: notas sobre estudos feministas no Brasil”. In: *Revista Estudios Interdisciplinarios de América Latina y El Caribe (EIAL)*, da Universidad de Tel-Aviv, v.16, n.1, p.147-164, 2005. Disponível em: <<http://www.nevusp.org/downloads/down083.pdf>>. Acesso em: 05/09/2019.

SANTOS, M. D. F. DOS. “O diálogo como concepção para a entrevista jornalística retextualizada na legenda fotográfica”. In: *Revista Alterjor*, 21(1), 97-120, 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.11606/issn.2176-1507.v21i1p97-120>>. Acesso em: 05/09/2019.

SANTOS, Z. B.; PIMENTA, S. M. O. “Da Semiótica Social à multimodalidade: a orquestração dos significados”. In: São Paulo: CASA: *Cadernos de Semiótica Aplicada*, v.12, n.2, p.295-324, 2014. Disponível em:

<<https://periodicos.fclar.unesp.br/casa/article/view/7243>>. Acesso em: 10/12/2018.

SCOTT, J. *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*. Trad. Christine Rufino Dabat e Maria Betânia Ávila. Educação & Realidade, Porto Alegre, v.20, n.2, p. 71-99,1995. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/71721/40667>>. Acesso em: 05/09/2019.

SEGATO, R. L. *Las nuevas formas de la guerra y el cuerpo de las mujeres*. Puebla: Pez en el Árbol, 2014.

SILVA, M. P.; ALMEIDA, D. *Linguagem Verbal, Linguagem Visual: Reflexões teóricas sobre a perspectiva Sócio-Semiótica da Linguística Sistêmico-Funcional*. Odisseia, Natal, RN, v. 3, n. 1, p. 36-56, janeiro-jun. 2018. Disponível em: <<https://periodicos.ufrn.br/odisseia/article/view/12686>>. Acesso em: 10/08/2018.

SILVA, V. V. DA; CAVALCANTE, M. M.; BRITO, M. A. P. *Referenciação nos Estudos Críticos do Discurso*. ReVEL, v. 13, n. 25, p.278- 294, 2015. [Www.revel.inf.br].

SOIHET, R. “Movimento de mulheres. A conquista do espaço público”. In: PINSKY, C. B.; PEDRO, J. M. (Orgs.). *Nova história das mulheres no Brasil*. 1ª. ed., 1ª reimpressão. São Paulo: Contexto, p. 232-253, 2013.

SOLNIT, R. *Os homens explicam tudo para mim*. São Paulo: Cultrix, 2017.

SOUZA, V. P. DE. *A lei Maria da Penha: uma análise jurídica*. Géledes – violência contra mulher, 45 f., 2014. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/violencia-domestica-e-familiar-contramulher-lei-maria-da-penha-uma-analisejuridica/?gclid=C1b3-e3JhtQCFVYEKQodlisLTQ#gs.PMgXJl4>>. Acesso em: 19/09/2019.

TAVARES, M. “Mulheres são humilhadas e têm cabeças raspadas por traficantes no Rio e na Bahia”. In: BIANCHI, P.; COSTA, F. UOL, Rio de Janeiro e São Paulo, 09/12/2016. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2016/12/09/mulheres-sao-humilhadas-e-tem-cabecas-raspadas-por-trafficantes-no-rio-e-na-bahia.htm>> Acesso em: 11/08/2022.

TELES, M. A. DE A. *Breve história do feminismo no Brasil – e outros ensaios*. São Paulo: Alameda, 2017.

TIBURI, M. *Feminismo em comum: para todas, todes e todos*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018.

“Todas as ruas têm nome de homem”. Vitória, ES. Confraria de Teatro. Disponível em: <<https://www.facebook.com/confrariadeteatro/>> Acesso em: 12/07/2021.

TOMAZI, M. M.; ROCHA, L. H. P. DA.; ORTEGA, J. C. “Violência machista em manchetes jornalísticas”. In: TOMAZI, M. M.; ROCHA, L. H. P.; POMPEU, J. C. (Org.). *Estudos discursivos em diferentes perspectivas: mídia, sociedade e direito*. 1ª ed. São Paulo: Terracota, v. 1, p. 43-64, 2016.

TOMAZI, M. M.; ALMEIDA, L. P. “A mulher no direito penal em face da Constituição Federal e da Lei Maria da Penha”. In: CABRAL, A. L. T; BUENO; F. de G. *Direito e Linguagem: a Constituição de 1988*. Londrina: Editora: Thoth., p.159-176, 2019.

TOMAZI, M. M. “(Des) construção de face da mulher nos títulos de notícias sobre feminicídio”. *Interdisciplinar*, v. 31, p. 197-219, 2019.

_____. “A agentividade nas manchetes sobre violência de homens contra mulheres”. In: *Discurso & Sociedad*, v. 14, p. 823-844, 2020.

TOMAZI, M. M.; RESENDE, V. DE M. “Mais mulheres são assassinadas na pandemia: construção discursiva jornalística sobre violência contra mulheres no isolamento social”. In: RESENDE, V. DE M (org.). *Estudos do discurso: relevância social, interseccionalidade, Interdisciplinaridade*– 1. ed.– Campinas, SP: Pontes Editores, 2022.

VAN DIJK, T. A. *Racism and the Press*. London: Routledge, 1991.

_____. *Cognição, Discurso e Interação*. São Paulo: Contexto, 1996.

_____. *Ideología: una aproximación multidisciplinaria*. Barcelona: Gedisa, 1999.

_____. *O discurso como interação social. Estudos sobre discurso II*. In: Uma introdução multidisciplinar. Barcelona: Editora Gedisa, Comp., 2000.

_____. “La multidisciplinariedad del análisis crítico del discurso: un alegato em favor de la diversidad”. In: WODAK, R.; MEYER, M. *Métodos de análisis crítico del discurso*. Barcelona: Gedisa, 2001.

_____. *Discourse, context and cognition*. Discourse studies. London: Sage, v. 8. 2006. Disponível em: DOI: 10.1177/1461445606059565. <<http://dis.sagepub.com/cgi/content/abstract/8/1/159>>. Acesso em: 08/08/2018.

_____. *Ideología y Discurso: una introducción multidisciplinaria*. 2ª ed. Barcelona: Ariel, 2008.

_____. *Discurso e poder*. 2. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2010.

_____. *Sociedad y discurso: cómo influyen los contextos sociales sobre el texto y la conversación*. Barcelona: Gedisa, 2011.

_____. *Discurso e contexto: uma abordagem sociocognitiva*. São Paulo: Editora: Contexto, 2012a.

_____. “Política, ideologia e discurso”. In: MELO, I. F. DE. (Org.) *Introdução aos estudos críticos do discurso: teoria e prática*. Campinas, SP: Pontes Editores, p. 15-51, 2012b.

_____. Análise crítica do discurso multidisciplinar: um apelo em favor da diversidade. Tradução; Breno Wilson Leite Medeiros. Revisão: Maria Lúcia C. V. O. Andrade. *Linha D'Água*, São Paulo, v. 26, n. 2, p. 351-381, dez. 2013. ISSN 2236-4242. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/linhadagua/article/view/65164>>. Acesso em: 05/04/2018.

_____. *Discourse and Knowledge: a sociocognitive approach*. Barcelona: Cambridge University Press, 2014.

_____. *Context*. In: The International Encyclopedia of Language and Social Interaction. TRACY, Karen; LLIE, Cornelia; SANDEL, Todd. Nova Jersey: John Wiley & Sons, 2015.

_____. *Discurso-cognição-sociedade: estado atual e perspectivas da abordagem sociocognitiva do discurso*. Tradução: Pedro Theobald. Porto Alegre, v. 9, n. esp. (supl.), s8-s29, nov. 2016. ISSN 1984-4301. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/letronica/>>. Acesso em: 10/08/2018.

VAN LEEUWEN, T. “A representação dos atores sociais”. In: PEDRO, E. R. (Org.) *Análise Crítica do Discurso: uma perspectiva sociopolítica e funcional*. Lisboa: Caminho, p. 169-222, 1997.

_____. *Introducing Social Semiotics*. London & New York: Routledge, 2005.

_____. *Discourse and Practice: new tools for critical discourse analysis*. New York: Oxford University Press, 2008.

VERGÈS, Françoise. *Uma teoria feminista da violência*. Trad. de Raquel Camargo. São Paulo: Editora Ubu, 2021.

VIEIRA, H. *Introdução ao Feminismo Decolonial*. Planejamento e organograma disponíveis em: <<https://www.sympla.com.br/introducao-ao-feminismo-decolonial>>. Disponível em: 12/08/2020. Acesso: 08/07/2021.

WALKER, L. E. *The battered woman syndrome*. 3rd ed. New York: Springer Publishing Company, 2009.

ZANELLO, Valeska. *Saúde mental, gênero e dispositivos: cultura e processos de subjetivação*. 1ª ed, Curitiba, Appris, 2018.

ANEXOS

Entrevista

Este tópico apresenta a entrevista realizada com Cristiane Reis, tendo em vista a relevância das informações trazidas pela artista, que contribuem para a compreensão do processo de produção dos postais e também para entendermos como ela ressignificou sua obra.

A tabela 1 apresenta as Transcrições Jefferson, que são utilizadas por Garcez, Bulla e Loder (2014). Adotamos as seguintes notações, mostrando os sinais que mais apareceram na entrevista com a artista Cristiane Reis, com o objetivo de familiarizar o leitor, ao ter contato com os excertos transcritos.

Tabela 8- Transcrições Jefferson

↑	mais agudo
↓	mais grave
::	prolongamento de som
Palavra-	(sublinhado) sílaba ou palavra enfatizada
PALAVR A	(maiúscula) – volume alto
°palavra°	volume baixo
>palavra<	fala acelerada
<palavra>	fala desacelerada
hh	aspiração ou riso
(.)	micro pausa

Fonte: Tabela adaptada de GARCEZ, BULLA E LODER, 2014, p.272.

Entrevista com a artista visual Cristiane de Alencar Reis, no município de Vila Velha, ES. Ela é mulher, com faixa etária entre 26-49 anos, possui ensino superior completo e a mesma foi realizada na residência da entrevistada, no dia 19 de junho de 2019. A entrevista foi feita por mim, que sou Doutoranda em Linguística pela Universidade Federal do Espírito Santo.

Renata: Como surgiu a ideia de trabalhar com os objetos deslocados?

01	Cristiane	A série dos postais ela é uma série relativamente <u>nova</u> .
02		Ela é de <u>2015</u> , a primeira, <u>né</u> . E eu comecei a falar sobre
03		violência nos meus trabalhos em <u>2012</u> , final de 2012, começo
04		de 2013. Eu acho que o meu prime::iro trabalho em galeria,
05		levando o tema da violência é 2013. Então (.) foi todo um
06		percurso que me fez chegar até os postais. Prime <u>iro</u> , o meu
07		primeiro trabalho eram potes de vidro gran::des, mais ou

08 menos 30 cm, eles cabiam 4 litros de óleo cada um, e ai
09 esses potes cheios de óleo de cozinha virgem, levavam
10 dentro fotos de mulheres vítimas de violência, dois, duas
11 das fotos eram imagens retiradas do jornal, elas
12 estampa::vam as matérias que elas faziam parte e uma das
13 imagens era arquivo pessoal de uma mãe. ELA fotografou a
14 filha morta. É complicado. (hh nervosos). E aí esse
15 trabalho ele tinha legendas em que falava/ levava as
16 iniciais dos nomes das vítimas e o modo como elas foram
17 mortas ou como elas sofreram agressão. Se eu não me engano,
18 um dos casos, eles são quin::ze casos, mas acabou fechado
19 em três. É:: um das legendas é uma senhora de 65 anos que
20 foi agredida com uma tábua de carne pelo namorado, que
21 tinha 22. E essas informações, elas iam nessa legenda,
22 acompanhando os potes. A apresentação deles era como se
23 fosse um balcão de supermercado assim (faz um gesto,
24 mostrando), algo que deixasse eles em evidência. Só que
25 aí, esse trabalho, assim como uma sé::rie que seguiu ele,
26 eles trabalhavam com a imagem violenta e aquilo chocava,
27 obviamente, como sempre choca. Mas, me incomodava também
28 levar essa imagem de violência, essa mulher nesse estado
29 (†). Porque a violência, principalmente a domés::tica, ela
30 tem um momento em que ela acontece, a mulher não é vítima
31 pra sempre, embora ela carregue as sequelas pra sempre.
32 Ela vai ser vítima durante um período e aí ela pode se
33 libertar disso, viver uma outra relação em que ela não seja
34 vitimizada ou ela pode viver novas relações em um ciclo,
35 né. Então::, me incomodava muito mostrar essas mulheres
36 sempre num estado de vítima, porque elas não são vítimas
37 pra sempre. Eu, como mulher, não quero ser vítima pra
38 sempre, então, isso me incomodava. E nessa série de
39 trabalhos subsequentes, eu fui percebendo essa imagem de
40 violência, violenta e o incômodo dela. Incômodo mais pra
41 mim, talvez (†), do que um choque dentro da galeria, pra
42 quem via esses trabalhos, porque a violência tava
43 normalizada. Eu comecei a falar sobre isso porque eu via,
44 abria um jornal, aí na página policial, tinha mulher morta
45 pelo marido, a imagem dela, nunca a imagem do agressor, é
46 sempre a imagem da mulher, a culpa é dela. (†). Eu acho
47 que as matérias jornalísticas, pelo que eu venho
48 acompanhando, de 2013 até agora, elas, pra mim, são uma
49 nova violência contra essas mulheres, o modo como é
50 escrito, como é falado. Então, eu acho que por isso eu
51 altero esses relatos conforme eu vou escrevendo, né, nos

52 postais, eles são um recorte do relato, eu leio, e aí recrio
53 aquilo, até pra deixar a informação menor, mais curta e ir
54 direto ao ponto né, e então eu coloco a vítima, o agressor,
55 o objeto e como esse objeto foi utilizado, como ele foi
56 deslocado do seu uso comum e se tornou um objeto violento.
57 É:: (.) e também pra tentar reduzir a violência cometida
58 contra essa vítima. Uma das razões de recriar o relato é
59 isso. É tentar tirar delas a culpa, porque a culpa não é
60 delas. E volta nas imagens. Eu vinha percebendo essas
61 imagens violentas e cada vez mais incomodada de mostrar
62 isso. Eu tinha participado de uma exposição, é, como
63 mediadora, em que tinha a Arte Postal e casou::, que, ao
64 mesmo tempo, em que eu estava envolvida nessa exposição,
65 como mediadora, falando de Arte Postal, estudando Arte
66 Postal, estudando Paulo Bruscky, tinha acabado de ir pra
67 Bienal, com toda a casa de::le montada lá, é o maior acervo
68 de Arte Postal no Brasil, ele é referência no mundo. Então,
69 eu tava lendo tudo isso, estudando tudo isso e aí o governo
70 do Estado do Espírito Santo em 2015 lançou uma série de
71 cartões postais sobre os pontos turísticos do estado, os
72 pontos mais bonitos, né, Pedra Azul, Convento da Penha, as
73 praias, as paneleiras, Goiabeiras, Goiabeiras não, a Pedra
74 da Cebola. E assim era tudo muito lin::do, eram fotos
75 maravilhosas, inclusive, o fotógrafo, eu conhecia, né, que
76 fez as fotos pra essa série. E naquele exato momento assim,
77 acho que era meio do ano, mais ou menos, né, não me recordo
78 bem agora. Naquele momen::to, não havia ainda nenhuma
79 política pública voltada à prevenção, controle, cuidado com
80 as vítimas de violência. Até naquele ponto assim, e tinha
81 essa série super cara, super linda, falando sobre as
82 belezas do ES. Em 2015, o ES era primeiro lugar que mais
83 matava mulher no país nas estatísticas e eu já tava
84 envolvida desde 2013 com o mapa da violência, acompanhando
85 isso, e como assim? Na meta::de de um ano em que o estado
86 era o mais violento, é o que mais mata, com uma taxa o
87 do::bro da nacional, não tinha nenhuma proposta ainda pra
88 reduzir, pra diminuir isso, mas hein::, nós somos um estado
89 turístico, venham pra cá. Disso, com todo o conhecimento
90 dos postais, dessa arte já politizada que eu vinha fazendo,
91 eu pensei, por que não fazer uma série de postais, contando
92 pra eles também o outro lado do ES? O lado em que o ES é o
93 primeiro lugar que mais mata mulher no país. Por que não::
94 fazer isso?/ já que o governo não tomou uma atitude, por
95 que não denunciar essa atitude dele? E aí eu fiz a primeira

96	<p><u>s</u>érie, elas são casos, se eu não me engano, de Norte a Sul</p>
97	<p>do ES, não é focada, exatamente, em Vitória, só tem dois</p>
98	<p>casos de Vitória só, mas é o estado todo, os casos. Eu</p>
99	<p>geralmente crio mapas junto com os casos porque eu</p>
100	<p>geolocalizo. Eu <u>g</u>osto dessa <u>g</u>eolocalização porque aproxima</p>
101	<p>mais:: a pessoa. Pode ser minha irmã, pode ser minha</p>
102	<p>vizinha, porque po::de ser a minha irmã, po::de ser a minha</p>
103	<p>vizinha. Então, quando você se identifi::ca(↑) com o caso</p>
104	<p>é mais você se emocionar...e tentar buscar uma reflexão</p>
105	<p>sobre isso. Então, <u>na</u>quele ano eu fiz dessa de todos os</p>
106	<p>lugares porque o Estado também tinha feito postais de</p>
107	<p>várias cidades diferentes. E aí, o que eu fiz com esses</p>
108	<p>postais, essa primeira leva deles, né, eu distribui em</p>
109	<p>pontos onde tinha esses cartões postais do estado sendo</p>
110	<p>distribuídos, então, <u>aeropo</u>рто, as <u>ro</u>doviárias: Carapina,</p>
111	<p>Vitória e Vila Velha. O <u>pal</u>ácio Anchieta. Deixei no balcão</p>
112	<p>do Palácio Anchieta e durante a semana eu vi que eles <u>i</u>am</p>
113	<p>saindo.</p>

Figura 6: *Figura 6- Postal I- Socador de Alho*



Cristiane Reis
Objetos deslocados

Um socador de alho foi o que ele, bêbado, atirou contra ela, o sangue escorria do corte na testa quando o marido de posse de uma faca de cozinha avançou. A filha de apenas quatro anos, foi quem evitou a tragédia ao entrar na frente deles.

--	--	--	--	--	--	--	--



Figura 7: Figura 7- Postal II: torneira de tanque



Cristiane Reis
Objetos deslocados

O marido iniciou uma briga com a esposa. Em meio à agressão verbal, ele iniciou uma série de socos e tapas, empurrando a cabeça da vítima várias vezes contra a **torneira do tanque**. Após a intervenção de uma vizinha, a mulher acertou o homem com duas facadas em legítima defesa.

--	--	--	--	--	--	--	--

--

Figura 8: *Figura 8 Postal III: Caneta BIC*



Cristiane Reis
Objetos deslocados

M. R. G cozinhou enquanto seu ex-marido invadiu a casa que eles dividiam antes do fim da relação. Ele usou **uma caneta BIC** e uma faca de cozinha enquanto agredia e perfurava seus olhos.

--	--	--	--	--	--	--	--

--

Figura 9: *Figura 9- Postal IV: Tesoura*



Cristiane Reis
Objetos deslocados

Após mantê-la em cárcere privado, o ex-namorado marcou as nádegas da jovem com um ferro quente em forma de G. A adolescente, uma estudante de 16 anos, foi ameaçada e agredida com **uma tesoura**.

--	--	--	--	--	--	--	--



Figura 10: *Figura 10- Postal V: Corda*



Cristiane Reis
Objetos deslocados

O marido agrediu com socos e pontapés a esposa. Ele prendeu uma **corda** em volta do pescoço da vítima ameaçando lhe matar. No dia seguinte, em meio à outra discussão a agressão física e verbal reiniciou, dessa vez usou uma chave de venda. Ela chamou a polícia e registrou boletim de ocorrência.

--	--	--	--	--	--	--	--	--

--

Figura 11: *Figura 11- Postal VI: Chave de Casa*



Cristiane Reis
Objetos deslocados

Após socos tão intensos que arrancaram dentes da vítima, um sargento da polícia usou a **chave de casa** para tentar furar o pescoço de sua esposa. Frustrado por não conseguir, ainda manteve a vítima sob a mira de sua arma.

--	--	--	--	--	--	--	--	--

--

Figura 12: Figura 12- Postal VII- Capacete



Cristiane Reis
Objetos deslocados

Um capacete foi a arma usada para agredir uma adolescente de 16 anos, que após vários golpes não conseguiu mais se defender. Sua mãe foi quem conseguiu afastá-lo de sua filha imóvel, assassinada pelo ex-namorado que não aceitou o fim do relacionamento.

--	--	--	--	--	--	--	--	--

--

Figura 13- Postal VIII: Carregador de celular13:Figura 13- Postal VIII: Carregador de celular



Cristiane Reis
Objetos deslocados

O namorado utilizou um **carregador de celular** para asfixiar a vítima até a morte. Seu corpo foi encontrado no quarto da filha do casal, uma menina de dois anos.

--	--	--	--	--	--	--	--

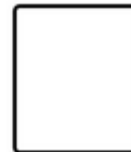


Figura 14: *Figura 14- Postal IX- Faca de serra*



Cristiane Reis
Objetos deslocados

O alpinista francês Alexandre Gutierrez escolheu **uma faca de serra** para desferir quatro golpes na ex-mulher enquanto ela dormia, se os filhos não pedissem ajuda, hoje ela estaria morta.



--	--	--	--	--	--	--	--	--

Figura 15: *Figura 15- Postal X: Máquina de cortar cabelo.*



Cristiane Reis
Objetos deslocados

O marido chegou irritado em casa, ateou fogo nas roupas da esposa para lhe ensinar uma lição. No dia seguinte ao ocorrido, a vítima não quis sair e ele a agrediu com socos e tapas, em seguida usou uma **maquina de cortar cabelo** para raspar os cabelos dela com a filha de um ano no colo.

--	--	--	--	--	--	--	--	--

--

Figura 16: *Figura 16- Postal XI- Garfo*



Cristiane Reis
Objetos deslocados

O marido chegou nervoso em casa, xingando sua esposa, uma mulher de cinquenta anos. Ao que ela revidou a agressão verbal, ele atingiu sua mão esquerda com um **garfo**.

--	--	--	--	--	--	--	--	--

--

Figura 17- Postal XII: Tábua de carne



Cristiane Reis
Objetos deslocados

A vítima foi encontrada desacordada pelo filho, um menino de oito anos, após o marido lhe espancar até quase chegar a óbito com **uma tábua de carne**.

--	--	--	--	--	--	--	--



Figura 18- Postal XIII: Marreta



Cristiane Reis
Objetos deslocados

O marido acertou a cabeça da esposa com uma **marreta**. O filho deficiente assistiu a mãe cair desacordada e o pai segurar a ferramenta. Uma vizinha chamou a polícia.

--	--	--	--	--	--	--	--

--

Figura 19- Postal XIV: Barra de ferro



Cristiane Reis
Objetos deslocados

O companheiro utilizou um facão para agredir a esposa, ela contou em depoimento que pegou uma tesoura para se defender, então o agressor correu e voltou com uma **barra de ferro** e desferiu diversos golpes contra ela, que apresentava hematomas em diversas partes do corpo e um corte na cabeça.

<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
--------------------------	--------------------------	--------------------------	--------------------------	--------------------------	--------------------------	--------------------------	--------------------------

<input type="checkbox"/>

Figura 20 – Postal XV: Enxada



Cristiane Reis
Objetos deslocados

O marido atingiu o braço da vítima, de setenta e oito anos com uma **enxada** após uma discussão.



--	--	--	--	--	--	--	--	--

Figura 21- Postal XVI: Cadeira



Cristiane Reis
Objetos deslocados

Alterado, o acusado pegou **uma cadeira** e arremessou contra a mulher. Por não ter acertado, o marido aos tropeços, de tão bêbado, partiu para cima da esposa agredindo-a com puxões de cabelo e socos no rosto sem se importar com os filhos que assistiram tudo.

--	--	--	--	--	--	--	--	--

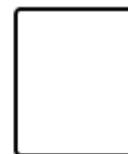


Figura 22 – Postal XVII: Cabo de força



Cristiane Reis
Objetos deslocados

Um homem, marido de uma ex-funcionária, invadiu um estabelecimento e assassinou a nova funcionária. Ele se aproveitou de uma distração dela e a imobilizou com uma "gravata". A vítima tentou se defender com um objeto perfurante, mas ele usou o **cabo de força** do ventilador para enforcá-la, em seguida pegou o objeto perfurante e atingiu o pescoço da vítima três vezes, até matá-la.

--	--	--	--	--	--	--	--	--

--

Figura 23– Postal XVIII: Tijolo de construção



Cristiane Reis
Objetos deslocados

O marido arremessava **tijolos** de construção contra a esposa em meio a uma discussão. Ela devolvia a agressão quando o bebê do casal, de apenas um ano e cinco meses foi atingido por um dos tijolos. Vizinhos correram com a criança para o hospital.

--	--	--	--	--	--	--	--

--